

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GLEICE PEREIRA DA SILVA

**AS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PCB: UMA ABORDAGEM  
INTERSECCIONAL (1922-1935)**

MACEIÓ

2020

GLEICE PEREIRA DA SILVA

**AS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PCB: Uma abordagem interseccional  
(1922-1935)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito parcial para obtenção de título de mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Palamartchuk

MACEIÓ

2020

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586m Silva, Gleice Pereira da.  
As mulheres na formação do PCB : uma abordagem interseccional (1922-1935) /  
Gleice Pereira da Silva. – 2020.  
125 f. : il. color.

Orientadora: Ana Paula Palamartchuk.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em  
História. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 116-125.

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Movimentos sociais. 4. Partido Comunista do  
Brasil. 5. Historiografia. 6. Interseccionalidade (Abordagem metodológica). I.  
Título.

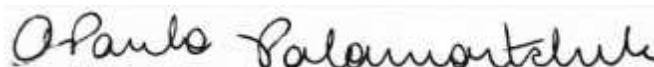
CDU: 329:396

## Folha de Aprovação

GLEICE PEREIRA DA SILVA

### As mulheres na formação do PCB: uma abordagem interseccional (1922-1935)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de setembro de 2020.



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Paula Palamartchuk (Orientadora)  
Universidade Federal de Alagoas

#### Banca Examinadora:



Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Elias Ferreira Veras (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Claudia Aymore Martins (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Alagoas

A todas as mulheres que ousaram lutar!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que direta ou indiretamente possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação, principalmente a meus pais, Vera Lúcia e Cicero Pereira, que mesmo de longe, se sentiram orgulhosos dessa jornada tão grandiosa que percorri ao longo desses dois anos. Ao meu amor, Anderson Queiroz, pela paciência e apoio, mesmo nos momentos que pensei em largar tudo por acreditar que chegar até aqui não seria possível.

Agradeço também a minha colega de turma e conterrânea, Ellen Cirilo, por todos os dias em que me recebeu em sua casa e pelas conversas animadas compartilhadas em meio a tantas dificuldades e incertezas. Aos professores e à coordenação do PPGH, em especial ao professor Aruã Lima e as suas contribuições para essa dissertação. Agradeço em especial a minha orientadora, Ana Paula Palamartchuk, por aceitar orientar essa pesquisa e pelas contribuições prestadas ao longo do caminho.

Agradeço também aos professores, Elias Ferreira Veras e Aruã Silva de Lima e a professora Ana Claudia Aymoré que tão gentilmente aceitaram participar das bancas de qualificação e de defesa. Esses momentos de arguição foram imprescindíveis para a construção dessa dissertação. Minha eterna gratidão!

Durante os primeiros meses dessa pesquisa, quando precisei me locomover para Maceió para assistir às aulas do curso, utilizei um dos programas sociais lançados durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e ameaçados atualmente, o Identidade Jovem (ID Jovem). Este programa prevê a reserva de vagas em ônibus interestaduais para jovens e estudantes de baixa renda com idade até 29 anos. No início da pesquisa, sem qualquer perspectiva de bolsa, o ID Jovem foi uma possibilidade de continuar o curso mesmo com todas as adversidades. Soube recentemente, que utilizar o benefício tem-se tornado cada vez mais difícil, assim como acessar qualquer outro programa social que vise diminuir a exclusão dos mais pobres.

Nesse sentido, agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitaram que parte desta pesquisa fosse financiada. Em meio a tantos cortes de bolsas e desvalorização de pesquisadores e da ciência, em geral, ser pesquisadora segue sendo um ato de resistência.

## ***EU-MULHER***

*Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.  
Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes - agora - o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.*

Conceição Evaristo (*Poemas da recordação e outros movimentos*, 2008)

## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada propõe analisar a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) tendo como referencial teórico-metodológico a interseccionalidade. O percurso da pesquisa foi desenvolvido a partir das formas de resistência e luta por direitos, protagonizadas pelos movimentos de mulheres ao longo do século XIX e início do século XX, quando as mulheres começam a vencer as barreiras sociais, políticas e jurídicas impostas pela diferenciação sexual. Busca-se demonstrar, através da análise das fontes oficiais do PCB e de seu periódico *A Classe Operária*, assim como mobilizando a bibliografia especializada, como as mulheres de diferentes origens sociais e raciais se inseriram em um espaço masculino e como o partido, através de sua direção, se relacionou com as mulheres militantes. A escolha do recorte (1922-1935) se justifica por 1922 ser o ano de fundação do PCB e o mesmo ano de filiação da primeira mulher, Rosa Bittencourt, e 1935 ano da famosa e frustrada “intentona comunista” que deixou o PCB em frangalhos e desencadeou uma intensa repressão sobre os comunistas e setores democráticos e progressistas. Mil novecentos e trinta e cinco, também foi o ano de fundação da União Feminina do Brasil (UFB), um movimento nascido a partir da mobilização de mulheres ligadas à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e que representa uma das primeiras experiências de organização social ligada ao PCB e dirigida às mulheres. A proposta de abordagem aqui refere-se ao debate sobre a interseccionalidade, introduzido pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para nomear as pesquisas que há muito já eram realizadas por pesquisadoras como Angela Davis e bell hooks, para demonstrar como gênero, raça e classe se entrelaçam para criar múltiplos níveis de injustiça social e, ao mesmo tempo, formas de resistência e mudanças.

**Palavras-chave:** mulheres; feminismo; movimentos sociais; PCB; historiografia; interseccionalidade



## ABSTRACT

The research presented here aims to analyze the formation of the Communist Party of Brazil (PCB) using intersectionality as its theoretical-methodological referential. The research trajectory was developed from the forms of resistance and struggle for rights led by women's movements throughout the 19th and early 20th centuries, when women begin to overcome the social, political and legal barriers imposed by sexual differentiation. It intends to demonstrate, through the analysis of the official sources of the PCB and its periodical *A Classe Operária*, as well as mobilizing the specialized bibliography, how women of different social and racial origins were inserted in a male space and how the party, through its directorship became involved with militant women. The choice of cut (1922-1935) is justified because 1922 was the year of the PCB's foundation and the same year of affiliation of the first woman, Rosa Bittencourt, and 1935 year of the famous and frustrated "communist uprising" that tattered PCB and triggered an intense repression on the communists and democratic and progressive sectors. Nineteen thirty five was also the year of the foundation of the União Feminina do Brasil (UFB), a movement born from the mobilization of women linked to the Aliança Nacional Libertadora (ANL) and that represents one of the first experiences of social organization linked to the PCB and aimed at women. The proposed approach here refers to the debate on intersectionality, introduced by the American feminist Kimberlé Crenshaw in 1989, to name the researches that had long been carried out by researchers such as Angela Davis and Bell Hooks, to demonstrate how gender, race and class intertwine to create multiple levels of social injustice and, at the same time, forms of resistance and changes.

**Keywords:** women; feminism; social movements; PCB; historiography; intersectionality

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO OCIDENTE: DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX</b> .....	18
2.1 Movimento feminista na Europa e no Brasil (meados do século XIX até a conquista do voto).....	20
2.2 Movimento de mulheres socialistas (dos socialistas utópicos à URSS).....	30
2.3 Movimento de mulheres negras e a tradição das feministas negras estadunidenses .....	43
<b>3 O PCB E AS MULHERES EM SEUS PRIMÓRDIOS</b> .....	51
3.1 A fundação e as primeiras mulheres.....	51
3.2 O (não) lugar das mulheres na estrutura partidária.....	60
3.3 As mulheres nas páginas da imprensa comunista.....	74
<b>4 O PCB E AS ORGANIZAÇÕES DE MASSA FEMININAS (1928-1935)</b> .....	85
4.1 O Comitê das Mulheres Trabalhadoras .....	85
4.2 As mulheres, o PCB e os anos 1930.....	98
4.3 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a União Feminina do Brasil (UFB) .....	102
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um significativo número de pesquisas sobre a história do PCB foi publicado, essas pesquisas apresentam os mais variados enfoques, que vão desde análises sobre a sua organização interna até suas relações com contextos históricos em que se desenvolveu<sup>1</sup>. No entanto, a dissertação aqui apresentada, não é essencialmente sobre a história do PCB, mas sim sobre como as mulheres de diferentes origens sociais e raciais se inseriram em um espaço masculino e como o partido, através de sua direção, se relacionou com a militância dessas mulheres. O que se pretende como objetivo principal é analisar a formação do partido a partir de uma abordagem interseccional, para atingir esses objetivos, consideramos pertinente contextualizar historicamente as contribuições dos movimentos de mulheres, iniciados no século XIX até meados dos anos 1930, quando as mulheres conquistam o direito parcial ao voto.

O primeiro capítulo aborda, por um lado, o movimento feminista, para quem o direito ao voto era a principal reivindicação e, por outro lado, o movimento de mulheres socialistas que, depois da Revolução Russa (1917), foi hegemônico como movimento de mulheres comunistas. O movimento de mulheres socialistas/comunistas esteve, a princípio, vinculado à II Internacional Socialista e, posteriormente, à III Internacional ou Internacional Comunista (IC). No segundo capítulo, analisamos como o PCB, através de sua direção lidou com a militância feminina e qual o espaço reservado para as mulheres na estrutura do partido. No terceiro capítulo, nos detivemos nas organizações sociais vinculadas e/ou dirigidas pelo PCB e inseridas nas diretrizes da IC para os seus partidos membros.

Até 1970, as mulheres eram invisibilizadas ou marginalizadas pela historiografia hegemônica. Poucas narrativas tentavam incluir as mulheres que, geralmente, apareciam como meras coadjuvantes. O modelo do fazer e escrever história era, como o da maioria das ciências humanas e sociais, androcêntrico. Segundo Michelle Perrot, em *Os Excluídos da História: O*

---

<sup>1</sup>Ver, por exemplo: CARONE, Edgard. *O PCB 1964-1982*. São Paulo: Difel, 1982. CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à "união nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 2003. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im) possível -1936-1948*. – Recife: 2007.

ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e dos poderes masculinos, mesmo quando anexam novos territórios (PERROT, 1992, p.185).

Além de excluídas das narrativas históricas, as mulheres também estiveram, durante muito tempo, excluídas das fontes, fato que segundo Michelle Perrot, era um reflexo da exclusão das mulheres dos espaços públicos e políticos (PERROT, 1992, p.185). A partir de 1970, com o surgimento do campo de estudos da história das mulheres, finalmente essa exclusão começou a ser revertida.

De acordo com a historiadora Joan Scott, o desenvolvimento da história das mulheres, está especialmente atrelado aos anseios do movimento feminista da chamada Segunda Onda, da entrada cada vez maior das mulheres nas universidades e nas profissões intelectuais e, conseqüentemente, das mudanças que essas ações trouxeram para a forma de pesquisar e escrever história (SCOTT, 1992, p.65). A historiadora francesa, Louise Tilly, ressalta o engajamento político da história das mulheres:

Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980 (TILLY, 1994, p.31).

As transformações ocorridas na historiografia com a ampliação dos temas (família, sexualidade, infância, cotidiano, vida privada), diversificação das fontes, metodologias e as novas alianças entre a história e outros campos de conhecimento, como a antropologia, por exemplo, garantiram a proliferação dos estudos e pesquisas sobre as mulheres. Esses estudos, reconhecidamente muito variados em termos temáticos e teórico-metodológicos, tinham em comum “a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente” (BASSANEZI, 2009, p.160). Segundo Joan Scott, a maioria das pesquisadoras da história das mulheres tinha consciência de que seu trabalho representava um esforço político “para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita” (SCOTT, 1992, p.68).

A princípio, os trabalhos da história das mulheres se dedicaram a descrever e interpretar a participação das mulheres em eventos históricos já delimitados pela historiografia tradicional. No entanto, a rigidez do método histórico com sua linearidade, periodizações e apego a determinado corpo documental, não possibilitavam um desenvolvimento amplo para os estudos sobre as mulheres que questionasse mais profundamente os paradigmas históricos.

Em 1989, quando a historiadora Joan Scott publicou o artigo “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, teceu críticas às abordagens limitantes do uso do gênero e a história das mulheres produzida até então. Nesse artigo, a autora defende o uso do gênero como categoria analítica e não como mera peça descritiva, e que tenha como objetivo final a elaboração de teorias (SCOTT, 1990). Para Scott, não basta a afirmação de que as mulheres possuem uma história, é necessário questionar os conceitos e paradigmas da própria historiografia. A definição de gênero de Joan Scott tem:

duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1990, p.86).

De acordo com a definição de Scott, o gênero não é o único campo de articulação de poder, mas segundo ela, é o mais “persistente e recorrente no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (SCOTT, 1990, p.86).

No Brasil, os primeiros trabalhos historiográficos sobre as mulheres foram publicados na primeira metade da década de 1980 (PEDRO, 2005, p.85). No entanto, o uso do conceito de gênero leva mais tempo para ser assimilado pela historiografia (BASSANEZI, 2009, p.159).

Também em 1989, Kimberlé Crenshaw, uma feminista estadunidense, cunhou o termo interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019, p.58). Crenshaw apresentou o conceito em um artigo publicado naquele ano, *Desmarginalizing the Intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. Segundo a autora, muitos dos problemas de justiça social, como o sexismo e o racismo, frequentemente se cruzam, criando múltiplos níveis de injustiça social. Crenshaw ressalta que é necessário “que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades”(CRENSHAW, 2002, p.174) contribuindo para a vulnerabilidade de grupos específicos.

Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. (CRENSHAW, 2002, p.174).

Crenshaw apontou a necessidade da criação de um modelo, segundo ela, provisório, para a identificação das articulações entre racismo e sexismo, possibilitando as instituições dos

direitos humanos criar protocolos de ação e expansão dos direitos desses grupos (CRENSHAW, 2002, p.174).

De acordo com Patrícia Hill Collins, Crenshaw cunhou um termo “guarda-chuva” para abranger os vários estudos que já vinham sendo realizados nas últimas décadas de “modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta” (COLLINS, 2017, p.10). Para Collins, a interseccionalidade surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 e a sua tradução para a academia acontece de forma imperfeita, uma vez que ela nasce entre a militância negra e precisa se adequar aos padrões acadêmicos. De acordo com a autora, muitas das ideias críticas do movimento emancipatório foram “assimiladas pelas normas acadêmicas predominantes enquanto outras foram censuradas ou deixadas à míngua” (COLLINS, 2017, p.7).

Nesse panorama, a interseccionalidade teria surgido da militância das ruas, dos coletivos de mulheres negras como o *Combahee River Collective*, composto por mulheres negras e lésbicas, na cidade de Boston, entre as décadas de 1970 e 1980. O coletivo publicou um manifesto, apontado por muitos como um marco para os estudos de entrelaçamentos de desigualdades (COLLINS, 2017).

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam (GOMES; PEREIRA, 2019, p.197).

Collins, salienta ainda a existência de um movimento amplo de mulheres nos Estados Unidos, do qual faziam parte não só as mulheres afro-americanas, mas também as mulheres latinas, as mulheres indígenas e também as asiáticas. As mulheres de todos esses grupos reivindicavam a inter-relação entre “raça, classe e gênero em sua experiência cotidiana” (COLLINS, 2017, p.8).

É importante ressaltar que o processo de elaboração do conceito tem início ainda no século XIX, por meio da atuação antiescravista das mulheres negras estadunidenses e da associação dessas mulheres aos movimentos pela defesa do voto feminino. A partir dos anos setenta, as mulheres passam a ocupar espaços nas universidades, o que é fundamental para o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero e para a (re)elaboração do conceito de interseccionalidade, no final do século XX.

No Brasil, em 1984, Maria Odila Leite da Silva Dias publicou *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*; livro que retrata a resistência das mulheres negras e pobres em São Paulo durante o século XIX. Obra pioneira, é considerada precursora dos estudos de gênero, raça e classe no Brasil. Outras obras com a mesma abordagem se seguiram a *Quotidiano e Poder*, no entanto, ainda é perceptível que os estudos interseccionais enfrentam uma certa marginalidade na historiografia brasileira. É possível que essa marginalidade seja herança do débito da historiografia com a população negra em geral, e com as mulheres negras em particular. Por mais que já tenha sido produzido um substancial número de trabalhos historiográficos sobre as mulheres negras durante o período da escravidão, não se pode dizer o mesmo em relação às mulheres na pós-abolição, principalmente quando pensamos essas mulheres ligadas a um partido político (DOMINGUES, 2007). Existe também uma boa produção em relação ao desenvolvimento do movimento feminista negro brasileiro, trabalho realizado pelas feministas negras (MOREIRA, 2007), mas a maior parte da história das mulheres negras brasileiras permanece desconhecida (CARDOSO, 2012).

Quando deslocamos o olhar para as pesquisas relacionadas as sexualidades, homossexualidades e lesbianidades, percebemos que as questões raciais, muitas vezes, permanecem invisibilizadas. Em artigo publicado recentemente as historiadoras Joana Maria Pedro, Idalina Almeida de Freitas e o historiador Elias Veras, chamaram a atenção para a expansão, no Brasil, dos estudos que problematizam as sexualidades e as homossexualidades. No entanto, ressaltaram que a categoria “raça” permanece ausente em “grande parte da abordagem dessas obras e, de modo geral, dos estudos sobre as homossexualidades no Brasil” (PEDRO; FREITAS; VERAS, 2019, p.105).

Feitas essas considerações, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, iniciamos apresentando o movimento feminista, o movimento de mulheres socialistas e o movimento de mulheres negras, como integrantes do movimento de mulheres, entendido como um agrupamento maior e mais heterogêneo, formado por diversas organizações de mulheres espalhadas pelo mundo. Contextualizamos historicamente como os movimentos se organizaram a partir do século XIX até a conquista parcial do voto, em meados dos anos 1930.

O movimento feminista nasce ligado aos valores iluministas da Revolução Francesa e representa uma reivindicação das mulheres pelos direitos políticos, principalmente o direito ao voto. Essa primeira fase do movimento é composta principalmente por mulheres dos estratos mais altos da sociedade, mulheres que tiveram acesso a uma educação mais elevada do que a maioria de seus compatriotas. Esse feminismo se desenvolve, principalmente, em alguns países

da Europa e nos Estados Unidos, mas também se organizou em outros países como o Brasil (COSTA; SARDENBERG, 2008).

O pensamento socialista a respeito da “condição da mulher” tem início ainda entre os chamados socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Flora Tristan, nas primeiras décadas do século XIX. Com Marx, Engels e Bebel, a “condição da mulher” ganha novos contornos sendo analisada dentro da lógica da organização familiar na sociedade capitalista (GOLDMAN, 2014). A partir das primeiras décadas do século XX, o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) tornou-se a maior referência de organização dos trabalhadores e da luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras. Com a Revolução Russa em 1917, e a fundação da Internacional Comunista (IC) em 1919, o movimento de mulheres socialistas passa a ser influenciado pelas diretrizes soviéticas (SILVA, 2018). No Brasil, em 1922, é fundado o PCB que, em 1924, é aceito como seção brasileira da IC. Como integrante da Internacional, coube ao PCB desenvolver o trabalho entre as mulheres brasileiras.

O movimento de mulheres negras tem início a partir da experiência compartilhada pelas mulheres negras na diáspora. O movimento feminista negro faz parte dessa tradição e tem seu pioneirismo entre as mulheres negras estadunidenses e na luta articulada contra o machismo e o racismo. O discurso de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, é apontado como fundador do pensamento feminista negro estadunidense e do conceito de interseccionalidade, termo que só é incorporado nos estudos sobre as mulheres e nos de gênero em 1989, a partir do trabalho da pesquisadora, professora e militante feminista Kimberlé Crenshaw.

Um dos principais problemas encontrados durante a redação do primeiro capítulo está ligado à historiografia. Muitos dos trabalhos que buscam reconstruir os movimentos de mulheres, costumam deixar de lado as mulheres das classes populares e as mulheres negras, principalmente nas narrativas sobre o desenvolvimento histórico do movimento feminista hegemônico. Por “hegemônico” nos referimos ao feminismo periodizado pela historiografia tradicional que tende a separar o movimento em “Ondas” e celebra-o a partir de seus mitos fundadores, ou marcos temporais que atendem à linearidade. O feminismo da Primeira Onda é caracterizado pela luta pelo sufrágio. No Brasil, liderado por Bertha Lutz, fundadora da Fundação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922.

A Segunda Onda acontece apenas em meados dos anos de 1960, em decorrência do contexto efervescente do período. Essa efervescência teria sido impulsionada, em sua maioria,



pela população mais jovem de países como os Estados Unidos e França, mas, também pode ser sentida, de maneira variada, em outras regiões. Alguns dos acontecimentos mais marcantes foram as passeatas pelo fim da Guerra do Vietnã, pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, os protestos de estudantes franceses, a Primavera de Praga, na República Tcheca. Nessa onda contestatória o movimento feminista volta à cena, ao lado de outros movimentos sociais como o negro, o de minorias étnicas e o movimento *gay* (COSTA, 2009). No Brasil, a luta era contra a ditadura, iniciada em 1964 (PEDRO, 2008, p.62).

A Terceira Onda do feminismo surge no final do século XX, simbolizada pela fragmentação do movimento e pela incorporação de novas pautas. Recentemente, passou-se a questionar a utilização da metáfora das Ondas, por considerar que a “periodização entrincheira a percepção de um feminismo singular na qual gênero é a categoria predominante de análise, deixando subsumidos os conflitos de raça e de classe” (FRACCARO, 2016, p.29). Por hegemônico nos referimos também a preponderância do pensamento teórico e político da “branquitude” e de grupos “que desfrutaram privilégios na sociedade em decorrência de classe, raça e sexualidade” (CARDOSO, 2012, p.84).

Na historiografia das “Ondas” mesmo quando se insiste que o movimento feminista contemplava as mulheres pobres e negras, pouco é abordado sobre o papel que elas desempenharam e quais benefícios obtiveram. Então, foi necessário buscar uma bibliografia mais específica e que contemple os grupos posicionados às margens da história hegemônica. As principais contribuições bibliográficas para a elaboração deste primeiro capítulo vieram das obras de Wendy Goldman (2014)<sup>2</sup>, Angela Davis (2016)<sup>3</sup> e bell hooks (2014)<sup>4</sup>. Essas autoras, em seus trabalhos, analisaram os movimentos de mulheres de uma perspectiva mais ampla e mais intimamente ligadas às questões de classe (Goldman) e às de raça (Davis e hooks).

No segundo capítulo, a abordagem está centrada na formação do PCB desde o período complexo de sua fundação e a inserção das primeiras mulheres, como a operária Rosa Bittencourt, que se filia ao partido no mesmo ano da fundação em 1922 (BERNARDES, 1995). Analisamos integração do partido aos quadros da IC, em 1924, e as dificuldades em lidar com as exigências do Secretariado Feminino da Internacional Comunista sobre o planejamento e

---

<sup>2</sup> GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. Tradução Natalia Anyalossy Alfonso, com colaboração de Daniel Anyglossy Alfonso e Marie Christine Aguirre Castañeda. - São Paulo: Boitempo Iskra Edições. 2014.

<sup>3</sup> DAVIS, Angela y. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>4</sup> HOOKS, bell. *Não sou eu uma mulher*. mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

ações do trabalho organizado entre as mulheres brasileiras. Nesse momento, além da bibliografia produzida sobre o partido e a bibliografia produzida pelos primeiros militantes comunistas, também utilizamos a produção historiográfica sobre a militância feminina e sobre as questões de gênero.

No segundo capítulo, analisamos também como o PCB abordava as questões de raça. Segundo o historiador Aruã Lima (LIMA, 2015), a abordagem da questão racial pelos comunistas brasileiros pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro da fundação até a década de 1930, período em que o partido nega a existência de um problema racial no Brasil e o segundo momento quando o partido diminui a resistência em torno das diretrizes da IC para as questões raciais. As questões raciais e a inserção feminina nos quadros do partido são cobranças constantes da IC em relação às atividades do PCB e, no segundo capítulo, buscamos compreender quando gênero e raça se intersectam e acabam por invisibilizar e excluir as mulheres negras da agremiação partidária.

No terceiro capítulo, buscamos compreender como se deu a inserção das mulheres nas organizações sociais dirigidas e/ou influenciadas pelos comunistas. Em 1928, por insistência da IC, o partido criou o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, que objetivava realizar propaganda e agitações entre as mulheres trabalhadoras. Em 1935, mulheres mobilizadas em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização sobre a qual o PCB passou a exercer influência, fundaram a União Feminina do Brasil (UFB), com o objetivo de lutar contra o nazifascismo e pelos direitos das mulheres. Entre a criação das duas organizações, o PCB passou por um período de relativo isolamento político, agravado pelas constantes perseguições policiais.

Para a realizar os objetivos dessa pesquisa, analisamos diversas fontes e documentação, como jornais da época, correspondências, manuscritos, boletins, circulares, relatórios, manifestos, literatura da época etc. Esses documentos são encontrados nos mais variados formatos e localizações. Também foram utilizados uma série de documentos da Internacional Comunista presente no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). O periódico *A Classe Operária* também foi utilizado nesse trabalho e parte de seu acervo encontra-se digitalizado sob a guarda da Biblioteca Nacional. Também analisamos parte da historiografia sobre o Partido Comunista do Brasil e a história das mulheres negras na pós-abolição.

A pesquisa aqui apresentada se iniciou entre os anos de 2016 e 2017, no final da graduação, quando comecei a pesquisar sobre as mulheres e o movimento socialista. O recorte

racial e a interseccionalidade só surgiram durante a elaboração do projeto de pesquisa do mestrado, a partir do interesse em ampliar os estudos para além das questões de classe e de gênero. No entanto, é preciso salientar que pesquisar raça no Brasil segue sendo uma tarefa difícil, não só pela exclusão política, social e econômica da população negra, que já conhecemos bem, mas também pelos limites impostos pela historiografia brasileira, que só a partir dos últimos anos tem produzido trabalhos variados sobre a população negra abandonando os velhos estereótipos que dominaram a produção historiográfica ao longo de boa parte do século XX.

É possível argumentar que a historiografia brasileira ainda está em dívida com as mulheres do final dos anos vinte, trinta e quarenta. Essas décadas são um verdadeiro ponto cego. Nesse sentido, fica claro que as pesquisas que se debruçam sobre as mulheres negras e pobres se tornam ainda mais escassas, dificultando o trabalho das pesquisadoras e pesquisadores que elegem as mulheres deste período como objeto de pesquisa.

Sendo assim, essa pesquisa não pretende ser definitiva ou acabada, mas certamente é um passo inicial para que conheçamos a história das primeiras militantes do Partido Comunista do Brasil a partir de um viés interseccional.

## 2 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO OCIDENTE: DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Antes de iniciar este capítulo, abordaremos um tema ainda considerado espinhoso e incômodo para os estudos e pesquisas de gênero e mesmo para os movimentos sociais liderados por mulheres: a relação entre movimento de mulheres e feminismo. O movimento feminista é uma das principais faces do movimento de mulheres, entendido como um agrupamento maior e mais heterogêneo, formado por diversas organizações de mulheres espalhadas pelo mundo. O feminismo centra suas ações nas reflexões teóricas e nas práticas políticas das diversas mulheres, logo ele se constitui no movimento de mulheres (CARDOSO, 2012, p.237). No entanto, é preciso frisar que, apesar de todo movimento feminista estar contido na diversidade do movimento de mulheres, nem todo movimento de mulheres pode ser entendido como feminista. Muitas vezes grupos de mulheres se unem para defender pautas conservadoras e até mesmo antifeministas.

O problema das relações entre feminismo e movimento de mulheres reside em um debate preconceituoso e intelectualista que persiste a classificar o movimento feminista como intelectualizado e detentor de saberes e teorias, enquanto as integrantes dos movimentos de mulheres são lidas como pouco conscientes e atreladas às demandas sociais que apenas mascaram sua situação de subordinação (CARDOSO, 2012, pp.237-238). Muitas feministas históricas, militantes de longa data, ficam divididas entre o dever moral e pedagógico de “educar” as mulheres, conscientizando-as de suas próprias opressões, ou considerar a presença dessas mulheres um empecilho para a realização de reflexões teóricas mais elaboradas. No artigo “Encontrando os feminismos Latino-americanos e Caribenhos”, Sonia Alvarez et al. contextualizam os debates feministas na América Latina e Caribe a partir dos Encontros Latino-americanos e Caribenhos. O período estudado pelas autoras se inicia com o primeiro encontro realizado na Colômbia em 1981 até 2003, quando o encontro acontece na Costa Rica. No entanto, é no encontro do México, em 1987, que o debate em torno das definições e diferenças entre feminismo e movimento de mulheres tornou-se dramaticamente mais evidente. Segundo as autoras, os esforços das feministas em levar o feminismo para as classes populares, possibilitou que muitas mulheres do *movimiento de mujeres* participassem do encontro. No entanto, o que em um primeiro momento representou o alcance de um objetivo de expansão do movimento feminista, foi visto como um problema por algumas feministas. Essas mulheres

consideravam que os encontros não deveriam funcionar como uma “escola feminista”, mas, como um ambiente de recuperação de ideias e práticas feministas (ALVAREZ ET ALL., 2003, p.548). Durante o evento foi proposta a realização de dois eventos separados, um para as feministas e outro para o *movimiento de mujeres*. Todavia, as divisionistas se depararam com o coro de centenas de mulheres cantando “Todas somos feministas”. Segundo as autoras, foi nesse momento que ficou claro que o “feminismo não pertence a ninguém” (ALVAREZ ET ALL., 2003, p.549).

Antes disso, durante o III Encontro, realizado no Brasil, em 1985, o debate sobre inclusão e exclusão no movimento feminista já havia sido levantado. Na ocasião, um grupo de mulheres negras e pobres do Rio de Janeiro, tentou participar do evento, mesmo sem pagar a taxa de inscrição, cobrada em dólar. Segundo as autoras:

Muitas das participantes, especialmente militantes do então emergente movimento de mulheres negras, insistiram que as questões de raça e classe não ocupavam um lugar central na agenda do Encontro e que as mulheres negras e pobres não haviam tido uma participação significativa na elaboração dessa agenda (ALVAREZ ET ALL., 2003, p.548).

Outra questão importante é o fato de a teoria feminista hegemônica ser entendida como construída apenas pelas feministas do Norte (Estados Unidos e alguns países da Europa), enquanto as feministas do Sul são entendidas como potenciais consumidoras dessa produção. Esse feminismo hierarquizado se apresenta dividido entre teoria política e prática, onde o Norte é entendido como aquele que reflete teórica e criticamente, cabendo às mulheres do Sul somente a apropriação dessas teorias. Essa colonização do pensamento (CARDOSO, 2012) é repetida pelo feminismo hegemônico desses países, que apesar de estar às margens das discussões, centralizados pelos Estados Unidos e Europa, não se reconhece dessa forma e acaba reproduzindo formas colonialistas de exclusão (CARDOSO, 2012, p.238).

Mulheres negras, indígenas, pobres e analfabetas se veem excluídas das pautas desse feminismo hierarquizado, incapaz de dar conta da realidade complexa de países racializados e com taxas de desigualdades astronômicas como é o caso do Brasil e de muitos outros países da América Latina e Caribe (CARDOSO, 2012, p.84).

Feita essa reflexão, apresento, sucintamente, como se organiza o percurso histórico de alguns grupos organizados de mulheres que se desenvolveram ao longo do século XIX e início do século XX: o movimento feminista, ou sufragista, como era conhecido na época, movimento que no Brasil foi liderado por Bertha Lutz, principal dirigente da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), o movimento de mulheres socialistas, no Brasil, compreendido na

luta empreendida pelas mulheres trabalhadoras, e o movimento de mulheres negras, que tem entre as precursoras as mulheres negras estadunidenses. Entender o percurso histórico desses movimentos é fundamental para o desenvolvimento dessa dissertação, uma vez que eles abrigaram formas pioneiras de resistência e luta organizada das mulheres e se refletiram na forma como a sociedade de então se estruturava e como lidava com a “questão da mulher”.

## 2.1 Movimento feminista na Europa e no Brasil (meados do século XIX até a conquista do voto)

É necessário ressaltar que a história do movimento feminista hegemônico como conhecemos, dividido em Ondas, está especialmente atrelado ao discurso político e cultural de dominação do Ocidente, “refletindo, portanto, uma compreensão da política sexual e das relações de gênero a partir deste lugar” (CARDOSO, 2012, p.78). No entanto, hoje tratamos o feminismo no plural, uma vez que existe uma gama diversificada de vertentes do movimento feminista internacional,<sup>5</sup> que têm em comum a busca pela independência econômica e social das mulheres e sua igualdade de direitos com os homens. Entendemos, é claro, que muitas mulheres em diferentes sociedades e em diferentes tempos históricos, foram conscientes das opressões e desigualdades a que estavam submetidas e tentaram de maneiras variadas alterar ou mesmo subverter as hierarquias entre os sexos. Ainda que essas ações não possam ser consideradas feministas, no sentido histórico da palavra, elas contribuíram para o processo de tomada de consciência das mulheres em relação a sua situação de desigualdade e subordinação. Ressaltamos, também, que não tratamos “mulher” como sujeito universal, logo, reconhecemos que a subordinação e as desigualdades são percebidas de formas diferentes pelas mulheres em diversos tempos sócio-históricos. Sendo assim, entendemos que o feminismo não representa uma unidade coesa, mas sim “um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas” (PINTO, 2003, p.9). As categorias de raça, classe, geração, sexualidade são fundamentais para entendermos as posições das mulheres na história e o

---

<sup>5</sup> O feminismo contemporâneo é fragmentado em diversas vertentes, as quais as ativistas são agrupadas de acordo com interesses teóricos e práticas políticas. Entre algumas das principais vertentes podemos citar os feminismos liberal, marxista, socialista, anarquista, radical e o feminismo negro. Sobre o tema ver: ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.

desenvolvimento do movimento feminista, não só como espaço de reflexão teórica, mas também de militância e de ativismo que objetivam a transformação da sociedade.

Os limites impostos pela pesquisa acadêmica impediram que a narrativa aqui apresentada sobre os movimentos de mulheres ao longo do século XIX e XX fugisse dos padrões cristalizados durante os últimos quarenta anos sobre a história do movimento feminista e mesmo do movimento de mulheres socialista. A historiografia hegemônica que dividiu o movimento feminista em “Ondas” e apartou da narrativa as mulheres pobres, negras e trabalhadoras, ainda não foi suficientemente revista para que aqui nessa dissertação pudéssemos superar os engessamentos e divisões entre um e outro movimento e analisássemos os momentos de tensões e aproximações entre mulheres feministas, socialistas e as militantes negras.

Quando surgiu no século XIX, inspirado pelos valores iluministas da Revolução Francesa<sup>6</sup>, o posteriormente batizado feminismo da Primeira Onda era hegemonicamente constituído por mulheres brancas, alfabetizadas e provenientes da classe média e alta dos países ocidentais (Europa e os Estados Unidos). Essas mulheres tinham como agenda a igualdade de direitos civis e políticos (direito de votar e se candidatar a cargos públicos, direito a emprego remunerado, ao estudo, à propriedade privada e à herança) e como principal bandeira a luta pela ampliação do sufrágio (COSTA; SARDENBERG, 2008).

A busca pela igualdade jurídica, ainda que justa e necessária, não se estendia a todas as mulheres e, enquanto as mulheres brancas e da classe média e alta lutavam por igualdade de direitos, mulheres não brancas e pobres continuavam às margens das discussões e dos direitos. Isso porque essa corrente do movimento de mulheres (tanto nos Estados Unidos quanto na Europa), hoje apontada como reformista e moderada, buscava apenas a igualdade jurídica entre homens e mulheres e não questionava os papéis sociais atribuídos às mulheres como sendo, essencialmente de mães e esposas (COSTA; SARDENBERG, 2008, pp.26-27). Essas mulheres, geralmente se beneficiavam da posição social que ocupavam na sociedade racista e patriarcal, e não tinham interesses concretos em alterar a estrutura da sociedade questionando a divisão sexual do trabalho, os papéis de gênero e o racismo. Como a socióloga Ana Alice costa afirma:

---

<sup>6</sup> O debate sobre os marcos espacial e temporal do surgimento do feminismo é bastante acirrado, sendo que alguns autores defendem seu surgimento nos eventos da Revolução Francesa, no século XVIII e sendo transportado para a Inglaterra por intelectuais como Mary Wollstonecraft (autora de *Vindications of the Rights of Woman*, de 1792). No entanto, essa narrativa ocidental do surgimento do feminismo tem sido contestada por pesquisadoras da atualidade que argumentam impossível um movimento de tamanha importância para a história do século XX tenha surgido de apenas uma genealogia. De acordo com Wendy Goldman, a “Revolução Francesa conquistou pouco para as mulheres e menos ainda para as mulheres pobres”. Segundo a autora, as mulheres da Revolução foram ativas como representantes de sua classe e não do seu sexo (GOLDMAN, 2014, pp.40-41).

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas (COSTA, 2009, p.56).

Apesar do apontado conservadorismo, as feministas participaram dos debates realizados na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça, a partir de 1926, sobre a necessidade da elaboração de uma legislação trabalhista específica para as mulheres (FRACCARO, 2016, p.64). Ainda que nem sempre tenham chegado a um consenso sobre o tema, de acordo com a historiadora Glaucia Fraccaro, os grupos de mulheres se dividiam entre defender a necessidade da legislação como um ganho para toda a classe trabalhadora, ou considerá-la um novo fator de discriminação para as mulheres (FRACCARO, 2016, p.65).

De acordo com a historiografia das “Ondas”, no período pós-segunda guerra, o movimento feminista sofre uma breve desmobilização. Depois de mais de um século de luta pelo direito ao voto, ao final da primeira metade do século XX, as mulheres, pelo menos aquelas dos países com movimentos sufragistas atuantes, tinham conquistado o direito de escolher seus representantes políticos (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.29). Ainda que, na prática, as desigualdades entre os sexos persistissem, na forma da lei, homens e mulheres deveriam ser tratados iguais. Essa historiografia infelizmente ainda silencia sobre os movimentos de mulheres das décadas de trinta, quarenta e cinquenta e também sobre os pontos de aproximações entre as mulheres dos diversos movimentos que se desenvolveram ao longo do século XIX e XX.

As primeiras manifestações feministas que se têm conhecimento no Brasil se iniciam em meados do século XIX com a chamada Imprensa Feminina<sup>7</sup>. Naquele período, os jornais eram o principal meio de divulgação de ideias e de formação da opinião pública. Mulheres alfabetizadas das mais variadas classes sociais utilizaram habilmente esse meio de propaganda

---

<sup>7</sup> A Imprensa Feminina tem início nas primeiras décadas do século XIX, quando as primeiras publicações femininas surgem na imprensa nacional. Algumas das principais publicações desse período são *O espelho diamantino* (RJ, 1827), *O espelho das brasileiras* (Recife, 1831), o *Relator de novelas* (Recife, 1838), o *Correio das Modas* (RJ, 1839) ou o *Jornal das Senhoras* (RJ, 1852). Essas publicações se destacam como “femininas” pelo tipo de conteúdo produzido, destinado especificamente para o público feminino, ainda que nem sempre produzidas por mulheres. Em um primeiro momento, as publicações traziam textos sobre os interesses (moda, beleza, culinária, família, comportamento etc.) e, cotidiano das mulheres (alfabetizadas), em um segundo momento as publicações passam a ser utilizadas como uma forma de reivindicação de direitos para as mulheres (primeiro a educação, depois profissão e por último o voto). Sobre o tema, ver: DE LUCA, Tania Regina. Imprensa Feminina: Mulher em Revista. In: *Nova História das mulheres no Brasil*/ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro – (Orgs). 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.



publicando em jornais dirigidos pelos homens, e principalmente em jornais femininos (MUZART, 2003, p.225).

Nas primeiras décadas do século XIX, a maioria dos brasileiros vivia no campo e a maior parte da população era analfabeta. Entre as mulheres os índices de analfabetismo eram ainda maiores. Não foi por acaso que a primeira causa feminista das mulheres brasileiras tenha sido o direito à educação e à qualificação profissional (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.35). Apesar de excluídas socialmente, mulheres negras e das classes populares também foram responsáveis por publicações que objetivavam questionar a moral social e a desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Em 1832, Anísia Floresta,<sup>8</sup> publicou a tradução da obra *A vindication of the Rights of Women*, obra pioneira do feminismo internacional, publicada originalmente por Mary Wollstonecraft, em 1792, ainda no turbilhão da Revolução Francesa que acabava de aprovar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>9</sup>. Além da tradução, Nísia publicou diversas outras obras e artigos com o intuito de denunciar as condições de desigualdades a que estavam submetidas as mulheres brasileiras e reivindicar o direito à educação. Em meados do século XIX, era comum a ideia de que a subordinação das mulheres acontecia em decorrência da exclusão educacional e profissional e que ela teria fim quando as mulheres conquistassem o direito à educação e passassem a ocupar as vagas de trabalho mais qualificadas. Nísia é hoje considerada a primeira feminista brasileira, sobretudo por conta da influência que exerceu entre as mulheres da imprensa feminina, que se desenvolveu principalmente a partir da segunda metade do século XIX (COSTA; SARDENBERG, 2008).

A maioria das mulheres que publicava nos periódicos da imprensa feminina e aquelas que haviam conquistado espaço na imprensa dirigida pelos homens, gozava de uma certa autonomia e liberdade, o que possibilitou o acesso à educação, considerada o meio primordial para a libertação das mulheres. Ainda assim, essas mulheres detentoras de privilégios

---

<sup>8</sup> Precursora do feminismo brasileiro, educadora, escritora e poetisa, Dionísia Pinto Lisboa, que adotou o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nasceu no dia 12 de outubro de 1809, em Pacari, hoje município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. Fundou colégios para meninas no Recife, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. No colégio Brasil, que fundou no Rio de Janeiro, era a professora de quase todas as disciplinas. Além das suas atividades como educadora, colaborou também com vários órgãos da imprensa como o Jornal do Brasil, Correio Mercantil, Diário do Rio de Janeiro e Brasil Ilustrado. Seu tema essencial, foi sempre a educação da mulher e sua participação na sociedade. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=199%3Anisia-floresta&catid=61%3Aletra-n&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=199%3Anisia-floresta&catid=61%3Aletra-n&Itemid=1) (Acesso em 03/09/2019).

<sup>9</sup> É um documento culminante da Revolução Francesa, que define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais.

econômicos e intelectuais, eram diretamente afetadas pela hierarquização sexista da sociedade. No século XIX, o controle dos familiares do sexo masculino sobre o comportamento feminino era diretamente proporcional à riqueza das famílias.

Assim, fosse na Casa Grande ou nos sobrados burgueses do Brasil Colônia, a situação da mulher brasileira era bastante precária. Sobretudo porque a família patriarcal se estabelecia segundo as “Ordenações de Portugal”, dando ao marido não só amplos poderes, mas ainda o cruel direito de castigar fisicamente sua mulher. Ademais, nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário rodeado de escravos e concubinas. Seu papel principal era o de reprodutora. Casava-se relativamente jovem e gerava muitos filhos e, segundo relatos de alguns viajantes estrangeiros, era uma criatura ignorante, indolente, passiva que, não obstante, maltratava comumente os escravos (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.33).

A realidade enfrentada pelas mulheres mais pobres e pelas mulheres negras era bem diferente e muito mais cruel. Ainda que não estivessem aprisionadas pela autoridade patriarcal, essas mulheres viviam a intensidade de todo tipo de opressões e violências. As mulheres brancas e pobres, ao contrário dos estereótipos, também precisavam ajudar no sustento das famílias, muitas também não estavam em relações matrimônios tradicionais e o sustento da família dependia exclusivamente do seu trabalho. A violência doméstica e o abuso eram uma constante na realidade das mulheres mais pobres que não tinham a quem recorrer. Entre as mulheres negras as condições de vida eram ainda mais precárias, pioradas pela realidade de escravidão em que viviam. Violência e prostituição faziam parte da realidade de muitas mulheres escravizadas e, certamente, muitas das reivindicações das mulheres da imprensa feminina não chegavam até elas.

Ainda assim, mulheres afrodescendentes como Maria Firmina dos Reis, contemporânea de Nísia Floresta, também se apropriaram da escrita “confrontando o mundo letrado como novas vozes narrativas” (MACHADO, 2019, p.93). Maria Firmina dos Reis é considerada uma das primeiras romancistas brasileiras e, ao lado de Luiz Gama, ocupa o espaço de fundadora da literatura afro-brasileira. Também é considerada precursora da literatura abolicionista, gênero pouco conhecido e estudado no Brasil, “que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas” (MACHADO, 2019, p.94). Em 1859, Maria Firmina publicou seu livro mais conhecido, o romance abolicionista, *Úrsula*, nessa obra a romancista pioneira denuncia os males da escravidão e a opressões contra as mulheres.

Maria Firmina, além de publicar romances, colaborou na imprensa maranhense e destacou-se na música, como compositora.

Embora tenhamos nos acomodado à certeza de que a sociedade brasileira pouco letrada no geral, apenas raramente produziu escritos pessoais e relatos de vida do punho de pessoas comuns, muito menos ainda de escravos, libertandos, libertos e pessoas negras livres, atualmente podemos desvelar outra realidade. Embora escassos, já foram localizados muitos textos de autoria de homens e mulheres afrodescendentes, que documentam a existência de vozes narrativas inéditas (MACHADO, 2019, p.94).

Somente nas últimas décadas, a historiografia brasileira passou a se ocupar da trajetória intelectual de mulheres e homens negros que, a partir do século XIX apesar das adversidades, invadiram espaços até então considerados proibidos para as pessoas negras e escravizadas, como os jornais e a imprensa.

Em 1910, a professora baiana Leolinda Daltró<sup>10</sup> e a poetisa carioca Gilka Machado<sup>11</sup>, ambas mulheres brancas e economicamente independentes, fundaram na cidade do Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino. Apesar de pequeno, o partido representou um marco nas lutas das mulheres brasileiras pelo voto. Leolinda e as demais mulheres que participaram do partido, tinham em comum a frustração com a não aprovação do voto feminino pela Constituinte de 1891. Naquele ano, o direito à extensão de voto para as mulheres foi discutido, porém, rejeitado. De acordo com Celi Pinto, apesar da não aprovação do sufrágio das mulheres, o texto da Constituição não deixou explicitamente clara a proibição do voto feminino, o que permitiu que nos anos seguintes, inúmeras mulheres buscassem o alistamento. O fato de as mulheres não figurarem entre os explicitamente proibidos de votar não constitui, segundo Celi Pinto, um esquecimento, mas sim um reflexo da situação geral de exclusão das mulheres da

---

<sup>10</sup> Leolinda de Figueiredo Daltró nasceu na Bahia, em 1859. Faleceu no Rio de Janeiro (1935) onde viveu grande parte de sua vida. Foi uma professora feminista e indigenista, Leolinda teve 5 filhos todos criados sem o marido, O apelido de Leolinda Daltró nas ruas era “Mulher do Diabo”. Ganhou notoriedade na cidade por sua atuação no movimento pelos direitos das mulheres quando fundou o partido Republicano Feminino, em 1910. A criação do partido foi um movimento pioneiro na luta das mulheres brasileiras em favor do direito ao voto. Durante sua luta, a professora foi vítima constante da imprensa, que insistia em criticá-la e ridicularizá-la por suas ideias. Na década de 1910, foi diretora da Escola de Ciências, Artes e Profissões de Orsina da Fonseca, situada na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Passou a dedicar-se intensamente a causa Feminista. Antes de se envolver no movimento feminista, a professora Leolinda Daltró atuou como indigenista e foi uma grande ativista em favor da implantação de uma educação laica para os índios do Brasil. Foi sua experiência como indigenista e principalmente, as dificuldades que enfrentou para colocar em prática seu projeto educacional para os índios, que a levou para o movimento feminista. Disponível em: <http://leolindadaltró2016.blogspot.com/2016/11/leolinda-daltró.html> (Acessado em 03/09/2019).

<sup>11</sup> Gilka da Costa de Melo Machado (Rio de Janeiro, 1893-1980). Publicou seu primeiro livro de poesias, *Cristais Partidos*, em 1915, na época, casada com o poeta Rodolfo de Melo Machado. No ano seguinte, publicou de sua conferência *A Revelação dos Perfumes*, no Rio de Janeiro. Em 1917 publicou *Estados de Alma*; seguem-se a essas publicações *Poesias*, 1915/1917 (1918); *Mulher Nua* (1922), *O Grande Amor* (1928), *Meu Glorioso Pecado* (1928), *Carne e Alma* (1931). Em 1932 é publicada em *Cochabamba*, na Bolívia, a antologia *Sonetos y Poemas* de Gilka Machado, prefaciada por Antonio Capdeville. Em 1933, Gilka foi eleita “a maior poetisa do Brasil”, por concurso da revista *O Malho*, do Rio de Janeiro. São lançadas, nas décadas seguintes, suas obras poéticas *Sublimação* (1938), *Meu Rosto* (1947), *Velha Poesia* (1968). Suas Poesias Completas foram editadas em 1978, com reedição em 1991. Poeta simbolista, Gilka Machado produziu versos considerados escandalosos no começo do século XX, por seu marcante erotismo.

Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5019/gilka-machado> (Acessado em 03/09/2019).

participação na esfera pública. As mulheres ficaram de fora da Constituição porque não eram entendidas como cidadãs dotadas de direitos. Quando ficou decidido que cidadãos maiores de 21 anos e nascidos no Brasil poderiam votar, os homens “naturalmente” excluíram as mulheres, já que ficou subentendido que “cidadãos” se referia somente a parcela masculina, branca e rica da sociedade (PINTO, 2003, p.16).

Em 1917, as mulheres do Partido Republicano Feminino realizaram uma passeata no Rio de Janeiro. Reunindo cerca de 90 mulheres, elas marcharam pelas ruas da cidade exigindo o direito ao voto. Apesar do pequeno número de mulheres mobilizadas, essa passeata representou um importante momento para a luta sufragista brasileira, uma vez que nas primeiras décadas do século XX, nem sequer era permitido às mulheres da elite andarem sozinhas pelas ruas (PINTO, 2003, p.19). Esse comportamento mais ousado da primeira fase do movimento pelo voto, aproxima as sufragistas brasileiras do estilo de ação direta das sufragistas inglesas (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.36).

A partir dos anos de 1920, a vanguarda do movimento sufragista brasileiro é assumida pela bióloga Bertha Lutz e pelas mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Bertha Lutz retorna ao Brasil depois de um longo período de estudos em Paris, onde entra em contato com as sufragistas. Pertencente à elite econômica e intelectual, Bertha teve uma trajetória que a historiografia tende a classificar como “excepcional” para uma mulher brasileira do início do século XX. No entanto, muitas pesquisadoras, como a historiadora Ana Paula Palamartchuk discordam do uso desse conceito/ideia de “excepcionalidade” quando utilizado para “celebrar” aspectos da vida de determinadas figuras femininas. Segundo ela, a ideia de “excepcionalidade” aparece sempre em oposição a uma tal “normalidade” que muitas vezes jamais é revelada. Além disso, mulheres como Bertha Lutz, se insurgiam exatamente contra aquilo que era imposto como “normal” e aceitável na sociedade em que viviam por isso despertaram inúmeras reações, uma vez que suas atitudes eram consideradas inusitadas ou até mesmo “anormais” (PALAMARTCHUK, 2012, p.56). Apesar disso, elas não estavam desconectadas de seu tempo.

A FBPF caracterizou-se como primeira entidade de mulheres de caráter nacional e influenciou a criação de outras entidades de luta pelo sufrágio. Bertha Lutz possuía estreitas relações com as feministas do Norte e representou o Brasil em diversos eventos sobre as mulheres em outros países. A intelectual também gozava de imenso prestígio entre as camadas altas e a classe política, o que permitiu que a luta sufragista brasileira fosse travada “quase que exclusivamente a [SIC] nível parlamentar” (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.37). Bertha

Lutz e as demais mulheres da FBPF representavam um movimento apontado, décadas mais tarde por pesquisadoras feministas, como “feminismo bem-comportado” (COSTA, 2009, p.54). Essas mulheres souberam manejar os estereótipos de feminilidade em benefício da causa que defendiam e com isso, adentraram espaços até então exclusivos dos homens. (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1022). No entanto, para os contemporâneos dessas mulheres, elas certamente não correspondiam ao ideal de “bom comportamento” feminino já que constantemente questionavam a exclusão social e política das mulheres, indo de encontro a ideia vigente na época de que a exclusão política feminina era um fato natural. Com isso, as mulheres da FBPF, precisaram manter o “equilíbrio” entre uma postura “rebelde” de contestação da exclusão das mulheres, mas, ao mesmo tempo, conquistar o apoio da sociedade para a causa que defendiam.

Algumas mulheres negras também ingressaram no movimento pela emancipação das mulheres, organizado pela FPBF. Dentre elas, destacamos duas figuras: Maria Rita Soares de Andrade e Almerinda Farias Gama. Maria Rita foi secretária e assistente jurídica da FBPF durante muitos anos, além disso, ela também se destacou militando em outros movimentos que defendiam os interesses de grupos desfavorecidos da sociedade brasileira. Ainda assim, sua conduta pode ser entendida como conservadora, uma vez que a militante, assim como outras mulheres que lutaram pela emancipação feminina na primeira década do século XX, se apropriou de um “modelo feminino que exaltava a maternidade, a moralidade exemplar e a abnegação” (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1022).

É fundamental destacar que esses usos certamente foram fundamentais para a vida pública de Maria Rita, já que essa “feminilidade”, que simbolicamente representava a branquitude e a experiência de vida das mulheres da classe média e alta no Brasil, era recorrentemente dissociada da imagem das mulheres negras (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1022).

Durante a ditadura varguista (1937-1945), a militante dos direitos da mulher e advogada, atuou na defesa de perseguidos políticos, e defendeu até mesmo presos acusados de subversão comunista. Porém, nos anos de 1950, Maria Rita criticou abertamente a aproximação entre as organizações de mulheres e o movimento comunista e foi uma das signatárias do Manifesto das Associações Femininas de Mulheres e Senhoras que tinha como objetivo incitar as mulheres contra a convocação da Conferência Latino-Americana de Mulheres, que aconteceria entre os dias 7 e 31 de agosto de 1954, na cidade do Rio de Janeiro (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1021). Para Maria Rita, e as demais signatárias do Manifesto, as aproximações entre comunismo e organizações femininas “era um fator permanente de perturbação da ordem social” (SILVA; FERREIRA, 2017, p.1021).

Outra conhecida militante negra da FBPF, foi Almerinda Farias Gama. Datilógrafa, nascida em Alagoas. Sua entrada na organização teria se dado pela necessidade percebida pelas dirigentes da FBPF de aproximação com outros grupos de mulheres, com o objetivo de preparação para a Assembleia Constituinte de 1933. Essa explicação para a entrada de Almerinda na FBPF, apesar de comum na historiografia sobre a instituição pode ser questionada uma vez que ela desmobiliza politicamente a figura da sindicalista negra, bem como encerra qualquer possibilidade de aproximação entre as feministas da FBPF e os movimentos de mulheres negras.

Almerinda foi uma das responsáveis pela criação do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal. Sindicato do qual se tornou a primeira presidente. Almerinda ficou nacionalmente conhecida por ser a única mulher brasileira a participar das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 20 de julho de 1933. Como presidente do sindicato de datilógrafas e taquígrafas, Almerinda teve a oportunidade de participar como delegada da eleição para representantes classistas dos trabalhadores. Como única mulher a participar das eleições e ainda mais sendo uma mulher negra, imaginamos que o fato deve ter causado imensa sensação na sociedade da época.



*Almerinda Faria Gama depositando seu voto na urna/ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Almerinda\\_Farias\\_Gama](https://pt.wikipedia.org/wiki/Almerinda_Farias_Gama) (Acesso em: 11/03/2020).*

Posteriormente, Almerinda se afastou da FBPF, alegando que “na FBPF pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras” (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.317). Ainda que Almerinda ocupasse na sociedade uma posição privilegiada e tenha se aproximado mais do ideal “branco” de feminilidade, ela não esteve alheia as necessidades reais e urgentes das mulheres trabalhadoras e percebeu que provavelmente militando na FBPF não conseguiria muitas vitórias para as mulheres das classes populares e para suas irmãs negras. No entanto, mesmo hoje, a trajetória da Almerinda Farias e de outras mulheres negras que possivelmente se uniram a FBPF permanece desconhecida e pouco sabemos o que de fato mobilizava os interesses dessas mulheres.

Encontrar mulheres negras como Maria Rita e Almerinda ocupando espaços políticos, nas primeiras décadas da pós-abolição, é surpreendente e gratificante a medida que refletimos sobre as dificuldades que essas mulheres precisaram enfrentar para serem duplamente reconhecidas: como mulheres e como negras, em uma sociedade marcada pelo racismo e

machismo as duas representaram um ponto de visibilidade que muito contribuiu e continua contribuindo para a luta das mulheres negras no Brasil.

Em 1932, com muitas limitações e depois de muitos anos de luta, o voto feminino foi finalmente aprovado.<sup>12</sup> Depois da conquista do voto, Bertha Lutz continuou atuante e assumiu um mandato na câmara federal, em 1936. Segundo a historiadora Glaucia Fraccaro, apesar de Bertha Lutz se apresentar ligada às elites, ela contribuiu para a elaboração das leis trabalhistas de regulamentação e proteção para as mulheres trabalhadoras. Bertha Lutz, participou das articulações internacionais para a elaboração de uma legislação específica para o trabalho feminino, se tornando uma referência internacional (FRACCARO, 2016, p.65) e despertando reações negativas entre a esquerda brasileira, que constantemente questionava que benefícios a FBPF havia conquistado para as mulheres trabalhadoras. Para Fraccaro, ainda que a FBPF não tenha conquistado muitas aderentes entre as operárias, a entidade não esteve alheia ao contexto nacional, em que mulheres participaram ativamente de greves e mobilizações, desde 1917, reivindicando melhores condições de trabalho, salários iguais aos dos homens e o fim dos abusos (FRACCARO, 2016, p.69). Como já dito, a historiografia das Ondas precisa ser revista para que possamos compreender quais relações existiram entre as feministas da FBPF e as mulheres da classe trabalhadora, as mulheres pobres e principalmente, as mulheres negras.

## 2.2 Movimento de mulheres socialistas (dos socialistas utópicos à URSS)

Em paralelo ao desenvolvimento do movimento feminista, outro segmento do movimento de mulheres exercia forte atuação entre as mulheres trabalhadoras, o movimento de mulheres socialistas (COSTA; SARDENBERG, 2008, p.27). Esse movimento de mulheres teve suas bases lançadas ainda nas primeiras décadas do século XIX, pelos chamados socialistas utópicos como Charles Fourier e Saint-Simon. Os utópicos argumentavam que para o surgimento de uma nova sociedade era necessário transformar o papel social da mulher

---

<sup>12</sup> A conquista do voto em 1932 foi parcial. Apenas as mulheres casadas, com autorização do marido, as viúvas e solteiras que tivessem renda própria foram contempladas. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas e em 1946, assim como o dos homens, o voto das mulheres passou a ser obrigatório. Aos analfabetos, o voto só passou a ser permitido em 1985, por meio da Emenda Constitucional n.º 25, de 15 de maio de 1985, nesse caso o voto era facultativo. A chamada Constituição Cidadã de 1988, assegurou, definitivamente, o direito ao voto universal incluindo a população analfabeta, mas mantendo o caráter facultativo.



(SAFFIOTI, 2011, p.82). A condição de opressão a que estavam submetidas todas as mulheres eram vistas por eles, como um “empecilho” para o surgimento de uma sociedade racional e humanamente desenvolvida. Afirmavam que a situação de opressão feminina fazia parte do obscurantismo da sociedade burguesa, que deveria ser substituída por uma nova organização social pautada na igualdade e racionalidade (ALAMBERT, 1986). Dessa forma, buscar a igualdade entre homens e mulheres era no mínimo uma crítica à sociedade burguesa baseada na exploração dos mais fracos pelos mais fortes.

Entre as mulheres, o pioneirismo de Flora Tristan merece destaque. Nascida em Paris no ano de 1803, Flora, além de militante operária e escritora, teve a vida marcada pela violência e o abuso de um marido autoritário e agressivo. Suas experiências cotidianas a levaram a perceber como a sua realidade de dor e sofrimento era compartilhada por milhares de mulheres (SILVA, 2018, p.12).

Influenciada pelas ideias dos socialistas utópicos, Flora Tristan apresentava a luta das mulheres pela emancipação ligada intrinsecamente à luta do proletariado pelo fim da exploração de classes. Denunciando as difíceis condições enfrentadas pelas mulheres, Flora exigia tratamento igualitário, direito ao divórcio, direito à educação, direito ao trabalho em condições humanas, e o direito de participar ativamente das organizações operárias. Em 1843, publicou livro a *União Operária*, no qual defende a união internacional dos operários e a igualdade entre os trabalhadores dos dois sexos (SILVA, 2018, p.12).

Segundo a pesquisadora feminista e marxista, Zuleika Alambert (1986), Flora Tristan conseguiu perceber algumas contradições internas entre o movimento emancipatório feminino e a luta proletária pelo fim da exploração entre as classes sociais. Os direitos pelos quais lutava eram somente atenuantes da condição precária das mulheres e mudar somente o viés econômico não era suficiente para a plena emancipação feminina. “Costumava dizer que o homem mais oprimido pode oprimir um outro ser que é a sua mulher. Ela é a proletária do proletário” (ALAMBERT, 1986, p.12).

Apesar de Marx não ter elaborado nenhuma obra especificamente sobre a condição de opressão das mulheres, em alguns de seus textos, o autor do *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *A Ideologia Alemã* e *O Capital*, refletiu e denunciou como na sociedade em que vivia, as mulheres eram duplamente exploradas e como as famílias foram negativamente afetadas pelas novas relações econômicas e produtivas. Ao mesmo tempo, para Marx a saída das mulheres e das crianças da “órbita doméstica” e a inserção de ambos nos processos socialmente

organizados da produção “cria as novas bases econômicas para uma nova forma superior de família e de relação entre os sexos” (MARX, 1946, p.410 apud SAFFIOTI, 2011, p.85).

Durante as transformações do século XIX, quando as mulheres da classe média começaram a assumir vagas no mercado de trabalho assalariado, eram comuns as reações negativas e antifeministas da sociedade burguesa. Entre alguns socialistas e boa parte do proletariado, a “entrada” das mulheres no mercado de trabalho também despertava agitados debates entre aqueles que defendiam a independência das mulheres como fundamental para a superação das sociedades de classes e aqueles que defendiam que o trabalho feminino rebaixava os salários masculinos e colocava em risco as famílias (GOLDMAN, 2014).

Em 1884, Engels publicou um texto que durante muitas décadas foi responsável por influenciar o movimento de mulheres socialista, *A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado*. Nessa obra, ele vai além das formulações de seus trabalhos com Marx, e tenta encontrar as origens do patriarcado através de um olhar etnológico e antropológico sobre a formação da família (GOLDMAN, 2014). Defendendo que a emancipação feminina passaria pela inserção das mulheres no trabalho social produtivo e pela socialização do trabalho doméstico (ENGELS, 1984), reconheceu a importância da reprodução para o processo histórico e avaliou que cada período contou com uma forma específica de família.

Segundo Engels, a exploração a que estão submetidas as mulheres está intimamente ligada ao surgimento da propriedade privada e se agravou no modo de produção capitalista. A mulher passa a ser vista como uma “servente do lar” e sua sexualidade é reprimida e controlada pela família e pelo Estado. Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado* temos formulações mais elaboradas da questão familiar e conseqüentemente das questões relacionadas à mulher. No entanto, o que Engels não percebeu é que não é possível reduzir a opressão que sofrem as mulheres somente as causas econômicas e ao surgimento da propriedade privada (MITCHELL, 2006). Mesmo em sociedades socialistas, perpetuam-se as condições de exploração das mulheres e entre o proletariado, os escritos de Marx e Engels em relação à questão feminina encontraram resistências. Fato que deve ser realçado é que nenhum dos teóricos dedicou nenhuma de suas obras especificamente à “questão da mulher”, elas aparecem como conseqüências dos estudos sobre a família, ou seja, atreladas a uma ideia determinista e biologicamente construída sobre a mulher.

August Bebel (1840-1913) foi o primeiro socialista a desenvolver um trabalho voltado para a questão da mulher. Com o título *A mulher e o socialismo*, a obra foi publicada em 1879

e representou um marco para os estudos da “questão da mulher” e seus desdobramentos sociais. Publicado em diversos países e traduzido para vários idiomas, “teve um enorme impacto em muitas das futuras dirigentes do movimento socialista internacional” (GOLDMAN, 2014, p.56) como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Discípulo dos fundadores do marxismo, a obra de Bebel segue a mesma linha das concepções de Marx e Engels, mas analisa a questão da opressão a que estão submetidas as mulheres como fruto do entrelaçamento de questões econômicas e sociais (SAFFIOTI, 2011).

Em 1889, foi fundada a II Internacional Socialista. Já no Congresso de fundação, a alemã Clara Zetkin<sup>13</sup> foi responsável por discursar em nome das mulheres e, em seu discurso, além de expor a situação de dupla exploração das mulheres no sistema capitalista, Zetkin também buscou despertar o interesse das mulheres proletárias pela causa socialista (SILVA, 2018, p.28). Em um período em que as mulheres ainda não tinham o direito ao voto e nem mesmo o direito de falar em conferências, a participação de Zetkin no congresso de fundação da II Internacional representou um grande avanço para a causa das mulheres. No mesmo congresso, foi aprovada uma resolução em favor da igualdade salarial entre homens e mulheres (GONZÁLEZ, 2010, p.62).

Em 1907, a II Internacional realizou a I Conferência Internacional da Mulher Socialista e nessa ocasião, diversas resoluções foram aprovadas em favor das mulheres, inclusive com relação ao sufrágio (SILVA, 2018, p.28). Naquele momento, o sufrágio das mulheres era a principal reivindicação do movimento feminista, considerado pelos dirigentes do movimento operário um movimento divisionista e burguês.

---

<sup>13</sup> Clara Zetkin (1857-1933), possuía um lugar de destaque no movimento social-democrata alemão. Defensora dos direitos das mulheres, seu trabalho era voltado para atividades entre as mulheres e pela defesa da plena participação das mulheres no mercado de trabalho e nas organizações operárias. Lutadora inteligente e ardorosa exigia salário igual para homens e mulheres, mesmo em um período onde o proletariado e os socialistas exigiam o chamado salário familiar. Segundo ela, homens e mulheres deveriam se unir e exigir dos empregadores salários iguais. Considerava que o trabalho assalariado era pré-requisito fundamental para a emancipação feminina, mesmo que parcial, pois, segundo ela, a mulher trabalhadora se tornava refém do capitalista. Se antes o papel de produtora dentro da família era importantíssimo, com a industrialização e a produção de bens em larga escala ele se torna desnecessário. A mulher então, perde parcialmente sua posição no lar e passa a assumir uma posição nos meios de produção industriais, com isso ela passa a ter uma dupla jornada de trabalho, uma na fábrica e outra no lar. A solução para essa situação da mulher, segundo Zetkin, seria a socialização do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, deixando livre a mulher para se dedicar a atividades produtivas e sociais. Zetkin dedicou a vida à causa socialista e à causa das mulheres. Além de participar ativamente da social-democracia alemã também foi responsável pela redação de um órgão de imprensa feminina do partido, lutou ativamente entre os socialistas pelo sufrágio universal feminino, organizou as mulheres para a luta, defendeu a realização de um dia Internacional das Mulheres, participou da fundação em 1920 da Internacional das Mulheres. Sobre a trajetória de Zetkin, ver: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. Traduzido do espanhol. 1ª edição: março de 2010. Editora Expressão Popular Ltda- São Paulo. 208p.

Essa ideia era reforçada teoricamente, pela leitura que ligava a libertação das mulheres ao necessário fim da sociedade capitalista, que os/as faziam ver todos os movimentos não estritamente revolucionários com desconfiança. E organizativamente, pela ideia de que o movimento feminista desviava forças da luta revolucionária para se somar a demandas de mulheres burguesas (SILVA, 2018, p.34).

Também em 1907, realizou-se o VII Congresso da Internacional, no qual mais uma vez o tema do sufrágio feminino foi debatido (SILVA, 2018, p.28). Na prática, pouco foi feito pelos partidos e a II Internacional demonstrou pouco interesse em exigir que os partidos realizassem trabalhos entre as mulheres. Dessa forma, as mulheres continuaram às margens das organizações e partidos socialistas (GONZÁLEZ, 2010).

A II Conferência Internacional da Mulher Socialista, realizada em 1910, aprovou uma resolução em favor da realização de um dia Internacional da Mulher e esse dia seria destinado à luta das mulheres pelo voto (SILVA, 2018, p.29).

A II Internacional, órgão responsável por organizar e elaborar o programa político dos partidos socialistas espalhados pelo mundo e diretamente ligado ao Partido Social Democrata Alemão (SPD)<sup>14</sup>, maior partido socialista do período, exerceu papel decisivo na luta pelos direitos das mulheres entre os séculos XIX e início do século XX, o que certamente influenciou as concepções bolcheviques sobre a libertação das mulheres. No entanto, a II Internacional começou a perder o prestígio junto a alguns grupos socialistas a partir do início dos conflitos bélicos da I Guerra Mundial. Esse fato deu-se, pois, alguns integrantes dos partidos reunidos na II Internacional decidiram apoiar a participação de seus países na Guerra, rejeitando a palavra de ordem, que desde o início do século XX se colocava contra a “guerra espoliativa em proveito da burguesia” (CARONE, 2000, p.131).

Segundo Edgard Carone, o fato de a organização possuir um caráter descentralizado, permitiu que os membros muitas vezes assumissem posições próprias e não seguissem as resoluções votadas em conferências (CARONE, 2000). Com o apoio do SPD à guerra, até então maior partido social democrata da Europa e “centro gravitacional” da Internacional Socialista (SILVA, 2018, p.28), o desgaste da organização aumentou gradativamente, assim como as pressões exercidas por militantes mais radicais liderados por Lenin, que exigiam a fundação de uma nova entidade e expulsão dos “chauvinistas” (CARONE, 2000).

Em 1915, entre os dias 26 a 28 de março, Clara Zetkin, até então ligada ao SPD, presidiu a Conferência das Mulheres, na qual foi votada uma resolução condenando a guerra. Esse fato

---

<sup>14</sup> Em alemão: Sozialdemokratische Partei Deutschlands (SPD).

agravou a posição de Zetkin dentro do partido e culminou com seu desligamento total ao final da guerra. Logo em seguida, filiou-se, com Rosa Luxemburgo<sup>15</sup> e Karl Liebknecht, ao Partido Social Democrata Independente (USPD), criado em 1917, por antigos militantes do SPD que se posicionaram contrários à Guerra (GONZÁLEZ, 2010).

A fundação da III Internacional ou Internacional Comunista, como também ficou conhecida, aconteceu em março de 1919, já após o fim da guerra e durante os desdobramentos da Revolução Russa (CARONE, 2000).

Logo após os acontecimentos da Revolução Russa de 1917, em que as mulheres protagonizaram atos decisivos<sup>16</sup>, os bolcheviques se encontravam em um dilema. Divididos entre a necessidade de organizar as mulheres, consideradas a parcela mais atrasada e supersticiosa da classe operária e o temor de que a organização de espaços de formação exclusivos para mulheres pudesse ser confundida com o movimento feminista e provocar uma divisão na classe trabalhadora (SILVA, 2018, p.55). Entretanto, a visão bolchevique do papel social das mulheres pode ser considerada progressista, quando comparada à realidade de exclusão de direitos em que se encontravam as mulheres<sup>17</sup> no início do século XX. Logo após a chegada dos bolcheviques ao poder, em 1918, foi ratificado um Código do Casamento, da Família e da Tutela, que objetivava a igualdade entre mulheres, homens e o fim da família

---

<sup>15</sup> Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma militante polaco-alemã que se tornou mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Acreditava que as mulheres só alcançariam a libertação através da revolução social, mas nunca deixou de exigir tratamento igualitário em todos os campos em que atuou. Sobre Rosa, ver: GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. Traduzido do espanhol. 1ª edição: março de 2010. Expressão Popular Ltda-São Paulo.

<sup>16</sup> A greve que precede a Revolução Russa de 1917 é iniciada por livre decisão das mulheres trabalhadoras. Dia 23 de fevereiro era Dia Internacional da Mulher. As mulheres operárias, decidiram festejar a data, de forma diferente do habitual, que geralmente envolvia reuniões e panfletagem. Em 1917, as mulheres trabalhadoras decidiram cruzar os braços e marchar pelas ruas do distrito têxtil de Vyborg, munidas de paus e pedras parando na frente das fábricas e convidando os demais trabalhadores a se unirem a greve. Segundo Danielle Jardim (SILVA, 2018, p.43), muitos dos dirigentes bolcheviques ficaram descontentes com a atuação das mulheres, caracterizada por eles como falta de alto controle, posteriormente os três partidos socialistas da Rússia (Menchevique, Bolchevique e Srs) se viram forçados a apoiar a greve geral iniciada pelas mulheres, que culminou com a Revolução Russa.

<sup>17</sup> É evidente que a situação das mulheres das classes populares em diversos países do mundo era precária e desigual, mesmo quando comparada a realidade dos homens da mesma classe social. No entanto, a reflexão dos bolcheviques partia do próprio contexto da sociedade russa: camponesa e patriarcal. As mulheres russas trabalhavam intensamente para a subsistência da família e na produção de produtos artesanais que eram vendidos nos mercados e complementavam a renda das famílias (SILVA, 2018, p.18). Apesar de exercer papel fundamental para a sobrevivência das famílias, as mulheres russas não tinham direitos e eram vistas como propriedade dos homens da família, nesse contexto a violência contra as mulheres era entendida como um direito masculino. Sobre o contexto de vida das mulheres russas no início do século XX; ver: GOLDMAN, 2014.

nuclear. Na visão bolchevique, o drama da realidade das mulheres, duplamente exploradas no trabalho e no lar, era fruto das contradições criadas pelo capitalismo (GOLDMAN, 2014, p.19).

À medida que cada vez mais mulheres se viam forçadas a trabalhar por salários com o advento da industrialização, o conflito entre as demandas da produção e da reprodução resultou em alto índice de mortalidade infantil, lares desfeitos, crianças negligenciadas e problemas crônicos de saúde. [...] As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar - o trabalho penoso e mecânico essencial para a família (GOLDMAN, 2014, p.21).

Em resumo, para os bolcheviques, no capitalismo as mulheres jamais alcançariam a igualdade. A somatória de suas responsabilidades impedia que as mulheres estivessem em pé de igualdade com os homens na disputa pelo mercado de trabalho e pelos espaços políticos. A única maneira possível de superação da contradição entre trabalho e família era o socialismo. No sistema socialista, as tarefas domésticas, entendidas como maior empecilho para a emancipação feminina, seriam assumidas pelo Estado: “refeitórios, lavanderias e creches comunitários” liberariam as mulheres de tarefas desgastantes, com o tempo livre as mulheres se dedicariam a seu desenvolvimento pessoal e econômico (GOLDMAN, 2014, p.21). Independentemente financeiramente, as mulheres não necessitariam mais ficar presas a relacionamentos infelizes.

A família arrancada de suas funções sociais prévias, definharia gradualmente, deixando em seu lugar indivíduos completamente autônomos e iguais, livres para escolher seus parceiros com base no amor e no respeito mútuos (GOLDMAN, 2014, p.21).

Segundo Wendy Goldman, durante esses anos, logo após a Revolução e sob o impacto das políticas do chamado Comunismo de Guerra (1919-1921), acreditava-se que o novo estilo de vida socialista rapidamente suplantaria a velha ordem burguesa.

Em 1919, foi criado o *Zhenotdel* (Departamento de Mulheres do Partido bolchevique), o órgão foi criado para atender a necessidade do partido de organizar as mulheres russas entorno das diretrizes comunistas. (SILVA, 2018).

O *Zhenotdel* nunca pretendeu ser uma organização separada do partido bolchevique, pelo contrário, desde sua formação o órgão se apresentou como puramente organizativo e de caráter temporário (SENNA, 2012, p.4). A criação de uma organização própria para as mulheres era necessária, uma vez que as mulheres eram consideradas, pelos dirigentes bolcheviques, extremamente atrasadas em relação à consciência de classe. Outro fator importante para a criação do órgão era o temor que as mulheres desorganizadas como se encontravam, fossem atraídas para o movimento feminista que provocava agitações em várias partes da Europa e dos

Estados Unidos. O temor ao feminismo também é apontado como fator preponderante da falta de autonomia do *Zhenotdel*, que apesar de possuir direção própria precisava se submeter ao Comitê Central do Partido (SILVA, 2018).

A principal atividade do órgão se dava diretamente junto às mulheres trabalhadoras através de formação profissional e política, para que as mulheres se conscientizassem dos seus direitos. O principal periódico do órgão era o *Kommunitska*, mas o *Zhenotdel* também publicava uma página semanal em 74 outros periódicos semanais que já circulavam na Rússia (SENNA, 2012, p.5). O *Zhenotdel* também atuava junto ao governo pelos interesses das mulheres, como as discussões pelas melhorias nas condições de trabalho e pela legalização do aborto.

Segundo Wendy Goldman, o aborto foi legalizado na União Soviética no ano de 1920, no entanto, a prática era comum entre as mulheres russas desde muito antes da Revolução (GOLDMAN, 2014, p.304). Com o decreto de 1920, a União Soviética tornou-se o primeiro país da história a legalizar o aborto (GOLDMAN, 2014, p.305). Entretanto, o decreto trazia algumas ressalvas que deixavam claro que o aborto não era entendido como um direito concedido às mulheres, mas sim como um “mal” necessário devido às condições econômicas enfrentadas pela sociedade soviética. Os abortos deveriam ser realizados apenas pelos médicos e em hospitais. As parteiras foram proibidas de realizar os procedimentos. O aborto deveria ser desencorajado e só realizado em casos de extrema necessidade como pobreza, deficiências, risco para a saúde da mãe (GOLDMAN, 2014, pp.305-306).

O *Zhenotdel* foi dirigido até o ano de 1920 pela comunista Inessa Armand<sup>18</sup>. Após sua morte em 1920, a direção foi assumida por Alexandra Kollontai<sup>19</sup>, que ficou à frente do

---

<sup>18</sup> Inessa Armand (1874-1920) era francesa e ingressou no Partido Social-democrata em 1903. Em junho de 1907 foi presa enquanto distribuía propaganda do partido. Foi condenada a 2 anos de exílio na Sibéria, após cumprir a pena mudou-se para Paris onde entrou em contato com Lenin e outros exilados russos e em 1911 assumiu a Secretaria do Comitê de Organizações Estrangeiras criado para coordenar os grupos bolcheviques existentes na Europa Ocidental. Retornou à Rússia em julho de 1912 e dois meses depois foi presa novamente ficando 6 meses na cadeia. Ao sair da prisão foi viver com Lenin e Krupskaya na Galícia e passou a trabalhar na edição do *Rabotnitsa* (Mulheres Trabalhadoras). Em março de 1915 organizou na Suíça a Conferência Internacional das Mulheres Socialistas. Após a Revolução de Outubro integrou o Soviet de Moscou, assumiu posição contrária ao Tratado de Brest-Litovsk. Em 1920, foi uma das responsáveis pela Primeira Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. Disponível em:

[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/armand\\_inessa.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/armand_inessa.htm) (Acessado em 03/09/2019).

<sup>19</sup> Alexandra Kollontai (1872-1952) conhecida apoiadora de Lenin e importante militante do movimento proletário russo, era responsável pela organização do trabalho do partido bolchevique entre as mulheres trabalhadoras. Apesar de pertencer a uma família abastada, Kollontai dedicou sua vida a luta pela emancipação das mulheres pobres e proletárias da Rússia. Acreditava que o socialismo era o único meio para a libertação das mulheres, e via o movimento feminista como burguês e pouco interessado nas causas das mulheres pobres, sobretudo das operárias. Como militante, tentou criar, sem sucesso, dentro do Partido Social-democrata Russo, um grupo especial dedicado as questões femininas. Como intelectual acreditava que o surgimento de uma nova sociedade, acarretaria o surgimento de uma nova moral e de uma nova mulher, que extirparia de vez os restos da velha e corrompida

departamento até 1922, quando foi enviada à Noruega. Cabia ao *Zhenotdel* organizar a luta das mulheres em prol de uma melhor qualidade de vida e igualdade política e social, “promoveu a fundação de instituições para o cuidado das crianças, a criação de orfanatos, supervisionava a distribuição de alimentos, o funcionamento das escolas, da saúde pública etc.” (GONZÁLEZ, 2010, pp.134-135). A formação política das mulheres do *Zhenotdel* ocorria nas chamadas “Reuniões de Delegadas”. Mulheres escolhidas em suas localidades (de trabalho, de moradia etc.) para participar de cursos de formação política e, quando bem-sucedidas, “eram enviadas para estagiar/trabalhar em espaços de direção do governo, das fábricas, dos sovietes” (SILVA, 2018, p.58). Essas mulheres também poderiam ser enviadas para fiscalizar e organizar atividades relacionadas a socialização do trabalho doméstico (SILVA, 2018, p.58).

O papel desempenhado pelo órgão nem sempre foi visto com bons olhos pelos homens que, muitas vezes, reagiam agressivamente à política desempenhada pelas mulheres junto ao Estado. Quando encaminhadas para desenvolver atividades nos sindicatos e sovietes, geralmente eram empregadas em atividades de organização e limpeza. A situação do *Zhenotdel* foi piorando com os anos, a falta de verbas, de pessoal e de autonomia, foi progressivamente agravada pela posição daqueles contrários aos órgãos de atividades direcionadas para mulheres. O *Zhenotdel* foi finalmente dissolvido em 1930.

De 1921 a 1930 muitos anos se foram até que o *Zhenotdel* fosse finalmente dissolvido. Sua sobrevivência esteve estreitamente ligada à sua capacidade de mobilização para as demandas do governo e conjuntura, sobretudo nos anos de Guerra Civil, da fome e da NEP. Com o avançar do processo de industrialização e burocratização no final dos anos 1920, ele já não era mais necessário e, pelo contrário, tornava-se perigoso politicamente. Assim, em 1930, ele é encerrado, sendo subsumido às comissões de agitação do partido, embora tenha permanecido em ação nas fronteiras não russas, sobretudo orientais, até 1936 (SILVA, 2018, p.61).

Antes disso, em 1926, o Secretariado Feminino da Internacional Comunista já havia sido extinto, sobre o pretexto de que “estruturas separadas ameaçavam a coesão das organizações do movimento operário, correndo o risco de criar cisões” (SILVA, 2018, p.62). O Secretariado Feminino era um órgão de atuação internacional que enviava aos partidos

---

moral burguesa. Fato que só aconteceria após a vitória do socialismo. Durante a Revolução Russa, Kollontai desempenhou papel de destaque. Ao lado de Lenin, com quem desenvolveu uma longa parceria, protagonizou um dos eventos mais importantes do século XX. Seus discursos inflamavam as massas trabalhadoras a lutar pela Revolução. Após a vitória bolchevique, Kollontai assume o posto de Comissária do Povo Para o Bem-Estar Social. Em sua “*Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*”, publicada no ano de 1926, dentre outros assuntos, Kollontai narra as dificuldades que sua personalidade livre e revolucionária enfrentava em uma sociedade ainda marcada pelo conservadorismo religioso, esse fato não a impossibilitou de cravar seu nome na história, tanto como revolucionária, como feminista e também importante representante política da União Soviética. Sobre Kollontai, ler: SILVA, Daniella Jardim da Silva. *Avanços e Limites da Contribuição Soviética para a Libertação das Mulheres*: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai. (Dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.)



comunistas, organizados sob a Internacional Comunista, as diretrizes para a realização de trabalho junto as mulheres de cada país.

Em 1917, logo após a Revolução, os bolcheviques assumiram um compromisso com a liberdade das mulheres, no entanto, ao final dos anos 1930, a política de Estado Stalinista pregava um “fortalecimento repressivo da unidade familiar” (GOLDMAN, 2014, p.389). A dissolução do Secretariado Feminino da Internacional Comunista e do *Zhenotdel* representaram uma guinada na visão soviética sobre as questões relacionadas à mulher e a família. Apesar do departamento se encontrar em dificuldades por falta de investimentos desde meados dos anos 1920, ele ainda representava um importante meio de ação organizada pelas mulheres. De acordo com Stites (1978, p.344 apud: GOLDMAN, 2014, p.390), a abolição do *Zhenotdel* marcou “o fim do movimento proletário feminino”.

De acordo com a historiografia dos movimentos de mulheres, no Brasil o movimento também se apresentou dividido entre duas correntes principais, e enquanto as mulheres mais ricas e alfabetizadas se alinhavam ao feminismo, representado pelo movimento sufragista da Fundação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF) as mulheres trabalhadoras se alinhavam às vertentes anarquistas e socialistas do movimento de mulheres (COSTA; SARDENBERG, 2008).

No início do século XX, o Brasil passava por um processo de urbanização que culminaria no surgimento de uma nova cultura urbana baseada nas incipientes classes média e operária. Essa nova cultura urbana possibilitou o surgimento de novas formas de organização social (PINTO, 2003).

O ideário anarquista esteve presente com impetuosidade nas primeiras grandes greves operárias do Brasil e contribuiu para radicalizar o debate sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. A efervescência dessas ideias pode ser comprovada não só pelas greves, mas também pela existência de uma imprensa anarquista muito ativa, na qual a presença da mulher como colaboradora era uma constante (PINTO, 2003, p.33).

Mulheres e crianças representavam grande parte do operariado urbano, principalmente na indústria têxtil, onde ocupavam mais da metade dos postos de trabalho. Todavia, esses grupos eram os mais explorados entre a classe operária, recebendo os menores salários e estando submetidos a cargas horárias de trabalho absurdas que poderiam chegar as 14 horas diárias. As mulheres raramente ascendiam aos cargos de chefia. Nos periódicos da classe operária eram comuns as denúncias de abusos, inclusive os casos de assédio sexual a que as mulheres estavam constantemente submetidas (RAGO, 2004, p.578). Segundo Margareth

Rago, a maior parte dessas mulheres era branca e estrangeira e chegou ao Brasil a partir das políticas de incentivo a imigrantes europeus, iniciadas pelo governo em meados do século XIX (RAGO, 2004, p.580). Com o avanço da industrialização, o mercado de trabalho brasileiro passa a ser cada vez mais segmentado por sexo (FRACCARO, 2016, p.20) e raça.

A permanência das mulheres nos trabalhos assalariados, independente de classe social, dependia da superação de inúmeros obstáculos que iam da diferenciação salarial até ao abuso sexual. A imagem criada pela sociedade a respeito da mulher trabalhadora também era bastante negativa, frequentemente, trabalho e moralidade sexual apareciam associados. De acordo com a historiadora Margareth Rago:

Nas denúncias dos operários militantes, dos médicos higienistas, dos juristas, dos jornalistas, das feministas, a fábrica era descrita como ‘antro da perdição’, ‘bordel’ ou ‘lupanar’, enquanto a trabalhadora era vista como uma figura totalmente passiva e indefesa (RAGO, 2004, p.585).

Para a historiadora, essa visão está associada, direta ou indiretamente, ao desejo de manter a mulher na esfera da vida privada.

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado a incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e a degeneração moral. Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2004, p.589).

Algumas feministas já denunciavam a situação de desigualdade em que se encontravam as mulheres e alertavam para a necessidade da emancipação feminina através da educação e do trabalho. No entanto, a noção de trabalho das feministas, relacionada principalmente os empregos liberais, era muito diferente da realidade das trabalhadoras pobres e a visão que elas alimentavam dessas trabalhadoras era afetada pelo preconceito moral da sociedade. “Nos periódicos femininos, as feministas se diziam responsáveis pelo futuro das trabalhadoras pobres, mas pouco falavam a respeito do modo como pretendiam encaminhar, na prática, essa filantropia” (RAGO, 2004, p.591).

Descrentes da capacidade do movimento feminista em interferir em suas realidades, coube às mulheres trabalhadoras buscar na imprensa anarquista a sua voz. Através de manifestos, as mulheres trabalhadoras anarquistas, buscavam organizar as operárias e reivindicar melhores salários e condições de trabalho. Entre os grupos anarquistas e socialistas do começo do século passado, as mulheres operárias começaram, ainda que timidamente, a

desenvolver suas primeiras atividades políticas e revolucionárias. Acreditavam que a emancipação da mulher se daria através de uma revolução social, pela qual a sociedade seria completamente transformada (RAGO, 2004, p.594). Nesse caso, a emancipação feminina, aparecia de maneira secundária, e a luta de classes, era o ator principal tanto entre as anarquistas, quanto entre as socialistas, no entanto, essas trabalhadoras percebiam sua própria situação como ainda mais grave, pois, eram duplamente oprimidas. Elas denunciavam o patriarcado e a discriminação que sofriam mesmo entre os grupos considerados “libertários”.

As anarquistas e socialistas procuraram organizar as trabalhadoras, nas primeiras décadas do século, convocando-as para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam. Desde o começo da industrialização elas escreveram inúmeros artigos na imprensa operária, apontando os problemas enfrentados pelas trabalhadoras na produção e na vida social, as péssimas condições de trabalho e de higiene nas fábricas ou nas habitações coletivas e a inexistência de direitos sociais e políticos para as mulheres (RAGO, 2004, p.595).

Grande parte das anarquistas, ligadas às organizações sindicais, argumentava que a sociedade precisava ser radicalmente transformada, por isso não viam benefícios na exigência das feministas pelo direito ao voto. Segundo elas, o campo político era hierarquizado e reproduzia as desigualdades sociais e sexuais do mundo burguês (RAGO, 2004, p.597). As anarquistas e socialistas percebiam que a situação das mulheres só se alteraria a partir da libertação de toda a sociedade.

Nos próximos capítulos, vamos analisar como se deu a atuação das mulheres comunistas junto ao Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e aceito como seção brasileira da Internacional Comunista em 1924. As mulheres socialistas e comunistas, assim como alguns grupos feministas, também se mantiveram atuantes, no período de “refluxo” do movimento feminista, quando o direito parcial ao voto é conquistado por mulheres de vários países.

A relação das mulheres negras com o movimento socialista continua sendo uma incógnita. O caso mais estudado é o das mulheres afro-americanas. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis aborda o tema de como as organizações americanas lidaram com as demandas específicas desse grupo de mulheres. De acordo com Angela Davis, a partir de 1900, as organizações socialistas americanas passaram a incentivar a entrada de mulheres em suas fileiras, mas somente a organização sindical Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo; IWW, na sigla original), fundada em 1905, adotou uma política de confronto direto ao racismo. A IWW foi, segundo Angela Davis, uma das forças mais importantes para a formação do Partido Comunista dos Estados Unidos, no ano de 1919 (DAVIS, 2016, p.153).

Grande parte das organizações socialistas do período defendia que a população negra, excluída dos trabalhos industriais, não era relevante para o movimento. A opressão específica do povo negro não era reconhecida (DAVIS, 2016, p.153). Assim como no Brasil, a maior parte das mulheres afro-americanas estava fora dos trabalhos formais. Essas mulheres ocupavam vagas principalmente na agricultura e no serviço doméstico, e com isso não se beneficiavam da legislação trabalhista e dos direitos conquistados pelo movimento operário.

Lucy Parsons (1851-1942) foi uma das poucas mulheres negras a obter reconhecimento no movimento socialista americano. Lucy dedicou mais de sessenta anos de sua vida a causa socialista. Ela teria iniciado sua trajetória política no movimento anarquista ainda na juventude, passando por partidos socialistas e filiando-se ao Partido Comunista nos últimos anos de vida. No entanto, de acordo com Angela Davis, Lucy Parsons, acreditava que “racismo e sexismo eram ofuscados pela ampla exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas” (DAVIS, 2016, p.155), sendo assim, homens e mulheres de todas as raças deveriam consumir toda a sua energia lutando contra a exploração de classes. A militante não percebia fatores específicos de exploração contra a população negra ou contra as mulheres. Essa visão de Lucy Parsons era recorrente entre os socialistas.

Claudia Jones (1915-1964), apesar de não ser americana, migrou para os Estados Unidos, com os pais, ainda jovem. Ela se aproximou do Partido Comunista ao participar do Comitê de Defesa de Scottsboro<sup>20</sup>. Com apenas vinte anos Claudia assumiu a direção da Comissão de Mulheres do partido, se tornando um símbolo para as mulheres comunistas do país (DAVIS, 2016, p.165). Diferente dos argumentos defendidos por Lucy Parsons, Claudia Jones reconhecia as especificidades das mulheres negras e lutou contra os estereótipos que persistiam em invisibilizar as contribuições dessas mulheres para as lutas da classe operária.

---

<sup>20</sup> O Caso *Scottsboro* aconteceu no estado do Alabama, Estados Unidos, no ano de 1931. Na ocasião, nove jovens negros foram acusados de estupro por duas jovens brancas logo após se envolverem em uma confusão, em um trem, com alguns rapazes brancos. Mesmo sem qualquer tipo de evidência os jovens acabaram presos. Dos nove garotos presos, exceto um, Roy Wright, de doze anos, não foi condenado à força. O caso acabou despertando o interesse da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor e do Partido Comunista dos Estados Unidos que uniram forças em defesa dos jovens. A coalizão conseguiu suspender o julgamento e levá-lo para a Suprema Corte. Dadas as inúmeras irregularidades no processo, a justiça determinou a anulação dos julgamentos encaminhando o caso para a primeira instância. Mais três julgamentos foram realizados. Em um desses julgamentos uma das possíveis vítimas confessou que inventou toda a história para que os jovens negros fossem expulsos do trem. Ainda assim, oito dos 9 jovens foram condenados, um à pena de morte e os demais a penas que chegavam aos 75 anos. Em 1937 quatro jovens tiveram suas acusações retiradas, mas nesse momento a vida deles já havia mudado irreversivelmente. Alguns fugiram da cadeia, um foi baleado. Em 1976 Clarence Norris, único dos nove condenado à morte no julgamento final, foi perdoado pelo governador do Alabama. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Scottsboro\\_Boys](https://pt.wikipedia.org/wiki/Scottsboro_Boys) (Acessado em: 29/09/2020).

Em 1949, Claudia Jones publicou o artigo “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!”, na revista *Political Affairs*. No artigo, Claudia trata de assuntos específicos das mulheres negras e critica a negligência do partido comunista e das organizações sindicais e de esquerda em relação à mobilização dessas mulheres:

Essa negligência tem, por muito tempo, permeado as fileiras dos movimentos dos trabalhadores em geral, dos movimentos progressistas de esquerda e, também, do Partido Comunista. Uma cobrança mais séria sobre essa falha dos progressistas, especialmente dos marxista-leninistas, é vitalmente necessária, se quisermos colaborar para acelerar a mudança e integrar mulheres negras nos movimentos trabalhistas e progressistas e no nosso Partido. A burguesia está temerosa da militância da mulher negra, e por um bom motivo. Os capitalistas sabem, melhor que muitos progressistas, que uma vez que mulheres negras entram em ação, a militância de todo o povo negro, assim como da coalizão anti-imperialista, será bastante reforçada (JONES, 2017, p.1003).

No artigo, Claudia também não poupou críticas às mulheres progressistas que seguiam explorando mulheres negras que exerciam a função de trabalhadoras domésticas. Apesar das críticas às camaradas brancas, Claudia Jones encontrou entre as mulheres brancas aliadas conscientes das opressões e da importância da luta das mulheres negras para a libertação de toda a classe trabalhadora (DAVIS, 2016).

*Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis, é um dos poucos trabalhos, publicados no Brasil, que consegue pensar os momentos de aproximação entre a luta das mulheres negras e a luta das mulheres socialistas e comunistas. O caso brasileiro ainda carece de trabalhos sérios neste sentido, no entanto, esperamos que esta dissertação possa contribuir de alguma forma para este debate.

### 2.3 Movimento de mulheres negras e a tradição das feministas negras estadunidenses

Assim como o movimento feminista e o movimento de mulheres socialistas, o movimento de mulheres negras também constitui o movimento de mulheres. A principal característica desse movimento é a sua diversidade e heterogeneidade. Apesar dessa heterogeneidade, as ativistas desse movimento se ligam por laços identitários de solidariedade constituído com base em um passado histórico comum e no enfrentamento ao racismo (CARDOSO, 2012, p.184).

É comum ouvir que o movimento de mulheres negras é uma resposta ao racismo das mulheres brancas feministas e ao sexismo dos homens negros dos movimentos antirracistas. No entanto, como explica a historiadora Cláudia Cardoso, essa análise simplista da formação do movimento de mulheres negras retira todo o protagonismo e autonomia que as ativistas conquistaram com esforço nas chamadas organizações mistas.

As mulheres negras passam a se organizar em grupos movidas pelo compartilhamento de uma concepção de mundo, um ponto de vista moldado pela interseção de raça, gênero e classe. Sua organização decorreu do caminho trilhado pelas ativistas e surgiu da conquista de autonomia política, visando a promoção da comunidade negra, em especial, das mulheres negras (CARDOSO, 2012, p.184).

A historiadora também defende que a adjetivação “negras” “demarca muito menos a cor das mulheres negras feministas e mais uma concepção política, uma forma de ver e interpretar o mundo, intervir e produzir conhecimento” (CARDOSO, 2012, p.239). Dessa maneira, mulheres não negras também podem compartilhar as mesmas visões de mundo.

Em 1851, Sojourner Truth, mulher negra, abolicionista, ex-escravizada, proferiu um emocionante discurso na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio. Discursando em prol do sufrágio feminino, Truth denunciou toda a complexidade de ser mulher negra e pobre em uma sociedade marcada pelo racismo, pelo sexismo e pela opressão de classe.

Em seu discurso, Sojourner Truth disse:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>21</sup>

Truth além de questionar a posição social das mulheres afro-americanas na estrutura racista da sociedade estadunidense, também desafiou a própria ideologia da feminilidade comum no século XIX, que insistia em colocar as mulheres em uma posição de inferioridade intelectual e de fragilidade física, sendo esses alguns dos principais argumentos utilizados para a negação do voto às mulheres. O discurso de Truth foi um relato de suas experiências e da incompatibilidade entre o lugar reservado para as mulheres negras e a ideia de feminilidade.

---

<sup>21</sup> Tradução disponível no Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> (Acessado em 02/09/2019).

Como Salienta Cláudia Cardoso, “Truth e outras iguais a ela, na verdade, não se enquadravam na categoria *mulher*, sequer eram/são/somos vistas como humanas, já que possuíam sua humanidade negada pelo racismo” (CARDOSO, 2012, p.103, grifos no original). Segundo Davis, Truth foi a única mulher negra a participar do evento e que conseguiu com seu discurso combater a agressividade, zombarias e hostilidades dos homens presentes e, ao mesmo tempo, responder ao racismo das mulheres brancas que se opunham à sua presença (DAVIS, 2016, p.73).

O discurso de Truth é considerado como um marco do pensamento feminista negro, confirmando a ancestralidade diaspórica do movimento de mulheres negras que tem como base conceitual a interseccionalidade. Como sublinha Davis, Truth estabeleceu um “espírito de luta militante”, que inspira feministas até hoje.

Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média (DAVIS, 2016, p.74).

De acordo com Angela Davis, as militantes pelos direitos das mulheres foram omissas em relação “à condição das irmãs negras” e muitas vezes flagrantemente racistas. A presença de mulheres negras como Sojourner Truth nas convenções de mulheres, representava um claro lembrete de que “as mulheres negras também obteriam seus direitos” (DAVIS, 2016, p.75).

Em 1895, na cidade de Boston, as mulheres negras convocaram a sua primeira convenção nacional. Como destaca Davis, as mulheres negras, assim como as brancas, já se reuniam em grupos desde antes da Guerra Civil e seus objetivos se concentravam na luta antiescravista e pela sobrevivência de seu povo. Segundo hooks, mesmo nessa conferência inaugural as mulheres negras já demarcaram uma posição de luta pelos direitos das mulheres. Segundo a autora, ao contrário do que foi apresentado pela historiografia feminista, as mulheres negras tinham plena consciência de que lutavam em benefício de um movimento de mulheres e não apenas pela reforma racial (HOOKS, 2014).

Salienta hooks que, assim como o movimento de mulheres negras, o movimento de mulheres brancas também defendia uma pauta específica:

As organizações das mulheres brancas podiam confinar a sua atenção em questões como a educação, a caridade, ou a formação de sociedades literárias, enquanto as

negras estavam preocupadas em questões como a pobreza, o cuidar dos idosos e inválidos, ou a prostituição (HOOKS, 2014, p.119).

Apesar disso, só o primeiro grupo é retratado pela historiografia hegemônica com essencialmente feminista.

Nenhuma historiadora feminista branca podia escrever sobre os esforços de Lucy Stone, Elizabeth Stanton, Lucretia Mott e outras que iniciaram as reformas sociais que afetaram primeiramente as mulheres brancas como se os seus esforços estivessem completamente divorciados da questão dos direitos das mulheres. No entanto, as historiadoras que se chamam a si próprias feministas continuam a minimizar o contributo das mulheres negras na defesa dos direitos das mulheres, sugerindo que o seu foco seria apenas em medidas de reforma racial. Devido ao imperialismo racial branco, as mulheres brancas podiam organizar-se em grupos como Women's Christian Temperance Union, General Federation of Women's Clubs, sem explicitamente afirmarem na sua liderança nessas organizações que eram exclusivamente brancas (HOOKS, 2014, p.117).

Além de Truth, pioneira na luta pelos direitos das mulheres, outras mulheres negras também se destacaram na defesa do voto como Anna Cooper, Frances Elen Watkins Harper e Mary Church Terrell (HOOKS, 2014). Essas e tantas outras mulheres negras se dedicaram à luta pelo sufrágio, mas também lutaram contra o racismo da sociedade americana e das mulheres sufragistas brancas, que nunca foram capazes de construir um movimento poderoso em que os interesses de todas as mulheres estivessem realmente no centro dos debates. As mulheres negras sempre estiveram segregadas no movimento pelo direito ao voto e as brancas justificavam essa situação pela necessidade de conquistar o apoio das mulheres brancas do sul racista (DAVIS, 2016). Em 1920, quando a Nona Emenda foi finalmente aprovada e as mulheres conquistaram o direito ao voto, as mulheres negras perceberam que o novo direito adquirido fortaleceria ainda mais a supremacia branca. De acordo com hooks, a “grande maioria das mulheres brancas não usou os seus privilégios de voto para apoiar as questões das mulheres; elas votaram como votaram os seus maridos, pais ou irmãos” (HOOKS, 2014, p.123). Em muitos estados, as mulheres negras que se apresentaram para votar foram impedidas, algumas vezes de forma violenta.

A falha do sufrágio em melhorar as condições sociais das mulheres negras causou uma grande desilusão entre as sufragistas negras. Os anos que se seguiram a 1920 foram terrivelmente difíceis para a população negra. O *Jim Crow*, regime de *apartheid* institucionalizado americano, obrigou as mulheres negras a focarem sua atenção na resistência ao racismo e na sobrevivência do povo negro.

Embora as mulheres líderes negras apelassem às mulheres negras que assumissem um papel ativo como os homens negros na luta para acabar com o racismo, implicitamente ao seu apelo pela ação estava a assunção que a igualdade social dos sexos era uma questão secundária (HOOKS, 2014, p.125).



Assim como a luta sufragista, os debates sobre o controle de natalidade também evidenciaram as semelhanças e disparidades entre os objetivos das feministas brancas e abastadas, e os objetivos das mulheres negras e pobres. Mesmo sendo um pré-requisito fundamental para a emancipação de mulheres de todas as classes e raças, o controle de natalidade nunca representou um ponto de união bem-sucedida entre mulheres de diferentes classes sociais, “e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres da classe trabalhadora” (DAVIS, 2016, p.197).

Além disso, algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se basearam em premissas flagrantemente racistas. O potencial progressista do controle de natalidade continua sendo indiscutível. Mas, na verdade, o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe (DAVIS, 2016, p.197).

Segundo Davis, os direitos reprodutivos das mulheres emergem como uma reivindicação legítima já nos primeiros anos do movimento feminista organizado, ainda no século XIX. O conceito da “maternidade voluntária” era baseado na ideia central da liberdade da mulher em recusar as exigências sexuais do marido e foi amplamente divulgado pelas primeiras feministas (DAVIS, 2016, p.201).

Ao longo de muitos anos, o único método contraceptivo realmente eficaz era a abstinência. Durante esse período, inúmeras mulheres foram obrigadas a abrir mão da sua sexualidade em prol da realização pessoal fora do casamento, seja na educação, no trabalho ou na luta pelos direitos políticos. Essas mulheres também enfrentaram a oposição da sociedade do século XIX, para quem a importância social das mulheres era medida de acordo com a sua capacidade de mãe e esposa. Entretanto, segundo Davis, esse comportamento social estava associado ao estilo de vida das classes média e da burguesia (DAVIS, 2016, p.201).

As aspirações por trás da reivindicação da “maternidade voluntária” não refletiam as condições das mulheres da classe trabalhadora, engajadas em uma luta muito mais fundamental pela sobrevivência econômica. Uma vez que essa primeira reivindicação pelo controle de natalidade foi associada a objetivos que só poderiam ser atingidos por mulheres com riqueza material, um grande número de mulheres pobres e da classe trabalhadora teve certa dificuldade em se identificar com o embrionário movimento pelo controle de natalidade (DAVIS, 2016, p.201).

A urbanização rápida dos Estados Unidos e o novo papel social das mulheres na sociedade contribuiu para que as famílias da classe média e da burguesia decidissem ter cada vez menos filhos. Em 1905, o presidente Theodore Roosevelt, classificou de “suicídio da raça” a diminuição progressiva do número de nascimento de crianças brancas (DAVIS, 2016). A atitude racista em relação à população mais pobre e não branca surgiu em um “período de crescimento acelerado da ideologia racista e de grandes ondas de tumultos raciais e linchamentos no cenário doméstico” (DAVIS, 2016, p.202). Esse clima hostil dividiu as

feministas entre as que se mantiveram fiéis à ideia de “maternidade voluntária” e as que capitularam ao racismo da utilização do controle de natalidade como meio de impedir a proliferação dos mais pobres (DAVIS, 2016, p.203).

Assim, as brancas prósperas de sólida linhagem ianque poderiam continuar sendo superiores em número na população. Dessa forma, o viés de classe e o racismo se infiltraram no movimento pelo controle de natalidade ainda em sua infância. [...] O que era reivindicado como um “direito” para as mulheres privilegiadas veio a ser interpretado como um “dever” para as mulheres pobres (DAVIS, 2016, p.203).

Nas primeiras décadas do século XX, o movimento pelo controle de natalidade estava sobre forte influência do eugenismo<sup>22</sup> (DAVIS, 2016, p.205). Em 1932, pelo menos 26 estados americanos aprovaram leis e executaram esterilização compulsória em pessoas consideradas “inaptas”. Em 1939, foi criado, pela Federação dos Estados Unidos pelo Controle de Natalidade, o “Projeto Negro”, que mantinha o viés racista do projeto de esterilizações compulsórias. A propaganda do controle da natalidade teria como principais aliados os pastores negros. Esse episódio teria confirmado “a vitória ideológica do racismo associado às ideias eugênicas no movimento pelo controle de natalidade” (DAVIS, 2016, p.206) e retirado todo o potencial progressista.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, as mulheres negras têm uma longa tradição de luta contra as injustiças sociais. Ao longo dos mais de 300 anos de escravidão, elas participaram de rebeliões e revoltas, mas também estabeleceram formas próprias de resistência e de luta pela sobrevivência “contrariando a ideia de que aceitaram com passividade a opressão imposta” (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.86).

As mulheres também foram obstinadas em manter unida a família negra e os laços de solidariedade entre a comunidade. Foram também as mulheres as principais responsáveis pela preservação da cultura afro-brasileira. É “possível argumentar, inclusive, que as mulheres foram os primeiros agentes da emancipação da comunidade negra na diáspora” (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.86).

As mulheres exerceram papel preponderante entre as comunidades que se refugiavam e se organizavam nos quilombos, a partir do século XVI. Ainda que as fontes sejam escassas e imprecisas sobre o papel da mulher quilombola, chega até nós indícios de que ao menos duas mulheres se destacaram como lideranças no Quilombo dos Palmares, um dos mais importantes do Brasil, são elas: Aquiltune e Acotirene (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.82). Em

---

<sup>22</sup> Movimento de cientistas, médicos e estudiosos financiados por magnatas e empresários que tinham como objetivo garantir a pureza racial e eliminar os indesejados. Sobre eugenia ver: DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. -2. Ed. -São Paulo: Contexto, 2012.

outras regiões, inúmeras mulheres foram responsáveis por Quilombos e possibilitaram a organização e resistência da população negra.

Seja na manutenção material, com o abastecimento de provimentos, como confecções de roupas, utensílios etc., seja na espiritual, a presença da mulher destaca-se em várias comunidades quilombolas. Em alguns mocambos elas possuíam uma função religiosa fundamental e fortaleciam o espírito combativo de seus habitantes [...] Podiam ficar responsáveis pelo trabalho agrícola das comunidades e pela preparação dos alimentos, embora também pudessem acompanhar quilombolas em seus ataques às plantações vizinhas. Além de combaterem lado a lado com os homens, elas exerciam, frequentemente funções logísticas significativas, conduzindo alimentos, pólvora e armamentos, assim como removendo e cuidando de feridos (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.82).

A partir do século XIX, a população negra, em geral, e as mulheres em particular, passaram a aproveitar as brechas do sistema escravagista e manipularam os mecanismos jurídicos necessários para defender seus mínimos direitos, inclusive, muitas recorreram à justiça para conquistar a tão sonhada liberdade, para si e para seus familiares (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.104). No século XIX, as mulheres também participaram das inúmeras revoltas e levantes contra o sistema escravagista. Em 1835, Luíza Mahin, mãe do poeta abolicionista Luiz Gama, se juntou a outros africanos islamizados, deflagrando na Bahia o levante que ficou conhecido como “revolta dos malês”, além de Luíza, outras mulheres também participaram do levante desenvolvendo todo tipo de atividade. De acordo com pesquisas recentes, após a revolta, 31 mulheres foram investigadas e a maioria punida. A Revolta dos Malês não foi um caso isolado, as mulheres negras estiveram presentes em levantes e revoltas acontecidos em várias partes do território e que tinham objetivos diversos (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.96).

Na pós-abolição, as mulheres negras continuaram com seu papel preponderante para a sobrevivência da família, da cultura e da religiosidade negra. Muitas mulheres se destacaram por invadir espaços até então vedados a população negra. Maria Firmina dos Reis, Auta de Sousa<sup>23</sup> se destacaram na literatura, elas também lutaram pelo direito à educação, como Ana de Almeida Cabral<sup>24</sup>. Tantas outras também se envolveram na luta pelos direitos trabalhistas e das mulheres, fundando associações e sindicatos, como Almerinda Farias Gama e Laudelina de

---

<sup>23</sup> Nasceu em 1876, no Rio Grande do Norte. Frequentou o Colégio São Vicente de Paula, administrado por freiras francesas, na cidade do Recife. Se destacou como melhor aluna da turma. Publicou poemas em jornais e revistas, mas faleceu ainda jovem, com apenas 24 anos.

<sup>24</sup> Foi nomeada, em 1897, a primeira professora do Colégio São Benedito, criado no mesmo ano, no interior da Irmandade São Benedito dos Homens Pretos, em Campinas. Em 1910, o colégio foi incorporado à Federação Paulista dos Homens de Cor (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Campos Mello<sup>25</sup>. Benedita Costa<sup>26</sup> foi uma liderança entre as Rosas Negras, organização da Frente Negra Brasileira (FNB). Antonieta de Barros<sup>27</sup> foi a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, quando eleita deputada estadual pelo estado de Santa Catarina, em 1934 (NUNES, 2011, p.215). No entanto, a história do movimento de mulheres negras do final do século XIX e início do século XX ainda precisa ser melhor abordada.

---

<sup>25</sup> Nasceu em 1904, em Minas Gerais, mas foi no estado de São Paulo que se destacou como grande responsável pela organização das trabalhadoras domésticas, categoria da qual fazia parte. Lutou contra o racismo e pelos direitos das domésticas durante toda a vida. (SHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

<sup>26</sup> Foi presidente das Rosas Negras (departamento de mulheres da FNB). Promovia saraus e festivais de dança e literatura. “Esses eventos serviam para aumentar a coesão do grupo” (DOMINGUES, 2007, p.360).

<sup>27</sup> Nasceu em Santa Catarina, em 1901, filha de lavadeira, tornou-se escritora, jornalista e política. Foi eleita deputada, em 1934, pelo Partido Liberal (SC). Foi a primeira mulher a tornar-se deputada pelo estado de Santa Catarina (NUNES, 2011).

### 3 O PCB E AS MULHERES EM SEUS PRIMÓRDIOS

#### 3.1 A fundação e as primeiras mulheres

Entre os dias 25 e 27 de março de 1922, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, lideranças de grupos comunistas de várias regiões do país, se reuniram no Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em atividade até hoje, o PCB<sup>28</sup> é considerado a mais antiga agremiação partidária do Brasil (DEL ROIO, 2007, p.90).

O processo gradativo de fundação do PCB se iniciou nos últimos anos da década de 1910 sob os impactos da vitória dos bolcheviques na Revolução Russa e da experiência operária nas greves de 1917-1919 (KAREPOVS, 2003, p.48). O período que separa a empolgação de 1919, quando os primeiros partidos comunistas<sup>29</sup> são fundados no país, e a fundação do PCB apenas em 1922, é reflexo da própria formação social do Brasil. Michel Zaidan Filho recusa a tradicional explicação dos remanescentes anarquistas na prática e no discurso dos primeiros dirigentes comunistas. De acordo com ele, as ideologias sociais (positivismo, socialismo, anarquismo, comunismo, trabalhismo, etc.) têm em sua gênese um matiz nacional-popular que tem a ver com as lutas abolicionistas e republicanas no Brasil. Ao matiz nacional-popular, o autor acrescenta ainda “o reforço das influências positivistas e evolucionistas no socialismo internacional da época que não abandonará tão cedo o pensamento socialista brasileiro” (ZAIDAN FILHO, 1987, pp.222-223).

Não há nenhuma evidência sobre a participação de mulheres durante o Congresso de fundação do partido, as mulheres também não participaram, pelo menos não oficialmente, dos dois congressos subsequentes, o de 1925 e o de 1928/1929. No entanto, não podemos descartar a participação feminina nos preparativos e execução dos congressos, somente porque, seus nomes não foram registrados nas atas “oficiais”. No início do século XX, as mulheres ainda não haviam conquistado o direito ao voto e estavam certamente excluídas da participação político-partidária, no entanto, é correto afirmar que as mulheres desenvolveram mecanismos próprios de atuação política e de reivindicação, e participaram das principais greves operárias

---

<sup>28</sup> O PCB, hoje chamado de Partido Comunista Brasileiro, possui uma história recheada de “rachas” e cisões que produziu uma variada gama de organizações e partidos.

<sup>29</sup> De acordo com Del Roio, em junho de 1919, realizou-se a conferência de fundação do primeiro Partido Comunista do Brasil. Participaram da conferência delegados de várias regiões do Brasil, no entanto questões ideológicas e organizativas impediram que o Partido tivesse vida longa (DEL ROIO, 2007).

das primeiras décadas da República (RAGO, 2004). Ainda assim, as mulheres do movimento operário estavam muitas vezes confinadas em atividades de apoio, consideradas de menor importância e/ou “essencialmente femininas”, logo desvalorizadas.

Uma forma de vencer a barreira do confinamento encontrada pelas mulheres e muito bem utilizada, foi a imprensa operária. De acordo com Margareth Rago, desde o início da industrialização, quando foram convocadas “para as assembleias sindicais ou para discutir os problemas femininos dentro dos sindicatos e comitês a que pertenciam”(RAGO, 2004, p.595), as mulheres utilizaram a imprensa operária como meio para denunciar as péssimas condições de trabalho e de higiene a que estavam submetidas, seja nas fábricas ou nas habitações, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho, os abusos, os preconceitos e a falta de direitos políticos e sociais (RAGO, 2004, p.595). Como veremos à frente, entre as comunistas a imprensa também foi utilizada para reivindicação de direitos e atuação política.

Ainda que as mulheres não estivessem devidamente registradas nos três primeiros congressos do PCB, sabemos que a primeira mulher a ingressar no partido foi a operária têxtil Rosa Bittencourt, ainda no ano de 1922, logo após a fundação (BERNARDES, 1995, p.133). Trabalhadora da indústria desde a infância, Rosa participou das mais importantes mobilizações da classe operária brasileira, como a luta pela jornada de oito horas, pelo direito às férias, pelo direito ao horário de almoço e pela estabilidade no emprego (BERNARDES, 1995, p.134). De acordo com informações coletadas pela historiadora Maria Elena Bernardes, Rosa teria conquistado imenso prestígio entre as colegas trabalhadoras, quando aos doze anos feriu “sem titubear” com uma barra de ferro um contramestre que a assediava (BERNARDES, 1995, p.134). O episódio, apesar de assustador, revela uma parte do cotidiano das mulheres e crianças trabalhadoras do início do século XX, em que os abusos eram constantes. O fim dos abusos, a equiparação salarial e a melhora das condições de trabalho eram reivindicações constantes das mulheres trabalhadoras (FRACCARO, 2016). Rosa também se tornou uma importante líder sindical, tendo atuado nas lutas do Bloco Operário e Camponês (BOC) e no Comitê das Mulheres Trabalhadoras. No ano de 1930, Rosa representou as trabalhadoras brasileiras como delegada no Congresso Mundial da Mulher, na URSS (BERNARDES, 1995, p.134).

Ainda segundo Bernardes, Rosa não era casada com nenhum militante, o que para a historiadora torna evidente a relação orgânica de Rosa com o partido desde a sua fundação, uma vez que, segundo ela, o papel desempenhado pelas mulheres no PCB quase sempre esteve atrelado ao “marido que desempenhava algum papel de destaque na estrutura interna do partido” (BERNARDES, 1995, p.134). Mesmo que seja possível discordar de Bernardes, o fato

é que pouco se sabe sobre a existência de mulheres no PCB no início da década de 1920. As poucas que atingiram certo grau de reconhecimento nas memórias dos primeiros militantes e posteriormente na historiografia foram aquelas com algum envolvimento pessoal com os comunistas. Rosa seria a exceção que confirma a regra. Quando questionado em entrevista sobre a participação das mulheres nos primeiros anos do PCB, Octávio Brandão, dirigente do PCB durante o período, lembra-se apenas de alguns nomes, segundo ele, esposas dos militantes (REGO, 1993, p.104).

As informações coletadas por Bernardes sobre a militante Rosa Bittencourt, só foram possíveis graças à dedicação de outra militante do PCB, Eloíza Felizardo Prestes<sup>30</sup>, que durante anos dedicou-se a reunir diversos materiais sobre a temática das mulheres e do feminismo e elaborou verdadeiros dossiês a respeito de importantes figuras femininas dos séculos XIX e XX (BERNARDES, 1995). Entre os documentos coletados por Eloíza, é possível encontrar uma variedade de documentos que vão desde os recortes de jornais até as biografias de mulheres brasileiras e estrangeiras.<sup>31</sup>

O dossiê de Rosa, encontrado por Bernardes, está localizado em meio a essa vasta documentação. De acordo com Bernardes a informação de que Rosa teria sido a primeira mulher a filiar-se ao PCB, ainda em 1922, encontra-se manuscrita no dossiê e aponta como fonte da informação o comunista e fundador do partido Astrojildo Pereira (BERNARDES, 1995). No mesmo ano da filiação de Rosa, em 13 de novembro de 1922, Astrojildo, então secretário-geral do recém fundado partido, responde à indagação do Secretariado Feminino da Internacional Comunista (IC) sobre a realização, por parte do PCB, de um trabalho sistemático entre as mulheres. Na correspondência o comunista relata algumas das dificuldades enfrentadas pelo partido na realização do trabalho de propaganda entre as mulheres:

---

<sup>30</sup> Eloíza Felizardo Prestes nasceu em 1900, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Filha de Leocádia Prestes e Antônio Pereira Prestes, e irmã de Luiz Carlos Prestes. Em 1931, devido às perseguições do governo brasileiro a Prestes partiu com a família para a URSS, onde trabalhou como datilógrafa no Departamento Latino-americano da Internacional Comunista, devido ao bom trabalho executado, foi promovida a chefe da seção técnica do Departamento. Permaneceu na URSS até o fim da Segunda Guerra, regressado ao país em 1945, depois da anistia, quando se filia ao PCB. Nas eleições de 1947 é eleita segunda suplente de vereador, pela cidade do Rio de Janeiro, então capital da república. Eloíza também foi atuante nas organizações femininas de esquerda e trabalhou como secretária do jornal *O Momento Feminino* e na revista *Problemas*. Faleceu em 03 de maio de 1998. Informações disponíveis em:

<http://www.amorj.ifcs.ufri.br/arquivos/ELO%C3%8DSA%20FELIZARDO%20PRESTES.pdf>  
(acesso em 06/01/2020).

<sup>31</sup> É possível acessar a coleção de Eloíza Felizardo Prestes no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Eloíza também arquivou documentos sobre outros temas. Sua coleção conta com documentos textuais, documentos impressos e documentos visuais. Para obter mais informações sobre a coleção de documentos acesse: <http://www.amorj.ifcs.ufri.br/acervo.htm#colecoesparticulares>

Cara camarada,

Temos diante de nós a sua carta de 14 de outubro de 1922. Não recebemos as circulares nº 6,7 e 8. Elas provavelmente se perderam nos correios. Talvez também por causa do endereço que você usou[...]

O nosso jovem P.C ainda não pode fazer um trabalho sistemático entre as mulheres. Além disso, desde mais de 4 meses que vivemos no Rio sob o estado de sítio (por causa de um “putsch” militarista abortado), este sim tornou a nossa propaganda em geral muito difícil. No entanto, temos algumas mulheres em nossas fileiras, geralmente casadas com militantes, e pretendemos organizar, no próximo ano, uma propaganda sistemática entre as trabalhadoras, criando um comitê especial para esse fim.

Por favor, envie-nos, camaradas, se possível, materiais de propaganda para as mulheres, o que nos ajudará muito (em francês ou espanhol, ou mesmo esperanto).<sup>32</sup>

O *putsch* militarista abortado a que o Astrojildo se refere foi a revolta tenentista de julho de 1922, episódio que ficou conhecido como Levante dos “18 do Forte”. O estopim da revolta foi a insatisfação de jovens tenentes com a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, envolvido em conflitos políticos na disputa pela presidência do estado de Pernambuco. No entanto, os pesquisadores apontam um período gradativo de insatisfação dos tenentes, motivado por “um acirramento das contradições entre parte do efetivo do exército e o poder instituído” (COSENZA, 2012, p.49). Além da revolta com a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, os tenentes também faziam uma crítica ao próprio presidente Arthur Bernardes, o que motivou uma repressão violenta, culminando em muitas mortes e perseguições. O Levante dos 18 do Forte, segundo parte da historiografia brasileira, foi o marco inicial das revoltas tenentistas que movimentaram o Brasil durante toda a década de 1920 e atingiram seu ponto máximo com a “Revolução” de 30 (COSENZA, 2012).

Em à relação ao PCB, nos interessa saber, como aponta o próprio Astrojildo, que a revolta frustrada intensificou a repressão sobre o partido e os demais movimentos políticos opositores ao regime oligárquico que dominava o país durante a chamada República Velha. Na verdade, o PCB foi posto na ilegalidade poucos meses após o Congresso de Fundação, tendo alguns dos seus membros presos e sendo obrigado a atuar na clandestinidade (DEL ROIO, 2007) o que certamente dificultou não só a propaganda e a organização entre as mulheres, mas também a organização e penetração do partido entre o movimento operário. Astrojildo ressalta, no entanto, a presença de algumas mulheres nas fileiras do partido, geralmente casadas com militantes e, anuncia para o próximo ano, uma propaganda sistemática entre as trabalhadoras com a criação de um comitê especial.

---

<sup>32</sup> Astrojildo Pereira – “Au Frauensekretariat”. Correspondência. Secretariado Feminino da IC. 13 nov. 1922. Arquivo de História Política da Rússia, F.495, op.029, d.005 Cedem/Unesp[ic-0109.pdf]. (tradução nossa)



Dois anos depois da primeira indagação do Secretariado Feminino (SF), no ano de 1924, Octávio Brandão, dirigente do partido, tenta explicar, mais uma vez, a situação feminina nos quadros do PCB. Em carta escrita no dia 19 de março de 1924, então como secretário para assuntos do exterior:

Camaradas,

Temos recebido numerosa documentação sobre o Secretariado Feminino da IC.

Infelizmente, o PCB, pequeno como é, não tem uma só mulher para encarregar-se deste trabalho.

Vosso e da causa.

Octávio Brandão

Secretario para o exterior.<sup>33</sup>

O trabalho o qual Brandão se refere, muito provavelmente, seja o de agitação e propaganda entre as trabalhadoras, cobrança constante por parte do Secretariado Feminino da Internacional Comunista em relação à atuação deficiente dos partidos comunistas. Apesar da carta de Astrojildo de 1922 afirmar que o partido tinha planos para organizar as mulheres no ano seguinte, 1923, e criar, inclusive, um comitê especial para esse fim. A carta de Brandão em 1924, nos conduz a concluir que o partido não foi capaz de atrair mulheres para suas fileiras. Dessa vez, nem mesmo as esposas foram mencionadas.

Estamos falando aqui de um partido ainda muito pequeno, restrito a alguns centros urbanos e com pouca penetração entre as classes trabalhadoras. De acordo com estimativas de Apoena Canuto Consenza, no ano de 1924, quando Brandão escreveu a carta para o Secretariado Feminino da IC, o número de filiados ao Partido não chegava a 500 (COSENZA, 2012, p.93). Ainda de acordo com a pesquisadora, durante os anos que antecedem o II Congresso, a organização do PCB se deu de forma acidentada. Os motivos seriam além do baixo número de filiados, a falta de experiência partidária, a ilegalidade e os limites organizativos e materiais do PCB (COSENZA, 2012, p.117).

Contudo, é importante ressaltar, que Brandão já era casado com a poetisa Laura Brandão desde o ano de 1921, quando ambos atuavam no movimento anarquista e Laura já se destacava por sua dedicação como militante. Apesar de jamais ter se filiado oficialmente ao PCB, Laura foi ativa nas organizações do partido, redigindo o órgão oficial *A classe Operária*, participando

---

<sup>33</sup>Octávio Brandão- “Camaradas”. Correspondência. Secretariado Feminino da IC. 19 março 1924. Arquivo de História Política da Rússia, F.495, op.029, d.014 Cedem/Unesp [ic-0148.pdf].

de comícios, distribuindo jornais em frente as fábricas e ajudando a fundar a primeira organização de mulheres de cunho comunista do Brasil, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras.

Após o casamento, Laura foi se distanciando lentamente da elite literária da qual fazia parte. Junto com Octávio, envolveu-se com o mundo dos comunistas e trocou os salões literários pelas ruas, greves operárias, reuniões sindicais e a redação do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB (Partido Comunista do Brasil). Sempre presente em comícios com “as filhas pelas mãos”, sua participação mais relatada é a do episódio da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1929, num comício organizado em solidariedade à greve dos gráficos em São Paulo, quando Laura, numa liderança ímpar, dominou os soldados que avançavam contra os manifestantes (BERNARDES, 2005, p.5).

Para Bernades, a recusa de Laura em filiar-se ao partido, demonstra uma maneira encontrada pela artista de protestar contra a posição de subordinação que o partido atribuía às mulheres, contra o autoritarismo dos partidos comunistas e contra as perseguições de Stálin, na União Soviética, onde morreu exilada durante a ocupação alemã, “se filiada fosse, estaria assinando as regras e a servidão imposta aos seus militantes” (BERNARDES, 2005, p.123).

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 1977, Octávio Brandão afirmou que Laura jamais se filiou ao partido, pois o mesmo exigia que ela abandonasse as próprias filhas e se dedicasse exclusivamente ao partido. Nas palavras dele, ela teria dito: “Isso eu não faço. Então eu vou educar os filhos dos outros e abandono as minhas filhas?” (REGO, 1993, p.50). No entanto, quando questionado se o partido só tinha militantes que se dedicassem exclusivamente, Brandão respondeu:

Muito pouco, porque não podia pagar. Os operários trabalhavam a noite toda para o partido e, de manhã, com sono, iam para a porta da fábrica. Vários, assim como Joaquim Nepomuceno, ferroviário do Engenho de Dentro; soldador elétrico, uma criatura maravilhosa, uma dedicação total. Acabou tuberculoso, veio o coração... e morreu (REGO, 1993, p.51).

As exigências do partido em relação à militância eram flagrantemente sexistas, pareciam, até mesmo, deliberadamente pensadas para desestimular uma atuação política mais direta das mulheres. O órgão oficial do partido, *A Classe Operária*, publicou na edição de 1 de maio de 1926, o discurso da camarada Nympha Vimmar, realizado em sessão especial no dia 4 de abril do mesmo ano. Com o título fazendo alusão à “Jornada internacional da mulher operária”, o discurso é um relato da condição social da mulher trabalhadora no Brasil e do menosprezo do homem comunista em relação à organização das mulheres.

Em geral a mulher operária sob o regime capitalista é duplamente sacrificada.

Ainda que trabalhe 8 horas na fábrica ou atelier, ella em chegando à casa, (geralmente desconfortável) apesar de fatigada, além das exigências do companheiro por vezes

indelicado, encontrara novos afazeres não menos fatigantes que instintivamente será forçada a fazer.

Si ella tiver crianças, a sua vida será peor ainda; si confiar no salário do companheiro e deixar de trabalhar, fatalmente a miséria invadirá o seu lar...<sup>34</sup>

Depois de ressaltar as dificuldades diárias enfrentadas pelas mulheres em sua dupla ou tripla jornada, Nympha se queixa do tratamento que as camaradas trabalhadoras recebem dos companheiros homens:

Nós operárias do Brazil, ao par de uma incomparável natureza topographica, temos a falta do amor ao bello e confortável.

Não pomos em dúvida o efeito occasionado pela situação econômica pouco favorável. Mas o atrazo industrial, a falta de instrução e disciplina, o menosprezo dos homens para levar suas companheiras às reuniões muito tem concorrido para o retardamento do conhecimento das vantagens adquiridas pelo regimem comunista.<sup>35</sup>

Segundo Nympha, “é incomparável a influência da mulher nos momentos de luta, principalmente quando ella está cônica do seu papel de revolucionária”. Nympha utiliza os exemplos de Anna Kalyguina e Alexandra Kollontai como “exemplos frisantes da elevação feminina”. Porém, com a relação as mulheres brasileiras, afirma:

Somente nós, operárias do Brasil, é que sob uma nostalgia doentia, dormimos o sono do esquecimento enquanto [SIC] denodadas companheiras russas, inglesas, francezas, italianas, allemãs, norueguesas, trabalham para os P.C. tomando parte em suas reuniões, commentando as vantagens do communismo e gozando os seus beneficios.<sup>36</sup>

De acordo com Nympha, as mulheres brasileiras estavam atrasadas e excluídas do movimento comunista internacional. Elas não recebiam nenhum tipo de incentivo de seus companheiros para se aprofundar nas atividades militantes e também precisavam lidar com a desunião entre as próprias mulheres, o que segundo Nympha, dificultaria “o auxílio espontâneo”<sup>37</sup>. Para a historiadora Margareth Rago, a não-socialização de informações importantes e a imposição de barreiras a atuação sindical das mulheres era uma estratégia masculina para evitar a entrada das mulheres na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino (RAGO, 2004, p.582). Com relação ao PCB, já vimos que além das debilidades organizativas e materiais, as mulheres militantes ainda precisavam vencer as barreiras impostas pelo partido no recrutamento dos seus militantes.

---

<sup>34</sup> VIMNAR, Nympha. “Jornada internacional da mulher operária” – *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1926, número especial.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Ibidem.

<sup>37</sup> Ibidem.

A exigência de “dedicação exclusiva”, ainda que não fosse seguida à risca, tornava-se um empecilho a participação feminina no partido. Parece impossível, que em algum momento o PCB tenha exigido que os homens comunistas abandonassem os próprios filhos, mesmo porque durante boa parte do século XX o cuidado com os filhos era visto como atividade essencialmente feminina. Sendo assim, exigir que as mulheres abandonassem seus próprios filhos “em nome da causa”, enquanto os homens, caso do próprio Brandão, podiam manter suas famílias, só demonstra como o partido conservava as estruturas hierárquicas de gênero presentes na sociedade brasileira dos anos vinte. O reforço das funções maternais das mulheres, permitia que os homens dedicassem mais tempo a militância. De acordo com Maria Elena Bernardes, a função de “esteio do marido guerreiro”, foi uma das principais missões atribuídas pelo PCB às mulheres (BERNADES, 1995).

Na *Classe Operária* de 1925, a direção do PCB alerta a vanguarda operária para a necessidade da “educação proletária das companheiras”. Para o autor do texto, conquistar as mulheres e filhos para o movimento comunista, seria o primeiro “esforço individual de transformação social” empregado pelo militante comunista:

Aquele que não conseguiu transformar os seus não só vive em um verdadeiro inferno como tal lacuna é um sinal de sua inferioridade como militante. Aquele, porém que o consegue sente logo um redobrar de energias. O lar operário deve ser o prolongamento do sindicato. O lar do marxista deve ser o prolongamento do partido<sup>38</sup>.

Em relação ao casal, Laura e Brandão, Bernardes afirma que a sobrevivência da família dependia do apoio financeiro e material recebido da mãe de Laura, Jacintinha, que havia transformado a casa em que vivia em pensão. Ainda de acordo com Bernardes, a casa da família Brandão, na Rua Curvelo n.11, vivia sob a intensa vigilância policial, e as filhas do casal ajudavam Brandão a driblar a perseguição policial (BERNADES, 1995, p.121). Na vizinhança Laura era vista como o “homem da casa”.

Brandão passou grande parte do tempo que viveram na rua do Curvelo na cadeia. Quando livrava-se da prisão e voltava para casa, nunca era recebido com apreensões; ao contrário, havia sempre um canto de esperança à sua espera. Laura estava sempre alegre e com um poema para recebe-lo (BERNADES, 1995, p.126)

Apesar disso, a visão de Astrojildo e Brandão corroborada, anos mais tarde, por boa parte da historiografia sobre a participação das mulheres no PCB, invisibiliza a trajetória e a individualidade dessas mulheres, que são apresentadas como simples extensões do marido comunista. Essa invisibilidade acaba criando uma falsa ideia de que as mulheres pudessem

---

<sup>38</sup> [S.A] “A educação das mães proletárias” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1925. Número 9. p.1.

separar a vida privada da vida pública, o que não é verdade, uma vez que o próprio contexto de repressão em que se encontrava o país, impossibilitava que a vida privada e a vida pública fossem vivenciadas de maneira distinta pelas militantes comunistas, ainda que não filiadas oficialmente ao PCB. A vida pessoal e pública se sobrepunha.

Essa sobreposição tinha motivos de ordem prática, em virtude da constante atenção contra as ações de espionagem e infiltração da polícia, mas invariavelmente vinha acompanhada de justificação ideológica. Esse discurso que articulou a ação revolucionária das mulheres com as necessidades imediatas da organização partidária foi displicente no que tange a definição do sujeito *mulher* revolucionária, de tal maneira que pouca atenção foi dedicada às categorias relacionais *mulher/homem* enquanto atores diferenciados na luta pela transformação radical da sociedade brasileira (CORTES; RANGEL, 2008, p.204).

A dificuldade em reconhecer o potencial das mulheres enquanto agentes políticos, dotados de capacidade de organização e reivindicação, foi durante muitos anos um problema grave dos movimentos operários. Segundo Michelle Perrot, a participação das mulheres nas manifestações dos trabalhadores sempre foi vista com desconfiança pelos homens, mesmo quando as mulheres se tornaram o motor das principais greves do começo do século XX. O papel desempenhado pelas mulheres no início dos motins era louvável, entretanto, o comportamento “espontâneo” deixava os homens preocupados e desejosos em dar um rumo “viril” as manifestações. Para evitar as inadequações do comportamento feminino, cabia aos homens “ensinar às mulheres os méritos da organização permanente” (PERROT, 2006, p.211). No começo do século XX, a compreensão de que as relações sociais e culturais dotavam homens e mulheres de comportamentos diferentes e que a “espontaneidade” das mulheres era uma das principais formas que elas encontravam para intervir no espaço público, ainda não estava elaborada.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar (PERROT, 2006, p.212).

A partir da análise das fontes e da leitura da historiografia sobre o PCB, podemos concluir que nos primeiros anos, logo após a fundação do partido, a participação feminina esteve muito limitada não apenas por questões organizativas, mas também, pela visão estreita dos primeiros dirigentes comunistas em relação à atuação política das mulheres. Os vários discursos de médicos, juristas e industriais disseminados a partir do final do século XIX com o objetivo de estabelecer padrões normativos de conduta e restringir as mulheres a esfera da vida privada, também foram incorporados pelo movimento operário, que persistia em identificar as

operárias como frágeis e indefesas (RAGO, 2009, p.225). Não foi por acaso, que o movimento operário e os comunistas, tenham defendido a elaboração de uma legislação específica de trabalho para mulheres e crianças, considerados os grupos mais explorados e fragilizados entre os trabalhadores.

### 3.2 O (não) lugar das mulheres na estrutura partidária

O próprio Octávio Brandão, reconheceu em entrevista que inúmeras mulheres participaram das organizações do PCB na primeira década, segundo ele, elas iam para as portas das fábricas e atuavam durante as greves e comícios, mas, a princípio, não tinham liberdade para escrever os próprios discursos, que eram, nas palavras dele, escritos pelos homens do partido. É provável que Laura, por ser uma poetisa acostumada a declamar em importantes salões cariocas, tenha conquistado mais liberdade de fala em seus discursos, ao contrário das demais mulheres, que eram “mulheres do povo”.

mulheres, simples mulheres do povo, como Maria Lopes e a mulher de Joaquim Nepomuceno, a Isaura Nepomuceno. Simples mulheres do povo, mulheres de operários. Preparávamos os discursos, e elas liam os discursos diante dos operários. A princípio os operários ficaram desconfiados: "São as amantes deles, eles trazem para cá." [riso] mas depois elas se impuseram, então era aquele assombro para os operários. E Laura, o retrato dela, virou a cabeça de muitos operários completamente virgem politicamente. Ela falava e virava a cabeça (REGO,1993, p.109).

Octávio, relata em muitos momentos de sua entrevista, como os discursos e a beleza de “sua Laura” faziam virar a cabeça dos operários durante os comícios:

Ela virava a cabeça dos operários: uma mulher muito bonita, imagine, aquela roupa branca, roupa alva, um manto, assim, azul. Diziam que era Nossa Senhora, e era, assim, uma oradora. E falava meio prosa, meio poesia e virava a cabeça dos operários. Aquela mulher muito bonita. Nunca tinha havido isso. E virava a cabeça dos operários. Por isto ela foi deportada: por ser minha esposa e por causa do próprio trabalho (REGO, 1993, p.50).

Octávio reconhece a importância de Laura para o partido e salienta como sua eloquência poética era capaz de trazer novos aderentes para as fileiras do PCB. No entanto, não podemos deixar de notar como sua fala conserva muitos estereótipos de gênero. Por mais que reconheça a importância de Laura enquanto poetisa e oradora, Octávio acaba atribuindo a sua esposa uma imagem de doçura, pureza e até mesmo santidade, imagens estão em total conformidade com estereótipos de bom comportamento feminino estabelecidos para as mulheres “descendentes” do início do século passado, e replicadas pelo comunista no final do século, quando concedeu a

entrevista ao CPDOC. Talvez, Octávio tentasse, de certa forma, desconectar da imagem de Laura os preconceitos e estereótipos impelidos às mulheres comunistas, conectando-a a uma imagem adequada aos padrões da feminilidade.

A posição de musa destinada a Laura também nos faz inferir que em muitos momentos, a presença feminina fosse utilizada para atrair mais militantes, de ambos os sexos, para o Partido. Em documento datado de 27 de novembro de 1929, o Secretariado Político do PCB, deliberou que o Comitê Regional de São Paulo deveria realizar um grande comício com a presença de Minervino de Oliveira e uma companheira, que em nenhum momento foi identificada. O objetivo, entre outros, seria a consolidação do partido em São Paulo e o recrutamento de novos membros.<sup>39</sup>

Existem outros relatos mais explícitos de como os dirigentes do PCB utilizavam as mulheres na obtenção de determinadas vantagens e informações. O relato de Patrícia Galvão, a Pagu, em sua autobiografia, também chama atenção para o comportamento sexista da direção do PCB. De acordo com ela, em certa ocasião, o partido a recrutou para o que ela chamou de trabalhos do sexo”. Foi delegada a ela a missão de obter mediante sedução e atividades sexuais algumas informações. Pagu narra a sua indignação:

Mas é ridículo! – disse eu. Estou de acordo com o sacrifício total, se se (*sic*) tratasse de uma coisa que valesse a pena, se se tratasse de vidas, num momento de luta armada, em plena revolução. Mas assim, para obter ridículas informações, que nem sequer se sabe se serão aproveitadas, eu acho que é exigir demais das mulheres revolucionárias. Eu não sou uma prostituta (GALVÃO, 2005, p.126 apud: FERREIRA; LINS, 2016, p.5).

Em resposta, um dos homens do PCB disse a Pagu que a exigência não era feita a uma revolucionária, mas sim a uma mulher “excepcional” (FERREIRA; LINS, 2016, p.6). A excepcionalidade de Pagu estava em seu comportamento considerado “liberal”, sua determinação e independência era confundida com promiscuidade em uma sociedade que classificava mulheres como imorais por simples transgressões sociais, Pagu, uma artista, intelectual e militante era por si só uma transgressora da moral opressiva que condenava as mulheres a uma vida restrita a domesticidade e maternidade. Depois de ser convencida da importância da missão por outras duas companheiras de Partido, Pagu acabou aceitando a missão (RANGEL; CORTES, 2008, p.215).

---

<sup>39</sup> O Secretariado Político do PCB- “Ao CR de São Paulo”. 27 de nov. 1929. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Documentos do DEOPS-001962. p.12.

A manipulação da sexualidade feminina pelo partido não parece um caso isolado, mas certamente não atingia da mesma forma todas as envolvidas nas organizações do partido. Muito provavelmente, as esposas dos dirigentes, caso de Laura, não eram submetidas a esse tipo de tarefa, ainda que também tenham sido usadas como chamarizes. Talvez, esse tenha sido o real motivo da não filiação de Laura Brandão, uma vez que seu esposo era um dos dirigentes do partido, certamente tinha conhecimento do tratamento machista reservado as mulheres filiadas. Possivelmente, esse tipo de “tarefa” fosse atribuído às mulheres consideradas liberais, caso das artistas e intelectuais que se envolveram com PCB, e as operárias mais pobres.

Pagu também relata seu desencanto com os comunistas quando percebeu que eles reproduziam os mesmos comportamentos “vulgares” dos homens de outras classes, submetendo as mulheres as suas investidas sexuais (LÔBO, 2017, p.55). No PCB, enquanto se louvava a mãe proletária, com toda a sua dedicação e entrega incondicional, se criticava ferozmente o comportamento considerado liberal das mulheres “pequeno-burguesas”. Além disso, as mulheres comunistas foram marginalizadas socialmente, consideradas imorais e promíscuas, e vítimas das campanhas difamatórias dos anticomunistas.

Desde os primeiros anos pós-revolução de 1917, se espalharam boatos sobre a “socialização de mulheres” na União Soviética, berço do movimento comunista. No Brasil, a imprensa e alguns intelectuais foram responsáveis por elaborar um imaginário popular que apontava a União Soviética e os comunistas como responsáveis por um programa que visava destruir a “família, corromper a juventude e demolir as noções de decência e comedimento” (MOTTA, 2000, p.92). As versões exageradas dos fatos chegavam a todo momento e se baseavam na nova legislação implantada pelos bolcheviques: “divórcio, libertação da mulher, educação sexual, aborto”. Eram a prova cabal da degradação moral dos comunistas. De acordo com Sá Motta, sexo, sensualidade e sedução eram palavras recorrentes no palavreado dos anticomunistas (MOTTA, 2000, pp.93-94).

Em edição de *A Classe Operária* de 10 de abril de 1935, os comunistas se defenderam das acusações de que pretendiam “acabar com a família”:

Isso é a infâmia mais nojenta que se pode inventar. O proletariado e as massas populares já acham grave a vossa torpeza que não os atinge. Porque o proletariado bem sabe o que é a sua família, bem sabe o quanto luta para dar de comer a seus filhos e sua companheira<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> [S.A] “As calumnias contra os comunistas sobre a família” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935. Número 178. p.3.



É interessante notar que as mulheres, mesmo fazendo parte de um importante grupo da classe trabalhadora, não são consideradas proletárias pelo autor do texto. De acordo com ele, as mulheres estão localizadas no mesmo grupo das crianças, ou seja, são tuteladas pelos companheiros. Seguindo no texto, o autor afirma que, na verdade, a burguesia é a grande responsável pela destruição da família. A busca desenfreada pelo lucro causa a exploração desmedida de mulheres e crianças, instaurando a “prostituição pública”.

Nossos burgueses, não satisfeitos em ter a sua disposição as mulheres e as filhas dos operários, sem falar da prostituição oficial, encontram um prazer singular em cornear-se mutuamente.

O matrimônio do burguês é na verdade a comunidade das mulheres casadas. Tudo o que se poderia acusar aos comunistas é de quererem colocar em local de uma comunidade de mulheres hipocritamente dissimulada, uma comunidade franca e oficial.

É evidente, por outro lado, que com a abolição das relações de produção atuais das quais deriva a comunidade das mulheres, desaparecerá a prostituição oficial e privada<sup>41</sup>.

Os comunistas acreditavam que a prostituição era apenas uma reverberação da exploração causada pelo sistema capitalista. As mulheres (filhas e companheiras) dos operários são vislumbradas como propriedade dos operários, as quais os burgueses exploram como exploram a força de trabalho masculina.

Os dirigentes do PCB estavam inseridos em uma sociedade extremamente machista e hierarquizada, na qual as mulheres estavam cada vez mais descontentes com a sua posição de inferioridade. Por mais que a agitação das massas femininas fosse uma reivindicação da IC através do Secretariado Feminino, os homens do PCB deram pouca importância ao tema que sempre esteve secundarizado e restrito às mulheres mais próximas do círculo dos dirigentes comunistas. Isso impedia a penetração das ideias comunistas entre as mulheres trabalhadoras, sobretudo entre as mais pobres e excluídas do mercado de trabalho considerado formal.

Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, grande parte das vagas de emprego do mercado de trabalho brasileiro, eram ocupadas por mulheres e crianças (RAGO, 2004). Mudanças importantes ocorridas no país a partir de meados do século XIX, quando se inicia o processo de industrialização e urbanização, o fim da escravidão em 1888 e do regime monárquico em 1889, bem como os processos migratórios internos e o incentivo a imigração de europeus, foram fatores decisivos para a constituição do proletariado nacional. No final do século XIX, já eram comuns os anúncios de vagas de emprego destinadas

---

<sup>41</sup> [S.A] “As calúnias contra os comunistas sobre a família” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935. Número 178. p.3.

exclusivamente às mulheres. No mercado de trabalho segmentado por sexo, cabia às mulheres a realização de atividades em que as qualidades consideradas essencialmente femininas como “delicadeza, submissão, paciência, cuidado e docilidade” eram exigidas (MATOS; BORELLI, 2013) Em razão disso, as mulheres ocupavam majoritariamente os cargos nas áreas têxteis, no setor de alimentos e nas manufaturas de produtos mais delicados como sabão e charutos. Nas áreas como construção civil e metalurgia a participação feminina era inexpressiva (MATOS; BORELLI, 2013, p.63). Segundo Perrot, reflexo da resistência masculina, que considerava que a contratação de mulheres desvalorizava as tarefas mais nobres (PERROT, 2007).

Um dos principais problemas acarretados pela divisão sexual do trabalho era que as mulheres acabavam com os piores empregos, os menores salários e raramente conseguiam exercer funções de chefia e comando. Ao longo do processo de industrialização houve maior desenvolvimento de setores terciários e secundários, o que possibilitou o surgimento de atividades consideradas femininas como as de secretarias, telefonistas e atendentes. Essas novas atividades foram disputadas em maior grau pelas jovens de famílias dos estratos médios, possuidoras de maiores graus de escolarização.

Ao buscar tais ocupações um número considerável não possuía pretensão de uma carreira ou perspectivas de crescimento profissional, na maior parte das vezes eram encaradas de forma provisória, enquanto aguardavam o casamento, além de serem cargos que denotavam certa respeitabilidade, mesmo ocupando posições subalternas e sendo mal remuneradas (LÔBO, 2017, p.25).

De acordo com Margareth Rago, nas primeiras décadas da industrialização a mão de obra feminina era composta em sua maioria por imigrantes “italianas, espanholas, portuguesas, alemãs, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias, judias”. A preferência por jovens brancas e estrangeiras é perceptível nas fotos de fábricas do período (RAGO, 2004, p.580). Desde antes da abolição da escravidão, o governo brasileiro desenvolveu políticas de atração para imigrantes europeus, o objetivo principal era “branquear” a população por meio da gradual desaparecimento do negro, que se daria por meio da mestiçagem de sucessivas gerações futuras (NEPOMUCENO, 2013, p.187).

O fluxo de imigrantes iria alterar as então recentes relações de trabalho estabelecidas entre ex-escravizados e ex-senhores, principalmente em São Paulo, estado que, além de se beneficiar da política nacional de imigração, estabeleceu uma política própria, financiando a vinda de mais de dois milhões de europeus. A adoção da mão de obra imigrante nos meios rurais e urbanos marginalizou os trabalhadores afro-brasileiros, preteridos pelos patrões nos mais diversos setores da economia (NEPOMUCENO, 2013, p.187).

Durante as primeiras décadas da República e da Abolição da Escravidão, o preconceito racial se intensificou, estabelecendo obstáculos à mobilidade social da população negra, que se

viu forçada a realizar os piores trabalhos, morar nos piores bairros e ser alijada da educação pública. De acordo com Bebel Nepomuceno, não era raro encontrar anúncios de vagas de emprego para empregadas domésticas em que a nacionalidade era especificada, evidenciando a preferência por mulheres europeias e brancas. No entanto, era baixo o número de estrangeiras que aceitavam as condições de trabalho impostas pelas famílias contratantes. Com isso, mulheres negras prosseguiram sendo maioria no serviço doméstico. A seletividade racial era uma barreira para homens e mulheres negras mesmo nas ocupações mais subalternas, o que estava em plena conformidade com os ideais de “branqueamento” sustentados e financiados pelo governo brasileiro (NEPOMUCENO, 2013, p.187).

Enquanto os homens negros eram os mais atingidos pela exclusão do mercado de trabalho, as mulheres negras eram duplamente penalizadas. Uma vez que os homens não conseguiam se firmar no mercado de trabalho, cabiam às mulheres negras assumirem o papel de provedoras da família. Papel que a sociedade hierarquizada por gênero e raça considerava essencialmente masculino.

Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar. A preocupação maior era que a mulher tivesse meios de obter uma fonte de renda e não ficasse dependente economicamente do companheiro (NEPOMUCENO, 2013, p.188).

As mulheres negras conquistaram seus espaços por meio das brechas do sistema, que as excluía com a desculpa da “boa aparência”. Discriminação racista com a qual ainda nos deparamos. Essa discriminação foi eficaz em alijar as mulheres negras das profissões, até então, consideradas “femininas”, como as de secretárias, professoras e telefonistas. As dificuldades das mulheres negras em adentrarem as profissões consideradas “femininas” era também reflexo da exclusão da população negra dos bancos escolares. Se durante o período da escravidão a condição jurídica de escravizados vetava a população negra o acesso à educação, no período republicano, mecanismos mais sutis foram utilizados para impedir o acesso da população negra à educação formal. No Brasil, nunca existiram leis raciais que proibissem a população negra de ingressar nas escolas públicas (NEPOMUCENO, 2013, p.189).

Apesar das dificuldades de acesso, a educação formal era para os integrantes dos movimentos negros do início do século XX um dos principais mecanismos de ascensão social. Não era raro que mulheres negras com melhores condições financeiras recorressem a professores e instituições particulares para educar seus descendentes (NEPOMUCENO, 2013, p.189).

Sem direito à educação e ao trabalho formal, como último recurso, as mulheres negras foram para as ruas em busca da sobrevivência de suas famílias, mas nesse movimento se depararam com a perseguição das autoridades que tinham por objetivo “higienizar” e modernizar os centros urbanos. Exercendo as profissões consideradas “desonestas”, mulheres negras eram constantemente perseguidas e presas pelas forças policiais. É importante ressaltar, que por profissões “desonestas” não nos referimos ao meretrício, mas sim a profissões que segundo as autoridades da época colocavam em perigo a honra das mulheres: domésticas, floristas, lavadeiras, vendedoras de rua, todas essas atividades exercidas por mulheres pobres, eram consideradas um risco, e não deveriam ser exercidas pelas mulheres honradas, já que essas não poderiam ser vistas pelas ruas desacompanhadas. De acordo com Silvana Santiago, o meretrício por si só não era considerado crime, no entanto, a vadiagem era uma contravenção punida com a prisão (artigo 399 do Código Penal de 1890) (SANTIAGO, 2006).

A dificuldade era separar as mulheres “vadias”, daquelas que dependiam das ruas para a sobrevivência. O crime de vadiagem abrangia uma gama variada de significados que tornavam imprecisas as classificações, e colocava em risco as mulheres negras e pobres que tinham nas ruas o seu espaço de trabalho. Muitas eram constantemente presas. Silvana Santiago também evidencia que as mulheres negras não eram apenas vítimas passivas das autoridades policiais, mas também desenvolveram estratégias para se livrar da polícia ou utilizar o aparelho judicial em benefício próprio, driblando as perseguições constantes (SANTIAGO, 2006, p.94).

Excluídas da educação e do mercado de trabalho, mulheres pobres e negras também não se beneficiaram das leis trabalhistas de proteção ao trabalho feminino. Em 1932, foi elaborado o Decreto do Trabalho das Mulheres, que estipulava a licença maternidade, proibia a desigualdade salarial entre homens e mulheres, e o trabalho noturno das mulheres. Reivindicação do movimento operário e das feministas da Fundação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), a legislação protecionista fez pouco pelas mulheres mais pobres, que geralmente, trabalhavam nos campos, nas ruas e nos serviços domésticos, indo de uma ocupação para outra de acordo com as oportunidades que surgiam (FRACCARO, 2016).

Com pouca representatividade entre o movimento operário e entre o grupo feminista, as mulheres negras prosseguiram realizando suas próprias articulações. Em 1936, foi criada a primeira Associação de Empregadas Domésticas do Brasil. Na cidade de Santos, estado de São Paulo. A associação foi fundada por Laudelina de Campos Mello, mineira, descendente de escravizados, nascida na primeira década do século XX (PINTO, 1993).

Segundo Elisabeth Pinto, dona Laudelina dedicou a vida ao “ativismo e compromisso político com a questão racial e trabalhista enfatizando sua luta pelos direitos das empregadas domésticas do Brasil” (PINTO, 2018, p.102). Laudelina filiou-se ao PCB no mesmo ano de criação da Associação de Empregadas, no entanto, pouco se sabe sobre sua atuação pelo partido.

Reconhecida como uma das mais importantes ativistas do movimento negro brasileiro no século XX, dona Laudelina era o “terror das patroas” (CRESPO, 2016, p.30), mas sua vinculação com o PCB e com ideário comunista nunca foi muito explorada, ainda que ela tenha dito em entrevista que sempre votou na esquerda e se considerava comunista até o fim dos seus dias (PINTO, 2018). Também é preciso ressaltar que na época da filiação de Laudelina a questão étnico-racial era pouco debatida pelo PCB. De acordo com Aruã Lima, desde a fundação do PCB, foi identificada uma severa resistência “em reconhecer a existência de uma questão racial no Brasil” (LIMA, 2015, p.12) e cumprir as determinações da Internacional Comunista face às questões raciais (LIMA, 2015, p.12).

Para Aruã Lima, a Internacional Comunista debateu a questão racial desde seu início, (LIMA, 2015, p.49), no entanto, só a partir de 1928, a IC passou a exercer uma carga de pressão efetiva junto ao PCB “para que este realizasse uma imersão na questão negra e isso não cessou até meados da década de 1930” (LIMA, 2015, p.116). Na verdade, esses debates faziam parte de um projeto maior de remodelação da estrutura da IC, de suas seções e organizações auxiliares e da própria União Soviética, “na prática, o debate sobre raças entre os comunistas em todo o mundo foi influenciado também por disputas internas em torno do controle da máquina política daquele que era o único estado socialista do planeta” (LIMA, 2015, p.132).

Somente a partir da primeira metade da década de 1930 são identificadas as primeiras aproximações entre os comunistas brasileiros e os grupos negros e indígenas organizados. Destaque para a Bahia, onde alguns comunistas “passaram a articular-se em consonância com a agenda racial de Moscou” (LIMA, 2015, p.13).

A edição de *A Classe Operária* de 17 de abril de 1930, publicou entre seus artigos um conjunto de resoluções da Internacional Comunista sobre a “questão brasileira”. No documento a IC recomenda que o Partido desenvolva o “trabalho sistemático e sério entre os emigrados e, também, entre as raças oprimidas (negros e índios)”, com o objetivo de aumentar a influência do PCB entre as massas.<sup>42</sup> O documento em questão foi uma reverberação de uma série de

---

<sup>42</sup> O Secretariado Político da I.C. “Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira” -*A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930. Número, 89, Segunda Fase, p.3.

debates ocorridos durante a Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, realizada em Buenos Aires, em junho de 1929 sob a tutela do Secretariado Latino-americano da Internacional Comunista, e das reuniões realizadas em Moscou, entre 22 de outubro e 5 de novembro, quando foi debatida a “questão brasileira” (LIMA, 2015, p.116). Durante esses debates, os representantes do PCB teriam sido incisivos em negar a existência de um “problema racial” no Brasil. De acordo com Ledo (pseudônimo de Astrojildo Pereira), não existia uma questão racial no país, já que os negros, inclusive, podiam candidatar-se à presidência da república. Um dos representantes da IC, Stepanov, questionou a fala de Astrojildo, salientando que 7/8 da população brasileira era iletrada e desses os maiores contingentes estavam entre a população negra, logo não possuíam direitos políticos (LIMA, 2015, p.118).

De acordo com Aruã Lima, a dissonância entre os comunistas brasileiros e os representantes da IC, prosseguiram até chegar a um evento considerado obscuro até hoje: o conflito entre trabalhadores brasileiros e jamaicanos na chamada Fordlândia<sup>43</sup> (LIMA, 2015, pp.118-119). Para os dirigentes da IC, os eventos do Pará possuíam componentes raciais, já os dirigentes do PCB, insistiam em negar tal fato. Segundo eles, os acontecimentos da Fordilândia não poderiam ser utilizados para provar a existência de uma questão racial no Brasil (LIMA, 2015, p.123), pois, os conflitos do Pará, foram ocasionados por motivos do não cumprimento de acordos salariais e por um “desencontro em razão das diferentes nacionalidades” (LIMA, 2015, p.119).

Astrojildo Pereira ainda teria defendido a posição do Partido argumentando que existiam negros no PCB (LIMA, 2015, p.130), citou como exemplo, o operário Minervino de Oliveira<sup>44</sup>, presidente do BOC e eleito vereador pela cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, nas eleições de 1928. Minervino também disputou as eleições presidenciais de 1930.

---

<sup>43</sup> No final dos anos 20, o empresário americano Henry Ford, adquiriu vastas áreas de terras no estado do Pará com o objetivo de produzir o látex necessário para abastecer de borracha suas indústrias automotivas. O empresário teria transportado para o interior do Brasil o estilo americano de gerenciamento impondo padrões comportamentais com os quais os trabalhadores brasileiros não estavam habituados a lidar. Esse teria sido apenas um dos motivos que levaram o projeto ao fim em 1945. O conflito a que nos referimos foi o ocorrido nos anos trinta entre trabalhadores brasileiros e haitianos e que ainda não tiveram seus componentes raciais devidamente analisados pela historiografia brasileira.

<sup>44</sup> Candidato à presidência da República, pelo Bloco Operário e Camponês (BOC), concorrendo nas eleições de 1930. Minervino nasceu no Rio de Janeiro, em 1891, pobre e de origem negra, começou a trabalhar ainda criança. Como marmorista, um dos ofícios que se dedicou ao longo da vida, ingressou na militância sindical, participou de inúmeras greves, sendo preso incontáveis vezes. Minervino também contribuiu com publicações da imprensa operária. Filiou-se ao PCB na década de 1920. Foi o primeiro negro, na história do Brasil a disputar o cargo da presidência da República. Antes disso, em 1928, Minervino já havia ocupado o cargo de intendente (vereador), pelo Rio de Janeiro. Sobre o tema, ler: DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Lua Nova*. Núm.1, maio-agosto, 2017, pp.13-52. Centro de Estudos e Cultura Contemporânea. SP.

Os debates se seguiram ao longo do ano de 1930, e mesmo com os comunistas brasileiros mantendo uma certa resistência sobre o tema, é possível perceber uma relativa alteração na forma como a questão racial é tratada, ao menos nas páginas do periódico *A Classe Operária*.

No Brazil existe uma questão de raça. Os nossos companheiros de cor continuam oprimidos. Ide às favelas, aos casebres do Leblon e do môro da Mangueira, assisti aos trabalhadores mais penosos no Caes do Porto e no interior, e encontrarareis principalmente os nossos irmãos negros.<sup>45</sup>

Nos primeiros anos da década de 1930, o PCB era uma organização em transição sobre a questão racial (LIMA, 2015, p.289). *A Classe Operária*, de 15 de dezembro de 1931, denunciou a expulsão dos negros dos riques de patinação de São Paulo. No pequeno texto, o autor afirma que a “burguezia paulista é tão lacaia dos americanos que anda a copiar o que fazem nos E. Unidos contra os negros”<sup>46</sup>. Apesar de apontar a segregação contra a população negra, o autor do texto compara-o ao racismo americano e não reconhece as bases racistas da sociedade brasileira, que tem características próprias. É provável que o autor do texto não ignorasse o tratamento dado aos afrodescendentes brasileiros, no entanto, a comparação feita pelos comunistas sobre a segregação racial em São Paulo e nos Estados Unidos, pode ser vista também como uma estratégia de internacionalizar o debate racial praticado pelo PCB no Brasil, “incentivando os negros daqui a identificar-se racialmente com os de outras partes do mundo” (GRAHAM, 2014, p.289). Aruã Lima demonstrou a rede de apoio formada por comunistas brasileiros e americanos, e o caráter internacionalista da luta antirracista travada pelo PCB a partir da década de 1930. A maneira como o partido tratou os conflitos na Abissínia<sup>47</sup> é um exemplo da estratégia de “associar diferentes esferas da experiência subalterna dos negros aos diversos lugares onde viveram tal condição” (LIMA, 2015, p.208).

No mesmo texto, de autoria desconhecida, publicado em *A Classe Operária*, o autor aproveita para atacar a Frente Negra Brasileira (FNB). Segundo ele, “sociedade fundada por burgueses para tapear nossos companheiros negros”.

Os negros oprimidos não devem se fiar nessa cambada! Devem tomar a direção da “Frente Negra” [...]

<sup>45</sup> Benedicto. “Pelos trabalhadores de cor” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1930. Número 97, p.1.

<sup>46</sup> [S.A] “Os negros são expulsos dos rinks burgueses” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1931. Número, 132, p.2.

<sup>47</sup> Em 03 de outubro de 1935, a Itália fascista de Mussolini deu início ao processo de invasão da Abissínia (Etiópia). A invasão provocou imensa repercussão entre as populações afrodescendentes de diversos países.

Devem entrar para o Partido Comunista, o único Partido que não distingue raça nem côr, e que reconhece nos negros os mesmos direitos que têm os brancos. O único partido que luta em defesa de todos os oprimidos, brancos ou negros!<sup>48</sup>

Também em 1931, Octávio Brandão, enviou de Moscou, uma circular aos dirigentes do PCB, pedindo informes sobre a situação da população negra do Brasil. Entre os tópicos do documento merecem destaque o questionamento sobre o “trabalho das mulheres negras, nos campos e nas cidades”<sup>49</sup>. Não foi possível encontrar a resposta do PCB para esse questionamento e os demais presentes na circular enviada por Brandão (LIMA, 2015, p.142).

De 8 a 16 de julho de 1934, o PCB realizou a sua Primeira Conferência Nacional. Na ocasião, os filiados ao partido discutiram a situação da massa operária e camponesa e traçaram “diretivas de lutas para os próximos combates vitoriosos do proletariado”. Em um dos tópicos do documento culminante da Conferência, “Negros e índios escravizados”, publicado na *Classe Operária*, o autor aborda a “dupla opressão” de que são vítimas os índios e os negros, como classe e como “nacionalidades escravizadas”. No pequeno texto, o autor relata a infantilização dos indígenas, que segundo ele, não podem dispor do próprio destino. “São escravizados pelo serviço de ‘proteção’ aos índios e pelas missões religiosas. Suas companheiras e filhas são roubadas para serem prostituídas.”<sup>50</sup> As mulheres indígenas são retratadas como “companheiras” dos indígenas, em nenhum momento o autor se dirige a elas diretamente ou denuncia os abusos sofridos por elas como absurdos por si só, mas sim transferindo para a cultura indígena a hierarquização e os estereótipos de gênero das sociedades urbanas.

Na edição especial do 1 de maio de 1935, o jornal publicou um texto com o seguinte título: “A vida martyrisada dos índios, no Brasil, e o caminho para a sua libertação”, além do texto o artigo possui também algumas fotos, entre elas a de uma mulher indígena com os seios amostra. Foto foi apresentada com a seguinte legenda:

Sempre que os escriptores ou políticos burguezes falam na “mulher brasileira”, nunca se lembram das mulheres índias, que vivem nuas, soffrendo as maiores misérias, ou prostituídas nos prostibulos das companhias imperialistas, como acontece nas concessões estrangeiras da Amazônia<sup>51</sup>.

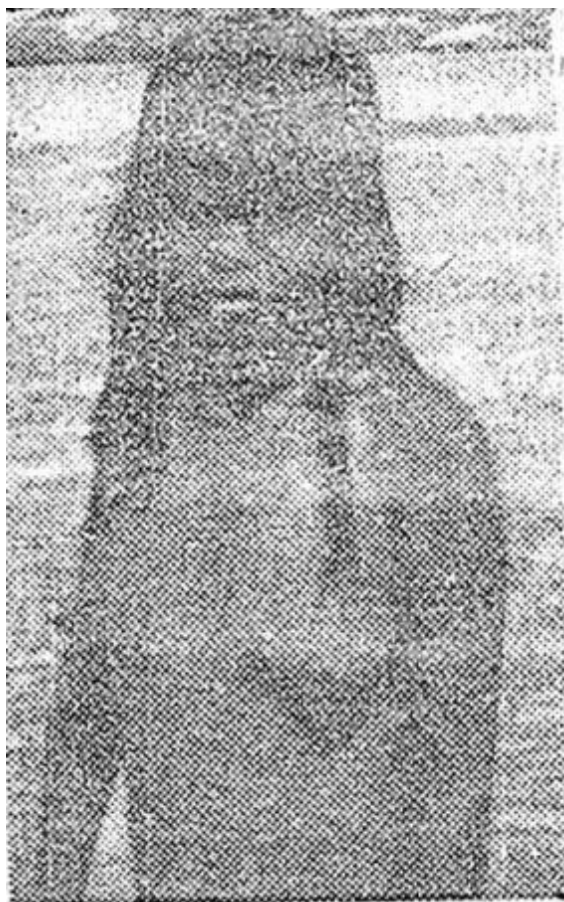
<sup>48</sup> [S.A] “Os negros são expulsos dos rinks burguezes” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1931. Número, 132, p.2.

<sup>49</sup> Octávio Brandão- “Pedimos que nos informem”. 23 de out. de 1931. Arquivo de História Política da Rússia, F.495, op.029, d.055 Cedem/Unesp [ic-0266.pdf].

<sup>50</sup> [S.A] “Manifesto da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, à massa camponeza, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionaes escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1934. Número 164. p.7.

<sup>51</sup> [S.A] “A vida martyrisada dos índios, no Brasil” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1935. Número especial, p.12.





Mulher indígena. *A Classe Operária*, 1 de maio de 1935

Quando afirma que as índias “vivem nuas”, o autor do texto faz uma certa confusão entre o que considera miséria e os costumes indígenas. Em outras partes do texto esse fato se torna mais evidente:

Vivendo nas selvas nas mais primitivas condições de existência, nus cobertos de moléstias, no maior desconforto, vegetando em torno de pequenas lavouras ou mantendo -se da caça e da pesca [...] vivendo nas aldeias ou cidades do interior em estado semisselvagem<sup>52</sup>.

Ainda de acordo com o autor do texto, “só a revolução agrária e anti-imperialista lhes despertará para a vida e para a civilização, dando-lhes pleno direito de se constituírem em nacionalidade autônoma, com o seu próprio governo, língua etc.” Ao que parece, o redator ignorava a variedade de grupos indígenas que ocupavam o território nacional durante o período, cada qual com as suas crenças, línguas e formas de organização.

---

<sup>52</sup> [S.A.] “A vida martirizada dos índios, no Brasil” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1935. Número especial, p.12.

Apesar de realizar o debate sobre as “minorias oprimidas”, o PCB fez ancorado nas teorias racistas do período que determinavam o que era “civilizado” e o que era “selvagem”, demonstrando um desconhecimento da cultura e costumes dos povos originários do Brasil. Em relação às mulheres indígenas, os discursos não são muito diferentes daqueles efetuados sobre as mulheres trabalhadoras, compreendidas como complemento ou mesmo propriedade do homem trabalhador.

Retomemos o texto da Conferência Nacional do PCB. Nesse documento, além de defender a autodeterminação dos povos indígenas, os comunistas também defenderam a autodeterminação do “povo oprimido do Nordeste”:

O Partido Comunista apoia decididamente e luta junto convosco pelo direito de disporde de vós mesmos como nacionalidade em formação, isto é, a lutar para que tenhas o direito de possuir vossos próprios costumes, vossa própria língua e de viver como bem entenderdes e resolverdes, sem dar satisfação a ninguém, inclusive o direito de vos separardes em nacionalidade a parte do governo federal e constituirdes vosso próprio governo<sup>53</sup>.

Há nesse trecho uma confusão dos dirigentes do PCB em relação à realidade brasileira. Considerar a região do nordeste como habitada por uma minoria nacional oprimida que deveria ter o próprio governo e uma língua própria, demonstra como os comunistas faziam uma leitura interpretativa equivocada das diretrizes da IC e da própria realidade nacional. De acordo com o defensor da tese da autodeterminação, o Nordeste era habitado em sua maioria por populações negras e pardas, o que justificaria a autodeterminação. O comunista Octávio Brandão, escrevendo poucos anos mais tarde, fez um *mea culpa*, sobre o lema da autodeterminação defendida pelo PCB em 1934. Segundo ele, tratava-se de “uma barbaridade” (LIMA, 2015, p.223). A autodeterminação para os povos do nordeste teria sido defendida por Bangu, apelido de Lauro Reginaldo da Rocha, então membro do Secretariado Nacional do PCB, durante a Conferência de 1934 (LIMA, 2015, p.224).

O debate racial realizado pelo PCB apresentou inúmeros equívocos não só em relação à situação de vida das populações negras e indígenas e aos limites da democracia formal, mas também, em relação a uma falsa análise da formação da sociedade brasileira. Constantemente localizar “índios e negros” no mesmo grupo como se tratasse de um grande grupo homogêneo de “oprimidos”, sem considerar as especificidades e reivindicações de cada grupo, demonstra o despreparo do PCB nas questões relativas à sociedade brasileira e evidencia que o partido

---

<sup>53</sup> [S.A] “Manifesto da Primeira Conferencia nacional do Partido Comunista do Brasil” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro. 1 de agosto de 1934. Número 164. p.7

encontrou dificuldades em aplicar as diretivas aprovadas no VI Congresso da Internacional (BUONICORE, 2015).

Assim como as questões relacionadas às mulheres, as questões raciais faziam parte da agenda da Internacional Comunista, mas “os comunistas brasileiros, na quase totalidade do tempo de existência da IC, não cumpriram as diretrizes cominternianas sobre a questão racial” (LIMA, 2015, p.13). Podemos chegar a conclusões parecidas com relação às diretrizes para as mulheres. Posicionadas no encontro entre gênero e raça, dona Laudelina, e as demais trabalhadoras negras acabaram duplamente invisibilizadas como mulheres e como negras.

O jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, constantemente abordava o tema da proteção das mulheres e crianças trabalhadoras, mas pouco falava em relação àquelas que se encontravam às margens do trabalho formal e submetidas a situações de trabalho humilhantes, seja nas ruas ou nas casas de família.

A relação de proximidade da trabalhadora doméstica com a empregadora, sua família e seu lar refaz a abordagem histórica do patriarcado e da escravidão, remetendo à relação do senhor e das escravas do século XIX e a alguns de seus reflexos. Por isso, faz parte do imaginário social nacional, a personagem da trabalhadora doméstica como uma mulher com pouca educação formal e, portanto, politicamente ignorante (SANTOS, 2010, p.5).

Entre os números analisados no decorrer da pesquisa, apenas um do ano de 1936, traz entre os seus textos as reivindicações das mulheres trabalhadoras localizadas fora do mercado de trabalho considerado formal. Publicado na seção “Correspondência dos Campos”, o pequeno artigo, com o título “As lavadeiras do Rio Preto também lutam pelas suas reivindicações”, comunica sobre uma reunião organizada pelas lavadoras da cidade na qual resolveram fixar uma tabela de preços para a realização dos seus serviços. Elas também defendem a importância da mobilização permanente das classes trabalhadoras demonstrando consciência de classe:

Depois de aprovado esse plano de reivindicações, as lavadeiras não trabalharam até que ele tivesse sido aceito por toda a freguezia, o que conseguiram em poucos dias.

Isso nos mostra que todos os trabalhadores podem melhorar suas condições de vida, dependendo apenas de que saibam se ORGANIZAR e lutar por elas. É preciso, porém, não desfazer a UNIÃO assim que a luta termina. Em cada local de trabalho, poderosas Comissões de Melhorias. Todas as corporações devem estar sempre unidas e alertas dentro de seus SINDICATOS, e aquelas que não os possuem devem forma-los [SIC].  
UMA LAVADEIRA<sup>54</sup>

É necessário frisar que o texto acima foi publicado no mesmo ano da fundação da Associação de Domésticas de dona Laudelina e ano em que ela se filia ao PCB, tornando

---

<sup>54</sup> Uma Lavadeira. “As lavadeiras do Rio Preto também lutam pelas suas reivindicações” - *A Classe Operária*, São Paulo, novembro de 1936. Número 198, p.4.

evidente que a organização das mulheres negras e pobres não era um caso isolado, mas parte da luta da população negra nacional por direitos e cidadania.

O PCB não conseguiu se aproximar dos movimentos de mulheres em geral e dos movimentos organizados por mulheres negras em particular. Durante as décadas de 1920 e meados de 1930, o movimento feminista chegava ao seu auge com as mulheres conquistando cada vez mais espaços políticos. As mulheres negras, por mais que enfrentassem barreiras nos movimentos de mulheres, também estavam lutando por melhores condições de vida e se organizando para defender seus próprios interesses.

### 3.3 As mulheres nas páginas da imprensa comunista

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, finalmente são revogados os decretos que proibiam a instalação de gráficas na colônia, surgiu assim, a Imprensa Régia. A revogação dos decretos também impulsionou a criação de jornais e revistas, e possibilitou uma relativa circulação de notícias e ideias (MUZART, 2003, p.228).

Ainda na primeira metade do século XIX, inúmeras mulheres fundaram jornais ou colaboram em periódicos dirigidos por homens. Nessa primeira etapa do desenvolvimento da imprensa feminina, as mulheres buscavam por direitos. Primeiro o direito a educação, depois o direito à profissão, e a partir do período republicano, passaram também a reivindicar o direito ao voto (MUZART, 2003, p.226). As mudanças econômicas e sociais ocorridas ao longo da chamada República Velha impulsionaram as mulheres na luta pela expansão de suas esferas discursivas, o que não se deu sem embates, uma vez que as mulheres tentavam adentrar um espaço até então considerado essencialmente masculino (TELLES, 2004, p.408).

O século XIX foi testemunha de uma profusão de discursos sobre as mulheres escritos por médicos higienistas, autoridades públicas, policiais, industriais, militantes anarquistas ou socialistas (BOANAVIDES, 2017, p.302). O papel desempenhado pelas mulheres deveria ser o de musa inspiradora, criatura, jamais criadora.

Esses discursos contribuíram para elaboração de uma imagem feminina estereotipada e restritiva aos binarismos e oposições. Bem/mal, santa/puta, anjo/demônio, eram discursos úteis para limitar a atuação das mulheres. Os discursos também foram utilizados para imobilizar a

classe trabalhadora, impondo uma organização familiar criada pela burguesia, mas transportada para as famílias das classes populares, que insistia em apontar os “perigos” do trabalho feminino.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres a reprodução da espécie e sua nutrição (TELLES, 2004, p.403 grifos no original).

As primeiras mulheres que se aventuraram pelo mundo da escrita foram forçadas a lidar com essa imagem da mulher “natureza”, restrita à esfera doméstica. Muitas foram censuradas, disciplinadas, ridicularizadas, ainda assim, mulheres brancas, negras, imigrantes, ricas e pobres, cultas e semialfabetizadas estiveram espalhadas por todo o território nacional produzindo uma vasta literatura (MUZART, 2003). De acordo com Muzart, algumas mulheres conseguiram certo reconhecimento, segundo ela, as escritoras que “compactuaram com o *status quo*, que compactuaram com ditaduras e opressões, ou foram senhoras burguesas bem-comportadas, essas foram muito louvadas” (MUZART, 2003, p.227). As mais atuantes, as feministas, essas sim, foram esquecidas.

As mulheres trabalhadoras, principalmente as das fábricas, foram responsáveis pela publicação de inúmeros textos na imprensa operária, muitos dos quais eram verdadeiras denúncias das péssimas condições de trabalho a que estavam submetidas, como os abusos sexuais, os baixos salários, as péssimas condições de higiene nas fábricas, a exploração das mulheres grávidas etc. Apesar de não representar uma porcentagem expressiva dos textos publicados pela imprensa operária do começo do século XX, a produção das militantes operárias permite “entrever de que maneira elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho” (RAGO, 2004, p.579), uma vez que a maior parte da documentação sobre as mulheres trabalhadoras foi produzida pelos homens.

Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual (RAGO, 2004, p.579).

A imprensa operária era um espaço de exposição das condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras e da reivindicação de direitos. Ainda assim, não era um espaço igualitário para homens e mulheres (BOENAVIDES, 2017, p.310). Pelo contrário, o movimento operário atuou no sentido de fortalecer o discurso de valorização da maternidade, criando obstáculos para a saída das mulheres da esfera privada:

o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço de produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade (RAGO, 1985, p.64)

Entre as décadas de 1920 e 1930, o PCB utilizou uma série de jornais e revistas para propagar sua linha política (CONSENZA, 2012, p.130). Para a historiadora Paula Palamartchuk, a utilização da imprensa escrita como “instrumento fundamental de divulgação de textos teóricos e de emulação para a atividade prática” fazia parte da busca de uma “identidade comunista”, que se baseava em uma “única organização e na homogeneidade doutrinária (que) passava pela imprensa escrita” (PALAMARTCHUK, 2003, pp.45-46).

Nesta dissertação, nos concentraremos apenas na análise do órgão oficial do Partido, *A Classe Operária*, considerado um dos mais importantes periódicos da imprensa operária brasileira (BOENAVIDES, 2017). Fundado em 1 de maio de 1925, por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, o semanário do PCB tinha como objetivo divulgar a linha política do Partido e a sua atuação e promover a comunicação entre os trabalhadores das diversas regiões do país. *A Classe Operária* se apresentava como um “jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores”, de acordo com Octávio Brandão, um jornal revolucionário não pelas palavras, mas sim pelo conteúdo (REGO, 1993, p.111).

O periódico enfrentou obstáculos desde a fundação. Com o PCB ainda na ilegalidade e o país passando por um prolongado estado de sítio, decretado pelo presidente Arthur Bernardes (1922-1926), o periódico precisou contornar as dificuldades impostas pela perseguição política do governo e a sabotagem dos Correios durante a distribuição (COSENZA, 2012). *A Classe Operária* foi colocada na ilegalidade poucos meses depois da fundação e ressurgindo somente em 1928, na chamada, Segunda Fase.

A imprensa comunista, assim como a imprensa operária dos primeiros anos do século XX, possibilitou que as mulheres desempenhassem atividades políticas diretas e indiretas e utilizassem as páginas dos periódicos como instrumento de denúncia e reivindicação. No caso de *A Classe Operária*, as mulheres utilizaram habilmente a seção cedida aos “Nossos correspondentes”. Desde os primeiros números é possível encontrar as mulheres fazendo denúncias e reivindicações.

Na edição de número 6, em 6 de junho de 1925, as telefonistas do Rio de Janeiro, denunciam as ofensas que são obrigadas a ouvir dos assinantes, segundo elas, quando

revidavam eram sumariamente demitidas<sup>55</sup>. Na mesma edição, operários e operárias da “Companhia Reunidas Alba” reclamam da longa jornada de trabalho e das péssimas condições de higiene<sup>56</sup>. Na edição de 4 de julho de 1925, uma trabalhadora utilizou as páginas do que chamou de “verdadeiro jornal dos trabalhadores” para denunciar “as injustiças e violências de que são victimas todos os empregados da companhia Cantareira”<sup>57</sup>. Em 27 de junho, “A correspondente” denunciou os constantes acidentes que aconteciam nas fábricas de São Paulo.<sup>58</sup>

Como vemos, o jornal realmente abria seu espaço para todos os tipos de queixas dos trabalhadores e contava com colaboradores em várias partes do país. No breve período de legalidade, em 1925, equivalente a 3 meses e 12 edições, o jornal expandiu a tiragem para 12 mil exemplares e se espalhou por vários estados do Brasil. As mulheres, mesmo em menor número, também contribuía não só com publicações, mas também com a redação e distribuição dos exemplares (BERNARDES, 1995).

Apesar de possuir uma redação com alguns jornalistas o objetivo principal do periódico era ser um espaço direto de denúncia e reivindicação para as massas trabalhadoras. Laura Brandão foi uma das redatoras do jornal, participando desde a fundação, era ela quem recebia e corrigia as cartas dos trabalhadores. Para a historiadora Maria Helena Bernardes, o fato de Laura ter desenvolvido uma atividade intelectual pelo PCB é uma raridade, segundo ela, geralmente, as mulheres recebiam tarefas mais relacionadas a atividades organizativas. Laura também saía pelas ruas, vendendo assinaturas do jornal nas portas das fábricas, que considerava na época, o seu quarto filho (BERNARDES, 1995, p.118).

Em 1 de maio de 1935, o periódico publicou sua edição comemorativa de aniversário. Entre perseguições, fechamentos e desmantelamentos da redação, *A Classe Operária* completava 10 anos de fundação. Nessa edição comemorativa, foi publicado um breve histórico sobre a trajetória e importância do jornal. Com o título de “Dez annos de lutas heroicas contra a reacção” e assinado por “Um velho militante do Partido Comunista”, o artigo chamava atenção para as dificuldades enfrentadas desde a fundação e a dedicação dos militantes que compunham a direção do jornal.

---

<sup>55</sup> Telephonistas do Rio de Janeiro. “Entre as telephonistas” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1925. Número 6, p.2.

<sup>56</sup> [S.A.] “Na Companhia Reunidas Alba” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1925. Número 6, p.2

<sup>57</sup> [S.A.] “Uma carta e um aviso sobre a Companhia Cantareira” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 4 de julho de 1925. Número 10, p.3.

<sup>58</sup> A Correspondente. “S. Paulo” Seção “Dos Nossos correspondentes” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1925. Número, 9, p.2.

Sua direção era composta por 5 militantes, alguns dos quais ainda estão nas fileiras do Partido. Octávio Brandão era o administrador, o qual desempenhou grande actividade para o jornal e para a organização sindical e partidária.<sup>59</sup>

É possível que Brandão tenha se apropriado do trabalho intelectual de Laura. Muitas vezes, os homens “dividem” suas tarefas com as esposas sem que essas recebam nenhum tipo de crédito pelo trabalho realizado, ainda que tenham dedicado várias horas a mesma atividade. Mesmo tendo participado das organizações do PCB desde os anos iniciais, e ter sido uma das fundadoras da primeira organização de mulheres do partido, no ano de 1947, Astrojildo Pereira, Diógenes Arruda Câmara e Luís Carlos Prestes, decidiram vetar o livro “*A imagem de Laura Brandão*”, escrito por Octávio após a morte de Laura, exilada na Rússia em 1942. O argumento para o veto foi a ridicularização de que seria alvo o partido com a publicação do livro (BERNARDES, 1995, p.13). Apesar da significativa atuação de Laura no movimento operário e junto ao PCB, o partido opta por silenciá-la, naturalizando a condição de subalternidade da mulher militante e não reconhecendo a atuação das mulheres como atos políticos relevantes. As mulheres “militantes têm dificuldades em se fazer ouvir pelos seus camaradas, que consideram normal serem seus porta-vozes” (PERROT, 2006, p.186).

Com a análise de algumas edições do semanário é possível perceber como a organização política das mulheres despertava discursos contraditórios, não só dentro do PCB, mas em todo movimento operário. Para Margareth Rago, o imaginário operário construiu uma imagem feminina em que sensibilidade e ingenuidade são características atribuídas às mulheres trabalhadoras, enquanto se espera que elas tomem parte da revolução, não como revolucionárias plenas, mas como mães, esposas, filhas e irmãs. Afinal, as mulheres “são menos combativas, máquinas inconscientes” (RAGO, 1985, p.66), mais facilmente exploradas pelo capitalista ganancioso, sempre correndo o risco de “corromper-se física e espiritualmente: o local de trabalho é a antítese do lar” (RAGO, 1985, p.67).

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora, definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, física e moralmente, numa atitude paternalista que visa protegê-la contra os dom-juans das fábricas e conscientizá-la da importância de sua organização política (RAGO, 1985, p.67).

Na edição de 30 de maio de 1925, *A Classe Operária* relatou o grave acidente que vitimou um jovem operário da fábrica América Fabril. Segundo o jornal, a indústria pretendia manter o caso em sigilo, no entanto, uma jovem faxineira, ao realizar seu trabalho cotidiano na fábrica se deparou com a mancha de sangue do companheiro. A jovem Etelvina Ferreira de

---

<sup>59</sup> Puru’s. “Dez annos de lutas heroicas contra a reacção” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1935. Número 180, p.10.



Assumpção, que estava grávida de quatro meses, acabou sofrendo um aborto espontâneo devido ao “abalo profundo” que sofreu.

A CLASSE OPERÁRIA, que é um jornal feito pelas victimas do capitalismo, para as victimas do mesmo capitalismo, visitou Etelvina. Em um casebre de zinco e madeira, deitada, a companheira Etelvina gemia de dor.

Contou-nos que ganhava 5 \$ por dia!

Pobres mulheres trabalhadoras! Triste sorte a vossa, companheiras até quando compreenderdes o caminho da vossa libertação – o caminho que a CLASSE OPERÁRIA vos mostra!

A libertação dos operários depende da libertação das operárias. Sem o vosso apoio, companheiras, nós operários pouco podemos fazer. Sem a vossa coragem, sem a vossa dedicação, sem o vosso espirito [SIC] de sacrificio, o proletariado não vencerá seus inimigos poderosos.<sup>60</sup>

Nesse caso, as mulheres são vistas como companheiras indispensáveis na luta contra a burguesia, sem a coragem das mulheres o proletariado jamais poderia vencer. No entanto, as mulheres também são retratadas como um grupo à parte e inconsciente, que têm no comunismo o único meio possível de libertação. Esse tom raramente é utilizado com os homens trabalhadores, exceto entre aqueles grupos compostos majoritariamente por trabalhadores braçais, empregados nos trabalhos mais pesados e menos remunerados, e em sua maioria, negros.

Ainda no mesmo artigo, o autor apela para a função materna das mulheres: “Mulheres! O patronato vos mata os filhos, atira-os à miséria. E vos faz abortar. E vos abandona...” em muitos artigos publicados em *A Classe Operária* é possível ver uma demarcação entre o papel social do homem enquanto provedor, muitas vezes apresentando quase como proprietário da mulher e dos filhos, enquanto isso, as mulheres, mesmo as trabalhadoras, são apresentadas como essencialmente mães.

A edição número 6, do ano de 1925, apresentou o “Apelo dos operários da Companhia Souza Cruz”. Segundo o artigo, a Companhia contava com 1500 operários, dos quais 500 eram “moças”. Depois de apresentar as penosas jornadas de trabalho de operárias e operários, o autor (ou autores) questiona:

Que poderá esperar a sociedade de taes homens batidos pelo cansaço e pela miséria?  
Que filhas poderão sahir de taes mulheres que, só nos trens apertados, aos solavancos, desperdiçam parte da vida?<sup>61</sup>

<sup>60</sup> [S.A] “A angustia das massas trabalhadoras” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1925. Número 5, p.1.

<sup>61</sup> Os 1500 operários e operárias da fábrica Souza Cruz. “União dos trabalhadores em fabricas de fumo” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1925. Número 6, p.1.

De acordo com o artigo, os homens trabalhadores deveriam desempenhar algum papel social relevante para a sociedade como um todo. Já as mulheres são citadas por sua função como reprodutoras da classe trabalhadora. Enquanto para o homem é designada a esfera pública do trabalho e da produção, o espaço da mulher é o lar e a sua função social é a reprodução, mesmo quando ela é trabalhadora.

Em 1925, *A Classe Operária* publicou em sua edição número 9, uma espécie de “manual de instruções” de como atrair as mulheres para o movimento operário e comunista. Com o título bem esclarecedor de “A educação das mães proletárias”, o artigo é um reflexo da mentalidade da época em relação às mulheres, respaldada, inclusive, por médicos higienistas e cientistas:

A mulher tem maior dose de sentimento que o homem. Seus defeitos tem sido exagerados.

Se de um lado ella tem actualmente, menor capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a este em finura, paciência, habilidade e abnegação-qualidades importantes em um marxista<sup>62</sup>

Depois de dar várias dicas de como “educar” as mulheres proletárias, inclusive as analfabetas, o autor do texto afirma:

É preciso ser psychologo: ver qual o fraco da mulher e, por ahi penetrar firme, lembrando-se sempre de que é mais fácil prende-la pelo lado do sentimento do que pelo do pensamento. Todavia, é preciso que os argumentos baseados no sentimento sejam vehiculos para os argumentos baseados no sentimento. Assim, o companheiro aponta vários aspectos da miséria proletária até commover a companheira. Ahi então, depois da pancada na ferradura, dá a pancada no cravo. Diz-lhe que aquella miséria não terá fim enquanto existir o capitalismo. E para extinguir o capitalismo, é preciso estabelecer o governo proletário, a ditadura do proletariado... por essa forma, a companheira, tendo partido do sentimento, do humanitarismo, do subjetivismo, attingirá as alturas da razão fria, do objectivismo.<sup>63</sup>

A longa citação foi necessária para compreendermos como se dava a construção da identidade das mulheres pelos homens: irracionais, sentimentais, facilmente manipuláveis etc. Geralmente, os operários não percebiam suas companheiras como trabalhadoras, ainda que as mulheres ocupassem boa parte das vagas de trabalho na indústria nacional. O trabalho feminino era visto, geralmente, como temporário, um mal necessário para os momentos de penúria (RAGO, 1985).

Nas páginas do periódico é possível perceber algumas diferenças entre os textos escritos pelas mulheres e aqueles escritos pelos homens. No primeiro caso, temos um vislumbre da condição de vida da mulher trabalhadora por ela mesma, no segundo, vemos as trabalhadoras

---

<sup>62</sup> [S.A] “A educação das mães proletárias” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1925. Número 9. p.1

<sup>63</sup> Ibidem.

em segunda mão, a partir de uma imagem estereotipada. De acordo com Boenavides, também é possível perceber uma diferença de estilos entre os textos escritos pelos homens e aqueles escritos pelas mulheres. Os textos de autoria feminina são mais argumentativos, já os de autoria masculina são mais narrativos. Com relação à assinatura dos textos, Boenavides salienta:

Enquanto nos textos assinados por mulheres é utilizada a primeira pessoa do plural, o texto que trata dos homens nem mesmo é assinado, sendo utilizada a terceira pessoa do plural, de modo impessoal. Podemos atribuir o modo impessoal a autoria não marcada à valorização do masculino na linguagem, uma vez que uma das características do Português Brasileiro é ter como “gênero neutro” o gênero masculino (“o homem”) (BOENAVIDES, 2017, p.310).

O espaço utilizado pelas mulheres nas páginas de *A Classe Operária* não foi cedido pelos homens, pelo contrário, foi um espaço conquistado arduamente pelas trabalhadoras. Em alguns textos é possível perceber como muitos homens se ressentiam do trabalho feminino por considerar que ele desvalorizava determinadas ocupações e rebaixava os salários. Na seção “Nossos Correspondentes” do número 3, da Segunda Fase do jornal, os funcionários da fábrica, Empório Industrial do Norte, localizada na cidade de Salvador, denunciam as péssimas condições de trabalho a que mulheres e crianças estão submetidas na indústria: “Esta companhia tem explorado estupidamente os braços das crianças e das mulheres. Grande número de crianças morre Victima da tuberculose.” O texto se inicia como uma denúncia contra a exploração de crianças e mulheres, mas logo percebemos que os homens se queixam do fato das mulheres com seus baixos salários ficarem com a maior parte dos postos de trabalho oferecidos pelas fábricas de tecidos:

Os trabalhadores em fábricas de tecidos estão sem trabalho porque as fábricas não tem trabalho para os homens. Só as nossas companheiras são chamadas, porque trabalham o mesmo que os homens e ganham apenas de 6\$ a 15\$ por semana...

Como se explora a mulher trabalhadora!<sup>64</sup>

Em outros textos publicados em *A Classe Operária* também é possível perceber uma preocupação excessiva dos homens em relação à prostituição feminina, apontada como decorrente da miséria, e um risco constante para as trabalhadoras, dos campos e das cidades e também para as esposas dos trabalhadores:

As filhas e as mulheres dos operários agrícolas e dos lavradores pobres não tem a menor garantia.

Pobres e lindas caboclas do norte: amadurecem depressa. Attingem um alto esplendor de fruta selvagem. Mas, logo, vem a luxúria do senhor ou do filho do senhor. Ou então vem a luta desesperada pelo pão, a luta contra a miséria e as doenças: as congestões de siphilis, as lombrigas, as dores uterinas... e a flor selvagem rola no pó.

---

<sup>64</sup> Os operários da Emporio Industrial. “Fábrica Emporio Industrial do Norte” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1928. Número 3 (Segunda Fase). p.2.

Velhas rabugentas vão pedir esmolas (ilegível) no maior abandono. As crianças dão lhes nomes extravagantes. E lá em uma noite de junho, fria e chuvosa, morrem de fome, de frio, de miséria...<sup>65</sup>

No caso acima, o autor estava se referindo as lavradoras pobres do Nordeste que, segundo ele, morriam abandonadas depois que se deixavam levar pela luxúria dos senhores. Em muitos outros momentos, os homens que escreveram para o jornal também demonstraram preocupação pela honra das operárias. Em *A Classe Operária*, de 1925, a exploração das mulheres trabalhadoras da indústria é denunciada. No trecho a seguir, as mulheres são apresentadas como jovens:

A exploração do trabalho das mulheres e crianças nas fabricas chegou ao cúmulo. Conhecemos fabricas que paga 400 réis pelo trabalho de um dia de 9 horas às mulheres. [...] resulta disso que as victimas desta exploração sem nome, responsáveis muitas vezes pelo sustento de um pai doente e inválido do trabalho, de irmãos pequenos, etc., procuram em 99 destes casos, um complemento ao salário que não lhe garante ao menos um almoço, na *prostituição*. Quasi sempre são desvirginadas dentro das próprias fábricas pelos patrões e seus agentes de confiança. Depois da queda, entregam-se à prostituição durante a noite, para completar o salário insuficiente e ridículo.<sup>66</sup>

A prostituição feminina era entendida como uma forma desesperada que as mulheres encontravam para complementar os baixos salários que recebiam. Segundo Rago, na imprensa operária, era comum a associação do trabalho feminino com questões de moralidade sexual (RAGO, 2004, p.585). Miseráveis, inconscientes, frágeis e desorganizadas a proteção da honra feminina era um dever dos homens, que constantemente denunciavam a exploração das “filhas e companheiras” dos operários. De acordo com Rago, foi o moralismo do movimento operário que ensejou que as primeiras leis de proteção ao trabalho feminino fossem voltadas para a proibição do trabalho noturno das mulheres e a garantia da maternidade. Essas medidas buscavam de certa forma redirecionar as mulheres ao lar, onde desempenhavam o papel de “guardiãs” (RAGO, 1985).

As mulheres também denunciavam os abusos sofridos dentro das fábricas, mas nesses casos, não como frágeis e indefesas. Em alguns momentos se torna perceptível que muitas mulheres utilizaram a luxúria dos mestres e contramestres em benefício próprio. Em entrevista concedida ao jornal, uma operária da Fábrica de Tinta Sardinha afirmou:

As mestras ganham mais do que nós 1\$500 por dia, tendo além disso, outras regalias que não temos , e isso não pelo seu trabalho, mas porque se sujeitam ao que não nos

<sup>65</sup> [S.A] “A mulher lavradora” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1925. Número 5, p.1.

<sup>66</sup> Do nosso correspondente no Recife- “A situação da classe trabalhadora em Pernambuco” – *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1925. Número 7, p.2.

sujeitamos: para poderem mandar em nós, fazem-se amantes do patrões, gerentes e outros chefetes[...]<sup>67</sup>

Em seguida, a entrevistada revela o que acontece com aquelas que recusam as investidas sexuais de um dos gerentes, conhecido como Malvino: “Quando uma de nós não cede aos seus desejos, é conta certa: elle vae ao dr. Sardinha, faz queixa, inventa as piores calumnias, até que consegue pô-la na rua.”<sup>68</sup>

É possível perceber que restavam poucas opções para as mulheres, ou cediam, ou eram demitidas. No entanto, algumas conseguiam reverter a situação a seu favor, conquistando certa ascensão profissional, ainda que provisória. Também é nítido o clima de disputa que se instalava entre as mulheres devido a esse tipo de comportamento incentivado pelos chefes, o que certamente impossibilitava o auxílio e a solidariedade entre as mulheres.

Dulce, a amante de Malvino- é uma verdadeira cobra- começou com ciúmes tolos com a pequena, o que fez com que seu amante pensasse que está lhe dava confiança, passando por isso a persegui-lá. [SIC]

Como a menina o repelisse, elle aproveitou uma discussão della com Dulce, provocada por esta, para fazer queixa ao dr. Sardinha. Como era dia de pagamento, ella recebeu à tarde, o seu ordenado accrescido do vale de despedida.<sup>69</sup>

Enquanto os homens se apresentavam nas páginas da imprensa comunista como defensores das pobres e frágeis operárias, as mulheres apareciam fazendo suas próprias reivindicações, denunciando as péssimas condições de trabalho, exigindo mais espaço no movimento operário e apontando a importância da mulher para a transformação social.

Em 1931, “Uma operária” escreveu para o jornal conclamando os colegas de trabalho da Cia. Souza Cruz, em São Paulo, a organizarem um comitê de greve e pararem as atividades produtivas até terem suas reivindicações atendidas<sup>70</sup>. Em 1935, uma trabalhadora chamada Maria afirmou: “Em Mossoró o integralismo não consegue se aprumar”<sup>71</sup>, asseverando a luta das mulheres contra os movimentos fascistas. Essas mulheres combativas destoam da imagem da trabalhadora frágil e inconsciente, mas ainda assim, permanecem sendo uma minoria nas páginas do jornal.

<sup>67</sup> “A mulher trabalhadora no regimen capitalista” - Entrevista, *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1934. Número 164, p.6.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Uma operária. “Da Cia. Souza Cruz em S.P.” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1931. Número 132. (Das cidades e dos campos- seção especial para *A Classe Operária*). p.3

<sup>71</sup> MARIA, “Em Mossoró o integralismo não consegue se aprumar” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1935. Número 178, p.2.

*A Classe Operária* sofreu modificações ao longo dos primeiros anos da década de 1930, assim como o PCB, que passou a sofrer uma influência mais direta da Internacional Comunista. Nessa nova fase do jornal e do partido, as mulheres acabaram perdendo um espaço que ainda não haviam conquistado plenamente. Temas mais “urgentes” começaram a dominar a pauta do jornal, e as “questões femininas” se tornam ainda mais “específicas.”

## 4 O PCB E AS ORGANIZAÇÕES DE MASSA FEMININAS (1928-1935)

### 4.1 O Comitê das Mulheres Trabalhadoras

Em 1927, quando o Bloco Operário e Camponês (BOC) foi fundado, o PCB estava, finalmente, de volta a legalidade. O BOC foi, na verdade, um desdobramento do Bloco Operário criado em fins de 1925, como uma tentativa do partido de ampliar seu alcance entre a classe trabalhadora, a partir de uma “frente única que buscava aliar o tenentismo e a pequena burguesia urbana em articulação com o PCB (BERNARDES, 1995, p.131). A tática de “frente única” adotada pelo PCB, a partir da segunda metade da década de 1920, era uma exigência da Internacional Comunista. O principal objetivo do BOC era a escolha dos candidatos mais preparados entre os diversos grupos operários de oposição para a participação nas eleições parlamentares de 1928 (COSENZA, 2012, p.165).

Em 1928, é fundado o Comitê Eleitoral das Mulheres Trabalhadoras. O comitê apresenta um caráter contraditório desde a sua fundação, primeiro porque era uma organização de “massas” feminina, mas a maioria dos fundadores eram homens; segundo porque as mulheres não podiam participar diretamente das eleições, nem como eleitoras e, muito menos, como candidatas. No Brasil, as mulheres só conquistaram o direito parcial ao voto em 1932. Além da já citada Laura Brandão, outras mulheres participaram do Comitê, entre elas Isaura Casemiro Nepomuceno, Rosa Bittencourt, Erecina Borges de Lacerda, Sylvia Carini, Margarida Pereira e Maria Lopes (BERNARDES, 1995).

Apesar das contradições de origem, o Comitê foi um meio eficaz de participação política mais direta das mulheres. De acordo com Maria Elena Bernardes, Maria Lopes, antiga militante anarquista, participava das reuniões do BOC e tinha direito a voz e voto como representante do Comitê, “contrariando a política predominantemente masculina da direção” do PCB (BERNARDES, 1995, p.133). A poetisa Laura Brandão foi a única mulher a integrar o grupo fundador do comitê e uma de suas principais lideranças.

Lideradas por Laura, as militantes do Comitê foram às fábricas e aos sindicatos e organizaram as mulheres em torno da política do PCB. Desempenharam papel importante nas eleições municipais realizadas em outubro de 1928. Por intermédio do BOC, o operário Minervino de Oliveira e o intelectual Octávio Brandão concorreram às eleições municipais, como candidatos a intendentess municipais, em outubro de 1928, saindo vitoriosos no Distrito Federal (BERNARDES, 1995, p.136).

Uma das atribuições do Comitê das Mulheres Trabalhadoras era a luta pelo sufrágio das mulheres. Lembramos, aqui, que durante toda a década de 1920, o sufrágio feminino foi uma das principais pautas do movimento feminista brasileiro, liderado pela bióloga Bertha Lutz, através da Fundação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF). As mulheres comunistas também lutaram pelo voto, mas utilizando mecanismos diferentes. Na *Classe Operária* de 25 de agosto de 1928, a operária Hermelinda Borges faz um “alerta” às mulheres trabalhadoras para intensificarem os trabalhos de agitação e propaganda em torno dos nomes dos candidatos do BOC.

A victoria dos nossos candidatos proletários depende de uma votação cerrada em seus nomes, e para conseguirmos esse objectivo muita propaganda e agitação se torna preciso.

A nós, mulheres proletárias, grande tarefa compete. Si ainda não dispomos do direito do voto, podemos, no entanto, agir com dedicação e actividade junto as mais largas massas operarias [ilegível] a luta eleitoral, interessando-as na sua política da classe pobre contra a política da classe rica.

Companheiros trabalhadores!

Companheiras trabalhadoras!

Que a nossa voz se faça ouvir junto aos homens de nossas famílias.<sup>72</sup>

Segundo Hermelinda, “é um erro pensarmos que as mulheres não devem se envolver em política”:

Devemos sim, companheiras! Assim como somos exploradas nas fábricas e ateliers, onde nos tiram do nosso suor os lucros que vão enriquecer os patrões, e nas mercadorias que compramos pagamos os impostos de consumo e os demais, assim nos deve assistir o direito, e mesmo o dever de zelarmos pelos nossos interesses, quer na confecção das leis, quer na fiscalização das rendas e negócios públicos, pois nós somos parte interessada de um povo que produz e precisa ser devidamente remunerado e tratado com justiça.<sup>73</sup>

Em 1926, os comunistas já haviam se pronunciado a favor do voto feminino. Na edição comemorativa do 1º de maio, em um artigo intitulado “A Classe Operária Reivindica”, o voto das mulheres surge em meio as reivindicações gerais do partido.<sup>74</sup> No entanto, como é possível perceber pela fala da operária Hermelinda, entre as mulheres trabalhadoras, ao menos para aquelas envolvidas com o PCB, o voto feminino era percebido como um meio e não um fim. Com a conquista do voto, as mulheres poderiam reivindicar melhores condições de trabalho e exigir uma boa aplicação para o dinheiro dos impostos, os quais elas também pagavam. Para

<sup>72</sup> BORGES, HERMELINDA. “Mulheres trabalhadoras do Brasil, alerta!” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1928. Número 18 (Segunda Fase). p.3

<sup>73</sup> Ibidem

<sup>74</sup> [S.A.] “A Classe Operária reivindica” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1926. Edição especial. p.1



boa parte do movimento feminista, o voto possuía um fim em si, já que possibilitaria a entrada das mulheres na vida pública, vetada mesmo para as mulheres mais ricas. A consciência das mulheres trabalhadoras ligadas ao PCB, de que os homens proletários também eram tão explorados quanto elas, ajudou a forjar um entendimento de que os homens eram aliados das mulheres e não inimigos, ainda que, muitas vezes, as mulheres fossem obrigadas a reconhecer a relutância dos homens comunistas em vê-las como militantes, mesmo quando elas sofriam as mesmas perseguições.

Durante a apuração dos votos para intendentos (vereadores), da cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1928, as mulheres do Comitê foram presas e conduzidas à Polícia Central (BUONICORE; GARCIA, 2012). A ocasião não foi a única em que as mulheres do Comitê foram vítimas da perseguição policial. Desde a fundação, em meados de 1928, as mulheres do Comitê compareciam às portas das fábricas e participavam das agitações operárias. Essas manifestações, muitas vezes, eram dispersadas pela polícia.

Em 1929, os operários do Rio de Janeiro, saíram em passeata em apoio a greve dos gráficos de São Paulo. Nessa ocasião, Laura Brandão foi uma das oradoras, representando o Comitê das Mulheres. De acordo com Octávio Brandão, com a multidão cercada pela polícia, Laura realizou um emocionante discurso que comoveu a todos, inclusive os policiais (REGO, 1993, p.103). Não sabemos até que ponto o depoimento de Brandão é exagerado, mas sabemos que em 1929, o Comitê divulgou um manifesto em que apelava a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil para que se solidarizassem com os gráficos paulistas e suas famílias, e participassem do grande comício da Praça Mauá “é preciso que nenhuma mulher trabalhadora deixe de atender a esse apelo!”

Principaes victimas da exploração capitalista; companheiras, mães, filhas e irmãs de trabalhadores, nós temos que cumprir também o nosso dever de solidariedade proletária! [...]

Companheiras! Além das mulheres trabalhadoras que se acham directamente empenhadas na luta, há milhares de mulheres e crianças proletárias que há 60 dias soffrem porque seus companheiros e paes lutam para lhes dar mais pão [...]

Nós mães proletárias companheiras de proletários, não podemos deixar que ellas sejam torturadas por mais tempo pelos mesmos sugadores do nosso sangue e do sangue dos nossos filhos.<sup>75</sup>

As mulheres do Comitê também fundaram um Comitê Pró-socorro aos Grevistas, com o objetivo de arrecadar auxílio material para as famílias dos trabalhadores em greve de São

---

<sup>75</sup> [s.d] Comitê das Mulheres Trabalhadoras- Folha Volante - Manifesto – “Às mulheres trabalhadoras”. 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 495, op. 029, d. 050 Cedem/Unesp [ic-0659.pdf].

Paulo e lançaram um apelo para que as mulheres de norte a sul do país se juntassem a essa “obra de solidariedade proletária”. Esse tipo de organização solidária era comum entre os movimentos de mulheres do começo do século XX. Entre as feministas, esse tipo de iniciativa era mais voltado a filantropia, mas entre as trabalhadoras, estava ligado à ajuda mútua, já que a ausência de legislação trabalhista constantemente as empurrava para a penúria.

A edição de *A Classe Operária* de 6 de julho de 1929 noticiou que a sede do Comitê de Mulheres Trabalhadoras foi invadida pela polícia três vezes entre os dias 07 de junho e 1 de julho. De acordo com o jornal, durante esse período a polícia realizou “32 assaltos a 15 associações de classe”, realizando mais de 700 prisões<sup>76</sup>. Para a historiadora Apoená Cosenza, o período que vai de 1926 até 1930, representa o segundo período de repressão ao PCB e se caracteriza pela exposição do movimento (COSENZA, 2012, p.75). Durante esse período, no decurso do governo de Washington Luís, a repressão era mais bem-estruturada e foi montada uma verdadeira “máquina de repressão”. A rápida legalidade de 1927, teria sido um pretexto do governo para facilitar a infiltração da polícia entre os comunistas e entre outros grupos revolucionários que haviam conquistado certa liberdade política naquele ano. Logo em seguida, a partir de 1928, a repressão se tornou mais violenta e muitos comunistas foram presos (COSENZA, 2012, pp.76-77).

A repressão não poupava de forma alguma as mulheres e, em 3 de agosto de 1929, elas publicaram um manifesto, comemorando um ano da fundação do Comitê e denunciando a perseguição policial:

No dia do 1º aniversário de sua fundação, o Comitê das mulheres Trabalhadoras do Rio vos saúda fraternalmente!

Apesar dos golpes brutais da reação burguesa nacional, que também não nos poupou, invadindo por 3 vezes a nossa sede, prendendo e maltratando companheiras nossas, continuamos firmes em nosso posto.<sup>77</sup>

De acordo com Francisco, dirigente do PCB e responsável pela Comissão Central do trabalho entre as mulheres, em relatório escrito para o Secretariado Feminino da IC sobre o trabalho das mulheres para a Jornada Internacional de 1º de agosto, a violência policial teria amedrontado as mulheres, afastando-as da luta. Segundo ele, inúmeras companheiras foram

<sup>76</sup> [S.A.] “Mais de 700 prisões” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1929. Número 63. p.1

<sup>77</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio de Janeiro - Recorte de Jornal – Manifesto de Aniversário – “A todas as mulheres trabalhadoras do Brasil”. 3 agosto de 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1407.pdf].

presas, o que teria dificultado uma boa execução do trabalho do Partido. Ainda assim, segundo Francisco:

No dia 31 de julho, as companheiras de Partido e de Comitê das Mulheres Trabalhadoras, acompanhando os oradores designados para os comícios, distribuíram nas portas das fábricas os manifestos do Partido, da CGT e da FSRR, assim como cerca de 3000 manifestos destinados às mulheres proletárias, impressos pelo Comitê das Mulheres Trabalhadoras<sup>78</sup>.

Pela fala do dirigente, é lícito concluir que por mais que tenham participado das comemorações do 1º de agosto, as mulheres realizaram uma tarefa secundária: distribuir panfletos. Em nenhum momento do relatório de duas páginas, Francisco fala de uma participação política mais direta das mulheres, ressalta apenas que o partido conta com apenas 20 mulheres em seus quadros, atraídas por meio do Comitê<sup>79</sup>.

O que as fontes indicam é que o relatório não agradou as camaradas do Secretariado Feminino. No mesmo ano, em 28 de setembro de 1929, menos de um mês após o primeiro relatório, Francisco volta a escrever para o Secretariado Feminino. O documento é praticamente uma “defesa” a circular recebida pelo partido anteriormente, a qual, infelizmente, não obtivemos acesso. A partir das repostas do dirigente pecebista é possível compreender que as camaradas do Secretariado não estavam satisfeitas com a posição de subordinação destinada pelos dirigentes do PCB às comunistas brasileiras:

Todas as companheiras que pertencem ao Partido e à Juventude, estão no trabalho activo das organizações de base e ocupam cargos de responsabilidade nas Zonas, cellulas e região. Apenas, não há nenhuma no CC, porque ao tempo da escolha desta no 2º Congresso, não existiam mulheres dentro do Partido.<sup>80</sup>

O fato de um homem ser responsável pela Comissão Central (CC) de orientar e dirigir o trabalho entre as mulheres, já é revelador das debilidades do PCB, não só em atrair as mulheres, mas também em possibilitar que elas se organizassem e realizassem suas próprias reivindicações de forma autônoma. Através do relatório, Francisco realizou a defesa do PCB afirmando que a ilegalidade e a “reação” amedrontam, sobretudo, as mulheres, mas que o

<sup>78</sup> FRANCISCO- Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres- Relatório – “As camaradas da Seção Feminina da C.R da I.C”. 31 agosto de 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1414.pdf].

<sup>79</sup> FRANCISCO- Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres- Relatório – “As camaradas da Seção Feminina da C.R da I.C”. 31 agosto de 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1414.pdf].

<sup>80</sup> FRANCISCO. “As camaradas da Seção Feminina da IC” - Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres Relatório-28 de set 1929 Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1419.pdf]

partido está se preparando “e dando coragem às companheiras para que possam executar a tarefa mesmo na ilegalidade”.<sup>81</sup>

Em carta escrita pelas mulheres do Comitê e destinada “Às mulheres trabalhadoras do Uruguay”, mais uma vez, nos deparamos com as queixas das mulheres em relação aos empecilhos colocados pelos homens à organização feminina. A carta é uma resposta à correspondência anterior, recebida da Organização de Mulheres Revolucionárias do Uruguai. Além de apresentar a situação das trabalhadoras brasileiras (falta de regulamentação, longas jornadas e salários inferiores para trabalhos iguais exercidos por homens e mulheres), as mulheres do Comitê, também abordam “os preconceitos” de que são vítimas as trabalhadoras:

A burguesia sonha que devemos ficar presas ao lar e aos filhos, e, por todos os meios (associações de caridade, religiosas, recreativas, etc..) nos procura afastar do campo da luta de classes para o campo da colaboração de classes...

Esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária.

Dahi a desorganização e a submissão maiores da mulher proletária, que revertem contra toda a classe proletária.<sup>82</sup>

As mulheres do Comitê tinham consciência que viviam sob o mito da mulher maternal, feita para a procriação e o cuidado do lar, mito imposto pela burguesia, mas que acabava sendo reproduzido pelos trabalhadores, que esperavam que suas companheiras se comportassem de acordo com os estereótipos de feminilidade e maternidade, ao menos no que diz respeito à dedicação ao lar e a família. Pouco se considerava que a realidade das mulheres trabalhadoras, com suas longas jornadas de trabalho, os assédios constantes e os baixos salários, impossibilitava que as mulheres pobres e trabalhadoras vivenciassem a maternidade e o matrimônio de forma idealizada. Somado a isso, não podemos esquecer, que os próprios homens não conseguiam exercer o papel social de “provedor” da família, papel esse que se complementava na figura da “rainha do lar”. Nas primeiras décadas do século XX, a falta de legislação trabalhista e estabilidade nos empregos, deixava os homens constantemente desempregados, obrigando as mulheres a suprir as necessidades da família, ainda que de forma precária, já que a maioria estava no mercado informal ou era muito mal remunerada.

---

<sup>81</sup> FRANCISCO. “As camaradas da Seção Feminina da IC” - Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres Relatório-28 de set 1929 Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1419.pdf]

<sup>82</sup> O Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio. “Às mulheres trabalhadoras do Uruguay - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1929. Número 65 (Segunda Fase). p.2.

Apesar dos relatos, as mulheres do Comitê terminam a carta reafirmando a união com os homens proletários:

É dever de toda mulher proletária unir-se aos seus companheiros nos sindicatos e em quaisquer organizações revolucionárias do proletariado para lutarem juntos pela emancipação definitiva da classe operária, porque só desta emancipação a mulher trabalhadora se libertará.<sup>83</sup>

De acordo com Rachel Soihet, as condições concretas de sobrevivência de homens e mulheres partilhadas no exercício do trabalho, possibilitou às mulheres trabalhadoras “reivindicar uma relação mais simétrica, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que previam a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços provenientes da vida em comum” (SOIHET, 2004, p.377). Por isso, é possível ler no mesmo artigo de *A Classe Operária*, uma crítica aos preconceitos “masculinos” enquanto a união entre homens e mulheres é reafirmada como indispensável para o andamento da revolução social e consequente melhoria das condições de vida das mulheres trabalhadoras.

Os preconceitos de que se queixavam as mulheres teriam sido mais acertadamente combatidos se o PCB não tivesse secundarizado as questões femininas, realizando um trabalho superficial e inferior ao esperado pelo Secretariado Feminino da Internacional Comunista. Em documento de 10 de fevereiro de 1930, o responsável pelo Comitê Central do trabalho entre as mulheres, admite as debilidades do PCB “o nosso trabalho entre as mulheres trabalhadoras ainda se ressentem de grandes faltas”. Ainda assim, segundo Francisco, operárias em várias partes do país tem-se destacado em inúmeras greves e manifestações, cabendo ao partido a tarefa de atraí-las para seus quadros. O documento em questão trata-se de uma circular enviada aos Comitês Regionais, com diretivas para a realização da Jornada do 8 de março de 1930, e se baseia em circular recebida do Secretariado Feminino (SF). Além das agitações nas portas das fábricas, as jornadas para o 8 de Março também deveriam incluir “conferências com as trabalhadoras, com as esposas dos operários, dos camponeses e dos soldados e marinheiros, as trabalhadoras do campo, as domésticas, as empregadas de escritórios particulares, de casas comerciais, dos telégrafos, dos correios, dos telefones etc.”, as mulheres desempregadas e as esposas de homens desempregados também deveriam ser mobilizadas.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> O Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio. “Às mulheres trabalhadoras do Uruguai - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1929. Número 65 (Segunda Fase). p.2.

<sup>84</sup> Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres – Circular- “Ao camarada encarregado do trabalho entre as mulheres da região”. 10 de fev. 1930. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1422.pdf].

Além das “reivindicações políticas gerais do proletariado”, as agitações das mulheres também girariam em torno de reivindicações “imediatas e especiais” como:

Salário igual para trabalho igual, dia de 6 horas, repouso pago 2 meses antes e 2 meses depois do parto, protecção ao trabalho feminino, creches junto aos locais de trabalho, licença para amamentar o filho de meia hora a cada três horas, direito de voto e direitos de família iguaes aos dos homens, a terra para as camponezas pobres que a cultivam, etc.<sup>85</sup>

Apesar das expectativas, as fontes indicam que as comemorações do 8 de Março não saíram como o esperado. Em correspondência de 26 de março de 1930, a Comissão Central para o trabalho entre as mulheres, explica o motivo pelo qual o trabalho do partido para a Jornada Internacional da Mulher trabalhadora não saiu como o esperado. Segundo Francisco, o dirigente responsável pela CC, depois da onda de reação que se abateu sobre os comunistas, o aparelho do partido encontrava-se completamente desorganizado, impedindo qualquer “obra séria de agitação de massas”, prejudicando principalmente o trabalho entre as mulheres. Durante todo esse período, o PCB vivia sob intensa perseguição policial. Outro ponto abordado na correspondência, diz respeito a estratégia usada pelo Partido para chegar às mulheres. Segundo o dirigente, o SF recomendou que o PCB aproveitasse o clima de agitação propiciado pela proximidade das eleições e realizasse o trabalho das mulheres concomitante com as agitações do BOC, de acordo com Francisco, ao propor essa estratégia ao Presidium ele foi derrotado, uma vez que os demais dirigentes colocaram empecilhos para que o trabalho com as mulheres fosse executado, visto que, consideraram difícil realizar as duas campanhas em paralelo.<sup>86</sup>

Logo que recebemos a circular da IC sobre o assumpto, demos as necessárias providencias, enviando a todas as regiões do Partido uma circular, seguindo a copia junta. Na reunião do presidium do Partido, abordamos a questão, salientando a necessidade do trabalho do Partido, aproveitando a campanha eleitoral do BOC para fazer-se obra de agitação paralela. Diante, porém, das dificuldades de realizar juntas as duas campanhas, o presidium não concordou comigo. Só mais tarde, a 6 de março, recebemos a circular vossa, em que o ponto de vista defendido por mim no presidium, vem claramente explicado.<sup>87</sup>

Derrotado no presidium e sem receber a tempo as correspondências da IC que reafirmavam a importância da data do 8 de março e da organização concomitante das mulheres para as eleições, coube a Francisco acatar o desejo da maioria e mais uma vez secundarizar o

<sup>85</sup> Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres – Circular- “Ao camarada encarregado do trabalho entre as mulheres da região”. 10 de fev. 1930. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1422.pdf].

<sup>86</sup> FRANCISCO. “As camaradas da Seção Feminina da IC” - Comissão Central do PCB para o trabalho entre as mulheres. Correspondência -26 de mar 1930. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1423.pdf]

<sup>87</sup> Ibidem.

trabalho entre as mulheres. A falta de mulheres nos cargos de direção, certamente impossibilitava que a organização das mulheres recebesse a atenção necessária.

A organização das mulheres era uma carência do PCB e reivindicação antiga da Internacional Comunista, mas o Comitê das Mulheres Trabalhadoras jamais se tornou uma frente de massas realmente importante para o Partido. Segundo Apoena Canuto, em levantamento sobre a correspondência do PCB<sup>88</sup> no período de 1922-1935, o tema “mulheres”, representou apenas 5% do total de correspondências do Partido (COSENZA, 2012, p.111). Nessa pesquisa, constatamos que a maior parte da documentação da Internacional Comunista no que diz respeito às mulheres são referentes aos anos de 1929-1930, período de atuação do Comitê das Mulheres. A análise do periódico do PCB, *A Classe Operária*, confirma o final da década como um período de maior agitação das mulheres. Porém, ao longo da primeira metade da década de 1930, é possível perceber as mulheres perdendo espaço na organização partidária e na imprensa comunista, provavelmente em decorrência do acirramento das perseguições ao PCB.

Entre a documentação relacionada ao Comitê das Mulheres podemos encontrar além de algumas correspondências trocadas entre a direção do PCB e o Secretariado Feminino da IC, manifestos, circulares, instruções e relatórios. Nos manifestos surgiam os mais variados temas desde apoio às greves organizadas pelos homens - como a greve dos gráficos de São Paulo, em 1929<sup>89</sup>; mobilizações contra a “guerra imperialista” e pelo apoio à União Soviética – “berço da emancipação da mulher proletária”<sup>90</sup> -; reivindicação de melhores condições de trabalho<sup>91</sup>; a defesa de categorias específicas de trabalhadoras, como as telefonistas<sup>92</sup> que, em 1929 estavam com os empregos ameaçados por conta do uso de telefones automáticos etc.

O destaque desses manifestos é como se buscava comover as mulheres a partir do constante reforço do papel social da mulher enquanto “mãe.” Em manifesto de 1929, as mulheres são instruídas a realizar passeatas contra a “guerra imperialista” e a boicotar, ao lado

---

<sup>88</sup> Os documentos analisados pela historiadora se tratam de documentos internos, de cartas trocadas entre militantes e folhetins de células.

<sup>89</sup> Comitês das Mulheres Trabalhadoras- Manifesto – “O Comitê das mulheres trabalhadoras, apoia os graphics paulistas em greve!”.1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1406.pdf].

<sup>90</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras - Manifesto – “Contra a Guerra Imperialista e Pela Rússia dos Sovietes!” 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1416.pdf]. [s.d.]

<sup>91</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio de Janeiro -CGTB - Seção Feminina da Confederação Geral do Trabalho- Manifesto- “Trágica situação das operárias em fabricas de tecido”. 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1402.pdf].1929

<sup>92</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras- Manifesto- “Às telephonistas e a todos os trabalhadores da Light!”. 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d.039 Cedem/Unesp [ic-1417.pdf]. [s.d.]

dos filhos e companheiros, a produção e transporte de munição para os “exércitos imperialistas”. No mesmo manifesto, as mulheres são alertadas sobre os perigos da guerra:

Se conseguirem vencer a Rússia, os tubarões do dinheiro provocarão uma matança mundial, que enlutara centenas de mães e de lares proletários! Nós, mulheres e mães proletárias seremos as principais vítimas dessa hecatombe!<sup>93</sup>

Em 1929, o Comitê se mobilizou em prol das comemorações da Semana Internacional da Juventude Proletária e, em manifesto, escreveram:

As reivindicações dos jovens proletários são também as nossas reivindicações!

Ellas nos interessam também, porque somos nós, suas mães, irmãs e companheiras de sofrimentos, que mais sofreremos com a vil exploração e opressão que elles, os nossos filhos e irmãos, padecem nas garras vorazes do capitalismo.

Para libertar nossos filhos desse futuro horroroso, devemos, portanto, apoiar e reforçar os seus protestos!<sup>94</sup>

Em outro manifesto, o Comitê denomina de “mães desnaturadas” aquelas que se recusam a participar de comícios e protestos organizados pelo PCB e pelo Comitê das Mulheres Trabalhadoras<sup>95</sup>.

Esse reforço do papel social da mulher como reprodutora e que mobiliza a ideia da mulher materna, não era uma exclusividade do movimento de mulheres comunistas. Durante o período da *Belle Époque* (1890-1920), com implementação da ordem burguesa, a higienização e a modernização do país se tornaram lemas dos grupos dirigentes que pretendiam europeizar as metrópoles nacionais (SOHIET, 2004, p.362). Os hábitos de homens e mulheres do povo transformaram-se em principais alvos daqueles que queriam “inculcar” novos valores na população. Nesse momento, o controle das mulheres passa a ser visto como indispensável para a consolidação da nova ordem social e econômica.

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, isto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento das mulheres pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava (SOIHET, 2004, p.362).

As diferenças biológicas entre homens e mulheres foram utilizadas pelo movimento eugenista, para colocar em oposição o comportamento social esperado de cada sexo. Enquanto

---

<sup>93</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras - Manifesto – “Contra a Guerra Imperialista e Pela Rússia dos Sovietes!”. 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1416.pdf]. [s.d.]

<sup>94</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio De Janeiro - CGTB - Seção Feminina da Confederação Geral do Trabalho- Manifesto- “Pela semana da juventude proletária”. 1929 (?). Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1403.pdf]. [s.d.]

<sup>95</sup> Comitê das Mulheres Trabalhadoras de Niterói - Comitê das Mulheres Trabalhadoras do Rio- Manifesto- “A todas as mulheres trabalhadoras do Rio e de Nitheroy”. 1929. Arquivo de História Política da Rússia, F. 507, op. 003, d. 039 Cedem/Unesp [ic-1405.pdf]. [s.d.]



os homens eram a força física, a racionalidade, o autoritarismo e a exacerbação da sexualidade; as mulheres eram o sentimentalismo, a fragilidade, o recato e a subordinação da sexualidade à vocação maternal (SOHIET, 2004). Somente algumas mulheres estavam predispostas ao erotismo forte e à inteligência, mas essas eram consideradas “anormais” e perigosas, e não possuíam o sentimento maternal, eram as “criminosas natas, as prostitutas e as loucas que deveriam ser afastadas do convívio social” (SOHIET, 2004, p.363). O “lar” era o espaço natural da mulher, ser inferior por natureza, já o mundo público, espaço masculino por excelência, era um risco degradante que precisava ser evitado pelas mulheres “honestas”.

O comportamento esperado das mulheres era de abnegação e submissão. O valor da mulher era medido a partir de sua dedicação como mãe e esposa zelosa, sempre se sacrificando pelo bem-estar da família. Já o valor do homem era medido por sua dedicação ao trabalho, visto que sua maior obrigação era o sustento da família. De acordo com Margareth Rago, ao mesmo tempo, em que um modelo de feminilidade foi elaborado, em contrapartida, também foi criado um modelo de masculinidade que também excluía os homens de determinados convívios e experiências (RAGO, 2009). O objetivo seria a produção de um trabalhador dócil e produtivo, o que segundo a historiadora, explicaria em parte, a escolha de trabalhadores europeus, por ocasião do fim do tráfico negreiro e abolição da escravatura.

Homens civilizados, brancos e limpos, provenientes de países como Itália, Portugal, Espanha, França apareciam, no imaginário das elites, como alternativa para a construção da nova figura do trabalho, em total negação com as imagens sombrias dos tempos da escravidão (RAGO, 2009, p.232).

Homens e mulheres negras ficaram às margens desse ideal de masculinidade e feminilidade. Na verdade, a população negra, em geral, ficou excluída do projeto de cidadania moldado pelas elites brasileiras. Esse fato também contribuiu para a exclusão da população negra do imaginário da classe operária. Somente nas últimas décadas surgiram trabalhos historiográficos sérios que pretendem apontar as relações entre os movimentos operários e as lutas abolicionistas, bem como desfazer o estereótipo do trabalhador homem/ branco como predominante na classe operária brasileira (NASCIMENTO, 2016).

As mulheres negras jamais corresponderam ao ideal de maternidade e feminilidade, pelo contrário, durante séculos foram obrigadas a abandonar os próprios filhos e amamentar os filhos das classes dominantes. A figura da mãe preta penetrou o imaginário das elites brasileiras a respeito do papel social da mulher negra. De acordo com a historiadora Paulina Alberto, no final da década de 1920, intelectuais negros e brancos se uniram para convocar comemorações para o Dia da Mãe Preta (ALBERTO, 2014). A data de 28 de setembro foi escolhida para a

celebração, uma alusão a Lei do Ventre Livre de 1871, e foi defendida pelos intelectuais da imprensa negra e da grande imprensa nacional. A figura da mãe preta era descrita como sentimental, “um emblema da irmandade harmoniosa que unia brasileiros brancos e negros, historicamente e em sua própria época. (ALBERTO, 2014, p.303). Os intelectuais negros viram as convocações para as comemorações do Dia da Mãe Preta como uma possibilidade de vínculo sentimental com as elites brancas e como um baluarte contra os discursos “científicos” de exclusão racial (ALBERTO, 2014, p.302). Eles não elegeram a figura da Mãe Preta como merecedora de celebração, mas “a adotaram entre as pouquíssimas imagens positivas de negros na vida pública brasileira” (ALBERTO, 2014, p.303), foram os homens brancos da elite que propuseram celebrar a Mãe Preta como símbolo da fraternidade entre as raças.

Fraternidade, para a maioria desses homens brancos, implicava a inclusão da raça negra na família brasileira, mas de uma maneira que expressava nostalgia por um passado hierárquico e escravocrata. Além disso, embora muitos desses escritores brancos afirmassem, que o monumento à Mãe Preta honraria as contribuições da “raça negra” à identidade brasileira, eles expressavam abertamente a esperança de que a negritude logo desaparecesse, já que a mistura racial promoveria o embranquecimento progressivo dos cidadãos brasileiros (ALBERTO, 2014, p.304).

Os ativistas negros se apropriaram do símbolo criado pela elite branca para estabelecer seus próprios objetivos políticos. A Mãe Preta, ponto em comum entre as duas raças, surgia como um contraponto às teorias que inferiorizavam a população negra do país e, talvez, pudesse “criar uma nova ideia de nação que incluísse as pessoas negras”, marcando as contribuições dessa população para a formação da nação (ALBERTO, 2014 p.305).

Escolher a imagem de uma mulher negra que teve seu direito à maternidade negado, como símbolo da fraternidade entre as duas raças, não considerava os sacrifícios e exploração de que foram vítimas as mulheres durante os séculos de escravidão e mesmo durante o período pós-abolição. O Dia da Mãe Preta não contribuiu para os debates sobre a idealização da maternidade e muito menos para os debates sobre a posição de servidão social das mulheres negras, que persistia mesmo após a abolição.

Outro estereótipo,<sup>96</sup> que conflitava com a ideia de mulher maternal e dedicada ao lar, e pretendia atribuir características às mulheres negras ainda na primeira metade do século XX, era o da “mulata”. De acordo com a antropóloga Mariza Corrêa existem dois tipos, o da mulata desejável sensual por natureza, evocada nas metáforas dos cheiros, gostos e cores, e o da mulata indesejável, a desordeira que vaga pelas ruas (CORRÊA, 2009, p.241). Em contrapartida, à figura da mulata, que no máximo provocaria “descenso social”, o “mulato” é um agente social

---

<sup>96</sup> A antropóloga refere-se a discursos nas artes, na poesia, na literatura e na música.

que carrega o peso da ascensão social, ou desafio à ordem social (CORRÊA, 2009, p.242). Segundo a pesquisadora, as classificações científicas do século XIX, opunham brancos e negros, e sua mistura, portanto, tinha um “efeito de paleta de pintor: tonalidades correspondiam também a atitudes, ou comportamentos, esperados de uma mistura não só de cores como de disposições inatas, herdadas” (CORRÊA, 2009, p.243).

O debate racial também impactou a elaboração das definições de feminilidade e masculinidade. O mestiço era quase sempre sinônimo de efeminado, “numa oposição nunca explicitada ao branco como homossexual, por definição” (CORRÊA, 2009, p.243). No entanto, o mulato branqueia-se mais rapidamente, aproximando-se do ideal masculino a partir da ascensão social, já as “mulatas”, também necessitam branquear-se para se aproximar da idealização do feminino, porém, esse movimento é mais complexo e muitas vezes contido (CORRÊA, 2009, pp.244-245).

A palavra mulata/mulato tem origem nas mulas, animais mestiços e inférteis. Segundo Corrêa, chegou-se a se discutir na literatura médica, se os mulatos/mulatas eram também incapazes de se reproduzir (CORRÊA, 2009, p.244). É importante ressaltar que essas construções raciais de masculino/feminino impossibilitavam que essas mulheres realizassem o ideal de maternidade elaborado pela ciência burguesa do século XIX, desenvolvidos como política pública de governo pelo movimento eugenista, e incorporado pelo movimento operário durante boa parte do século XX. Assim, tal qual as mulheres negras e pobres, as “mulatas” também tiveram a maternidade negada, ao menos a maternidade nos moldes das práticas da elite privilegiada e branca.

As mulheres pobres, em geral, não se enquadravam nos ideais de maternidade e feminilidade que pretendia objetivamente demarcar um espaço social entre as mulheres ricas, resguardadas no lar, e as pobres que ganhavam a vida nas ruas, fábricas e nas casas de “família”. O comportamento moral esperado das mulheres, não condizia com a realidade de vida das mulheres mais pobres, uma vez que o minguado salário do esposo mal dava conta das despesas domésticas. Ainda assim, as mulheres que precisavam trabalhar corriam o risco de ser consideradas “mulheres públicas” (FONSECA, 2004, p.516). As mulheres que trabalhavam nas atividades tradicionalmente consideradas femininas como lavadeiras, passadeiras, sofriam menos riscos morais por não estarem no antro de perdição que era a fábrica, mas ainda podiam ser acusadas de ser mães relapsas e degeneradas e estavam constantemente expostas as perseguições das autoridades, que tratavam como “caso de polícia” os problemas sociais.

A ênfase colocada sobre o papel reprodutivo das mulheres, que se refletia em uma ideia de mulher maternal, incorporada pelo discurso de muitos manifestos do Comitê das Mulheres, não era uma realidade para a maioria das trabalhadoras. Essas mulheres, muitas vezes, precisavam arcar sozinhas com a sobrevivência da família, enquanto desenvolviam atividades domésticas e de cuidado, muitas também não estavam em casamentos formais e mantinham relações conjugais mais flexíveis (SOHIET, 2004, p.523). É preciso considerar que os manifestos nem sempre eram escritos por mulheres, já que o próprio Brandão declarou que a princípio os homens do PCB escreviam os discursos femininos, além do fato de o responsável pelo Comitê Central pelo trabalho entre as mulheres também ser um homem, o que certamente imprimia um olhar masculino sobre o Comitê e mesmo sobre o papel das mulheres trabalhadoras nas organizações do Partido.

#### 4.2 As mulheres, o PCB e os anos 1930

Depois do fim das atividades do Comitê das Mulheres, no início da década de 1930, as mulheres vão perdendo cada vez mais espaço nas organizações comunistas. Com o acirramento das perseguições ao PCB e os constantes conflitos internos em que estavam envolvidos os comunistas, os temas relacionados às mulheres se tornam mais uma vez irrelevantes. A partir de 1930, o PCB passou por inúmeros momentos de dificuldades não só financeiras e materiais, mas também organizativas, incluindo uma série de conflitos internos que impossibilitava que o partido se reorganizasse em meio a forte repressão de que eram vítimas após a prisão dos antigos líderes dirigentes. Em correspondência enviada a Internacional Comunista, o então secretário-geral do PCB, Heitor Ferreira Lima, avaliava que o problema de desorganização do Partido era causado pela “falta de disciplina, de formação política e a conjuntura desfavorável” (COSENZA, 2012, p.124). Segundo a historiadora Apoená Cosenza, os militantes filiados ao PCB não ficavam nos quadros do partido tempo suficiente para se aprimorarem nas discussões táticas e organizativas (COSENZA, 2012).

Com tantos problemas internos e com o acirramento das perseguições, certamente o trabalho entre as mulheres perdeu o pouco espaço que as mulheres haviam conquistado durante o período de duração do Comitê das Mulheres. Até mesmo no periódico *A Classe Operária* é possível perceber que as mulheres não estão mais tão ativas, ainda que os textos tenham se

tornado mais combativos. Para Cosenza, a partir de 1932, *A Classe Operária* passou por uma reformulação, se tornando não só apenas o principal jornal do PCB, mas na realidade o único em importância (COSENZA, 2012, p.164).

Em 1932, o jornal *A Classe Operária*, embora mantivesse o nome, era outro. Seu conteúdo era diferente, muito mais voltado à discussão teórica. Passou por diversas mudanças até 1934. A própria forma do jornal mudou: teve menor número médio de páginas até 1935, uma editoração mais leve, com menos fotos e mais caricaturas (COSENZA, 2012, p.164).

Contudo, da mesma forma que as mulheres trabalhadoras foram uma força atuante antes da fundação do PCB, quando elas se mobilizaram e reivindicaram melhores condições de trabalho, como nas greves de 1917, depois do fechamento do Comitê, as mulheres trabalhadoras se mantiveram ativas e combativas, ainda que seus movimentos continuassem sendo minimizados.

A edição de *A Classe Operária* de 5 de março de 1931, divulgou um chamamento às mulheres para as comemorações do Dia da Mulher (8 de março). O texto é de autoria desconhecida, mas é provável que tenha sido escrito por uma mulher. Ao apresentar o Dia da Mulher, a autora ou as autoras, afirmam que se trata de uma data internacional em que as mulheres demonstram sua solidariedade, apresentam suas reivindicações e lutam por elas. De acordo com a autoria do texto, no Brasil as mulheres ocupam um lugar essencial na indústria e no campo, no entanto, ganham bem menos do que os homens.

Os capitalistas utilizam a desorganização das mulheres e o seu atrazo, para explorá-las melhor (como com os menores) contrapondo-as aos trabalhadores homens substituindo-os pouco a pouco, porque as mulheres são pagas mais barato e mais fáceis de explorar.<sup>97</sup>

Que as mulheres de fato recebiam os menores salários já sabemos, no entanto, de acordo com pesquisas historiográficas realizadas a partir do final do século passado, na esteira da história das mulheres, foram as mulheres que progressivamente foram excluídas dos trabalhos fabris, isso porque, houve um aumento da segmentação sexual no mercado de trabalho industrial brasileiro e as mulheres acabaram ficando restritas a algumas áreas historicamente consideradas “femininas”, como a área têxtil, por exemplo, muitas também acabaram empurradas para os trabalhos informais e temporários (FRACCARO, 2016). Ao contrário do que apontava o movimento operário, as mulheres não estavam ocupando os postos de trabalho

---

<sup>97</sup> [S.A.] “8 de março: o dia das mulheres trabalhadoras” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1931. Número, 110, p.2.

masculinos, uma vez que encontrar mulheres em áreas como a metalurgia, ocupação privilegiada dos homens, era raro.

Era recorrente no movimento operário considerar o trabalho feminino como grande causador do desemprego e dos rebaixamentos dos salários masculinos, sem refletir que em muitos casos as mulheres eram as únicas responsáveis pela sobrevivência de famílias inteiras. De acordo com o texto publicado em *A Classe Operária*, a substituição da mão de obra masculina pela feminina têm causado inúmeras “sublevações” nas fábricas: “Os capitalistas querem dividir-nos em duas partes, opondo uma a outra, para melhor explorar a ambos. A mulher não goza, aqui nem direitos políticos nem econômicos.”<sup>98</sup>

O movimento operário não era capaz de se organizar para defender o trabalho feminino, no entanto, era rápido em difundir o sexismo contra as mulheres trabalhadoras. Essa ideologia foi tão incorporada pelo discurso do movimento operário, que mesmo entre os textos escritos pelas mulheres é possível perceber um discurso que qualificava o trabalho das mulheres como o mais explorado, uma vez que as mulheres eram “atrasadas e desorganizadas”. Em nenhum momento houve um debate mais profundo sobre os discursos estereotipados a respeito das mulheres trabalhadoras e sobre as condições sociais que submetiam essas mulheres as humilhações que eram obrigadas a aceitar, ainda que nem sempre caladas. Pelo contrário, esse debate sobre o trabalho das mulheres como causador do desemprego dos homens, era realizado pelo movimento operário desde meados do século XIX, em países mais industrializados. Em 1889, Clara Zetkin se manifestou sobre a adoção do chamado salário familiar, demanda do movimento operário para que os trabalhadores recebessem salários mais altos e as mulheres não precisassem trabalhar. Zetkin considerou essa demanda fútil já que, segundo ela, o movimento operário deveria se concentrar em demandas que melhorassem as condições de vida de toda classe operária (GOLDMAN, 2014, p.61).

No número 145, de *A Classe Operária*, “Um militante firme” denunciou a exploração no norte e nordeste. Segundo ele, nessas regiões os trabalhadores são mais explorados e nada conhecem do “movimento operário revolucionário”. Nas indústrias têxteis, a maioria dos operários, principalmente as mulheres são “envenenadas” (leia-se manipuladas) pelos padres:

---

<sup>98</sup> [S.A.] “8 de março: o dia das mulheres trabalhadoras” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1931. Número 110, p.2.

Os quaes, na confissão e a pretexto de desviar da “lei maldita” os filhos, companheiros, noivos e parentes das companheiras, tomam seus nomes e endereços e os denunciam a polícia.<sup>99</sup>

As mulheres aparecem novamente como desorganizadas. Além do mais, dessa vez elas também são vistas como um risco, uma vez que sua ingenuidade pode levar os homens para a prisão. As mulheres eram constantemente convidadas a ingressar nas organizações operárias e sindicais, mas quando atendiam esses chamados suas demandas eram consideradas “específicas” e não vistas como interesses de toda a classe operária e assim as mulheres seguiram sendo subalternizadas nessas organizações (RAGO, 1985, p.65).

Em 1933, mulheres comunistas fundaram a União Feminina Brasileira. Segundo a historiadora Ana Paula Palamartchuk, a médica psiquiatra Nise da Silveira<sup>100</sup> atendia mulheres pobres gratuitamente duas vezes por semana na sede dessa entidade. Na documentação que pesquisamos não obtivemos nenhum tipo de informação sobre esse órgão, mas segundo Palamartchuk, a própria Nise, declarou, quando interrogada pela polícia que a União Feminina Brasileira havia sido criada por mulheres comunistas (PALAMARTCHUK, 2003, p.122), o que demonstra como muitas vezes a atuação das mulheres comunistas foi realizada “por fora” das organizações “oficiais” do partido e que as mulheres se mantiveram ativas mesmo em períodos em que o partido dedicou ainda menos esforços a sua organização, como no início dos anos 1930.

Nos primeiros anos da década de 1930, o PCB estava totalmente desarticulado. Entre os anos de 1930 e 1933, o partido teria adotado a linha estratégica de “classe contra classe”, o que teria provocado o isolamento político do partido. Em 1934, o PCB realizou a sua primeira

---

<sup>99</sup> Um militante firme. “Nos feudos de Lima Cavalcanti” - *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, novembro de 1934. Número 145 - p.3

<sup>100</sup> Nise Magalhães nasceu na cidade de Maceió, Alagoas, em 15/02/1905 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 30/10/1999. Nise se destacou sendo a única mulher a ser formar na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, em uma turma com 156 homens. Com a morte do pai, Nise passou a residir no Rio, onde se especializou em psiquiatria. Em 1933, foi aprovada no concurso para a Seção de Psiquiatria e Assistência aos Psicopatas do Hospício Nacional. Nise se tornou uma renomada psiquiatra, tendo participado da fundação do Museu do Inconsciente, em 1952. Nise se envolveu com os comunistas, mas se tornou renomada por revolucionar os tratamentos psiquiátricos no país, utilizando atividades expressivas, como as ligadas as artes plásticas, “como principal método terapêutico na reabilitação psiquiátrica” PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Assimetria das transformações: Nise da Silveira (notas de pesquisa)*. In. AVELAR, Alexandre de Sá. FARIA, Daniel Barbosa Andrade. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Orgs.) *Contribuições à História Intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. (Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia). 177 p.

Disponível:

[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4572/6/LIVRO\\_Contribui%C3%A7%C3%B5esHist%C3%B3riaIntelectual.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4572/6/LIVRO_Contribui%C3%A7%C3%B5esHist%C3%B3riaIntelectual.pdf) (Acesso em: 03/03/2020).

Conferência Nacional, o que marcou a mudança da linha estratégica do partido em direção à busca de uma frente popular na luta contra o fascismo (COSENZA, 2012, p.11).

#### 4.3 A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a União Feminina do Brasil (UFB)

Em fevereiro 1935, foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A organização foi fundada com um programa político de caráter nacionalista, antifeudal e pela liberdade individual assegurada (COSENZA, 2012, p.68). Obteve apoio de um setor do exército derrotado pelas oligarquias em 1935, mas também conquistou a adesão de amplos setores da sociedade. “O programa da ANL aglutinava os interesses de nacionalistas, democratas e comunistas, defendendo um programa anti-imperialista, antioligopólio e por um governo popular democrático” (COSENZA, 2012, p.68). Tratava-se de uma organização de massas, que chegou a ter a adesão de 3mil pessoas por dia, seu programa incluía nacionalização de empresas imperialistas, suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, instalação de um governo popular democrático e amplas liberdades para o povo brasileiro e para os estrangeiros que aqui trabalhavam (COSENZA, 2012).

Para Palamartchuk, “os comunistas, juntamente com outros aliancistas, assumiram a defesa de um desenvolvimento nacional que vinha sendo barrado pela política imperialista de Vargas”:

O governo Vargas, que a princípio assumira a defesa deste *desenvolvimento nacional*, em 1934/1935 não havia conseguido implantar suas propostas iniciais de acordo com a avaliação contida no programa da Aliança. Basicamente, as propostas da ANL giravam em torno de medidas que permitissem o desenvolvimento econômico e de soberania nacional. Ao mesmo tempo podemos constatar a ausência de reivindicações sindicais e operárias (PALAMARTCHUK, 2003, p.155, grifos no original).

Nos primeiros meses de funcionamento da ANL, o PCB aparecia como um dos grupos fundadores, mas o partido ainda não possuía o controle total da organização, já que diversos outros grupos também participavam da coalização. Em fins de março, Prestes, já oficialmente integrado ao PCB, foi aclamado presidente de honra da ANL, mesmo não estando no Brasil. Logo em seguida, no mês de maio, Prestes publica o primeiro manifesto, conhecido como “Manifesto de Maio”. No entanto, é um manifesto publicado em 5 de julho que desencadeia a grande ofensiva sobre a entidade e a decretação de sua ilegalidade (PALAMARTCHUK, 2003, p. 157).



O manifesto fazia alusão ao movimento tenentista e à decepção geral da população com o governo de Getúlio Vargas, também acusado de fascista. No ano de 1935, o PCB estava em uma guerra declarada contra o movimento integralista de Plínio Salgado, representante da Associação Integralista Brasileira (AIB). Movimento simpatizante dos partidos nazifascistas da Europa. No manifesto de 5 de julho, Prestes coloca a luta contra o fascismo como uma das bandeiras prioritárias da ANL e declarava “Todo o poder a Aliança Nacional Libertadora” (OLIVEIRA, 2017, p.111). O manifesto foi o pretexto esperado pelo governo de Getúlio para colocar a organização na clandestinidade, com base na recém-criada Lei de Segurança Nacional (LSN).

A clandestinidade da ANL acabou provocando o seu esvaziamento e possibilitou que o PCB obtivesse maior controle sobre a organização. Para Palamartchuk:

O PCB havia manifestado seu apoio à ANL em 24 de janeiro de 1935, ou seja, logo após a sua primeira aparição pública no discurso do deputado Gilberto Gabeira na Câmara. O apoio foi publicado no órgão oficial do partido, *A Classe Operária*. Entretanto, as atividades que desencadearam a “intentona” em novembro de 1935 parecem ter pouco a ver com a organização da ANL e com seus membros, ainda que muitos fossem do PCB (PALAMARTCHUK, 2003, p.158).

Os levantes foram iniciados em novembro de 1935, graças aos acirramentos dos ânimos no Rio Grande do Norte, por conta de disputadas eleitorais e do contexto político local (FREIRE, 2017). Essas disputas foram o estopim para o início do que ficou conhecida pela denominação dada pela polícia política à frustrada “Intentona Comunista”, iniciada em 23 de novembro, reprimida e debelada 4 dias depois. Em 24 de novembro, ocorreu o levante do Recife, ainda mais desorganizado, foi logo esmagado pelas forças repressivas. Apesar das derrotas sucessivas, em 27 de novembro, ocorreu o levante do Rio de Janeiro, que também foi logo esmagado (PALAMARTCHUK, 2003).

Depois dos fracassados levantes no final de 1935, no início de 1936, o Partido Comunista do Brasil estava em frangalhos. Muitos dos dirigentes do partido estavam presos, e os comunistas vivenciaram o pior período da repressão dos governos de Getúlio Vargas. Além dos comunistas, outros grupos que participaram da frente única, encabeçada pela ANL e PCB, também foram duramente reprimidos. Entre esses grupos, podemos citar as mulheres.

A União Feminina do Brasil (UFB) foi fundada em maio de 1935, na ocasião, a professora e ativista Armanda Álvaro Alberto foi escolhida como presidente da entidade (MORAES, 2007). Logo após a sua fundação, a UFB aderiu à campanha da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O jornal *A Manhã*, considerado o porta-voz da ANL,<sup>101</sup> publicado no Rio de Janeiro, divulgou na edição de 25 de maio de 1935, a fundação da entidade por iniciativa de “mulheres educadoras, intelectuais e trabalhadoras” e o seu “programa de ação muito humano e amplo”, com objetivos de defender os interesses da mulher no Brasil, “especialmente aquelas que estão submetidas as mais precárias condições de existência e de trabalho”. Logo de início, as mulheres da UFB buscaram traçar uma linha divisória entre elas e as demais organizações femininas de seu tempo:

“Ao contrário de outras organizações femininas que surgiram em nosso país, umas inócuas outras nitidamente ligadas a correntes políticas partidárias, explorando demagogicamente a angustiada situação da mulher ou pregando um estreito feminismo que consiste em combater o homem em si e nelle ver um “inimigo” da mulher, a União Feminina do Brasil, iniciativa de um grupo de mulheres trabalhadoras manuaes e intellectuais, differencia-se de todas as organizações já existentes, pelo seu absoluto desacordo com os programas e normas de ação dessas associações”.<sup>102</sup>

A UFB se comprometia em defender os direitos econômicos, sociais, e políticos da mulher, sem fazer distinção de cor, religião, correntes filosóficas etc. Seu programa possuía os seguintes princípios básicos:

- 1-luta pelos direitos politicos e civis da mulher no Brasil;
- 2-elevar o nivel cultural da mulher por meio de cursos, conferências, bibliothecas, escolas, audições musicaes e artisticas, teatro, cinema e etc;
- 3-reivindicar igualdade economica em relação ao homem e melhoria de vida (salários, vencimentos, syndicalisação, e demais leis trabalhistas);
- 4-proporcionar assistencia medica, dentaria, jurídica, e economica à mulher;
- 5-promover inqueritos sobre as condições de vida das mulheres em diversos sectores de trabalho;
- 6-preparar a mulher para collaborar com o homem em suas actividades sociaes e com elle participar na vida publica;
- 7-attender o problema da criança como inseparável do problema da mulher;
- 8-incentivar a educação physica e sanitária;
- 9-lutar contra as guerras de destruição e os massacres que as attingem directa e indirectamente e contra os regimes que restringem os direitos femininos roubando-lhes suas conquistas;

<sup>101</sup> Jornal carioca lançado em 25 de abril de 1935. Dirigido por Pedro Mota Lima, se tornou o porta-voz da ANL. O jornal constantemente trazia entre suas páginas críticas ao governo Vargas e as famílias estrangeiras que dominavam a economia do país. Também dedicou muitas páginas ao combate ao movimento integralista, dirigido por Plínio Salgado. Deixou de circular no final de novembro, logo após a “intentona” comunista. (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC).

<sup>102</sup> “Em defesa dos interesses da mulher brasileira”. Transcrição literal publicada pelo jornal de nota enviada pelas mulheres da UFB na ocasião de fundação da entidade e assinada por: Maria Werneck, Esther Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catharina Landsberg, Eugenia Álvaro Moreyra, Mary Mercio e Norma Mormy. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1935. Número 26, p.2.

10-ligação com as organizações femininas de finalidades idênticas em qualquer parte do mundo.<sup>103</sup>

De acordo com a publicação, a comissão organizadora da UFB era composta por: Maria Werneck, Esther Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catharina Landsberg, Eugenia Álvaro Moreyra, Mary Mércio e Norma Mormy. A entidade anunciou para o mesmo dia (25/05/1935), uma reunião na Casa do Estudante, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. A edição seguinte do jornal *A Manhã* publicou uma foto da reunião com dezenas de mulheres e algumas informações sobre as oradoras que apresentaram os problemas específicos de suas ocupações de trabalho: Aurea Baptista representando as operárias, Elizabeth Otero representando as bancárias.<sup>104</sup>

A União Feminina do Brasil, buscava se diferenciar das demais organizações feministas de sua época, que segundo as mulheres da comissão organizadora, costumavam se vincular aos grupos políticos dominantes e excluía de suas pautas as mulheres mais pobres e exploradas. Contudo, muitas das pautas defendidas pelas mulheres da UFB coincidiam com aquelas defendidas pelas mulheres da Fundação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), como as relativas ao trabalho feminino e à educação formal, que atraíram a atenção das militantes dos dois grupos (ALVES, 2018, p.440). Mesmo quando as pautas e reivindicações coincidiam, as estratégias adotadas pelos grupos se diferenciavam. Ainda que na apresentação da entidade, as mulheres da UFB tenham afirmado que não eram “uma organização política e nem estava ligada a nenhum partido político”<sup>105</sup>, as ligações entre a UFB e a Aliança Nacional Libertadora, entidade que tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, militante do PCB, eram bem conhecidas. Já a FBPF notoriamente buscou alianças com os grupos políticos dominantes e procurou mobilizar o poder institucional em benefício de suas reivindicações. A UFB, ligada à esquerda comunista, também se articulava em aliança com os homens, enquanto as feministas, em geral, acreditavam que a libertação feminina só poderia ser empreendida pelo sexo feminino (ALVES, 2018, p.440).

A edição de 30 de maio de 1935, do *A Manhã*, publicou uma nota, escrita pelas associadas da UFB respondendo às críticas que Bertha Lutz, dirigente da FBPF, teceu sobre a

<sup>103</sup> “Em defesa dos interesses da mulher brasileira”. Transcrição literal publicada pelo jornal de nota enviada pelas mulheres da UFB na ocasião de fundação da entidade e assinada por: Maria Werneck, Esther Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catharina Landsberg, Eugenia Álvaro Moreyra, Mary Mércio e Norma Mormy. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1935. Número 26, p.2.

<sup>104</sup> [S.A.] “Realizou-se hontem, mais uma reunião da União Feminina do Brasil” - *A Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1935. Número 27, p.7.

<sup>105</sup> “Em defesa dos interesses da mulher brasileira”. Transcrição literal publicada pelo jornal de nota enviada pelas mulheres da UFB na ocasião de fundação da entidade e assinada por: Maria Werneck, Esther Xavier, Armanda Álvaro Alberto, Catharina Landsberg, Eugenia Álvaro Moreyra, Mary Mércio e Norma Mormy. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1935. Número 26, p.2.

fundação da entidade. De acordo com a nota, Bertha teria afirmado que não existia no Brasil uma cisão entre os diversos grupos feministas, o que as mulheres da UFB concordaram, no entanto, discordaram de Bertha sobre o fato da bióloga ter insinuado que as mulheres da UFB estavam em uma disputa pela liderança do movimento pelos direitos das mulheres, ao que responderam a Lutz: “não somos políticas e nem candidatas a cadeira de deputado”<sup>106</sup>. Bertha Lutz também teria criticado a aliança proposta pelas mulheres da UFB com os homens. “No que ella destaca, o pedido de cooperação que fizemos aos homens, vê-se a linha completamente divergente que seguimos”.<sup>107</sup>

Para as mulheres da UFB, somente os movimentos populares possibilitariam os meios para a vitória e libertação do sexo feminino. Os movimentos feministas eram vistos como tomados por mulheres burguesas ligadas aos grupos políticos tradicionais, que pouco faziam para mobilizar as mulheres trabalhadoras e pobres. O movimento liderado por Bertha Lutz e pelas mulheres da FBPF jamais possuiu pautas radicalizadas o suficiente para contestar a posição social das mulheres em relação aos homens e em muitos momentos foram coniventes com a mistificação da maternidade. No entanto, a estratégia da FBPF, de alianças com as classes dominantes e a ênfase constante na feminilidade possibilitaram que essa organização tivesse uma vida longa e tomasse parte em diversos debates sociais, políticos e econômicos travados ao longo das décadas de 1920 e 1930.

As mulheres da FBPF faziam parte de um pequeno grupo de mulheres letradas, integradas nas camadas médias e alta da sociedade. Certamente, o lugar de classe condicionou suas ações. Apesar disso, elas estavam conscientes e comprometidas com determinadas mudanças. Mesmo com dificuldades, por não terem sido educadas para tamanhos desafios, souberam enfrentar uma exposição pública e um tipo de crítica, censura e reprovação pelos lugares que decidiram ocupar que se distanciavam daqueles pensados para as mulheres do período (ALVES, 2018, p.438).

As mulheres da FBPF levantaram uma série de reivindicações, mas foram incapazes de realizar uma crítica mais direta ao sistema político-econômico tradicional. Apesar disso, a sua luta foi muito importante para a história do movimento feminista brasileiro.

A falta de uma postura crítica em relação aos temas políticos, econômicos e sociais, certamente impedia que muitas mulheres se considerassem contempladas pelo feminismo da FBPF, como as mulheres da UFB que constantemente se colocam em uma posição antagônica em relação à “senhora Lutz”. No entanto, a recusa do feminismo pelas mulheres da UFB

---

<sup>106</sup> “União Feminina do Brasil: Uma nota respondendo à sra. Bertha Lutz” p. 5. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1935. Número 30. Na edição de 01/06, o jornal publicou uma errata informando que o texto de resposta a Berta Lutz havia sido assinado pela secretária da UFB, a “senhorita Mary Mercio”. p.7.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

também pode ser vista como um reflexo das campanhas antifeministas desenvolvidas pelo PCB e pelos partidos comunistas, mundo afora, que consideravam o feminismo um movimento divisionista e pequeno-burguês. Para as comunistas, a emancipação feminina só seria possível por meio da superação da luta de classes com o fim do capitalismo, de onde derivava uma série de desigualdades, inclusive a desigualdade entre os sexos.

Em edição do periódico *A Classe Operária*, de 1929, um texto intitulado “Guerra a Guerra: o papel preponderante da mulher proletária nessa árdua campanha”, que tratava dos perigos de uma nova guerra mundial, as organizadoras do Comitê das Mulheres Trabalhadoras também já se colocavam em uma posição contrária aquela defendida pelas mulheres da FBPF. Segundo o artigo, Bertha Lutz, líder da FBPF, ao participar, como representante brasileira, do Congresso Internacional das Mulheres, reunido na Europa, saudou a Liga das Nações, como instituição capaz de “pacificar o mundo”, mas para as mulheres e homens comunistas, já que era decisão da IC, a Liga das Nações não passava de

Um conluio de burgueses imperialistas destinado justamente a espalhar, entre as massas trabalhadoras, a pernicioso illusão pacifista de modo a prepara-las para a “carne de canhão”.

É que Berta Lutz é burguesa, como burguesas são todas as associações femininas que no Brasil e nos países capitalistas, vivem a pregar a paz.

Querem apenas, illudir-nos, tocar nossas sensíveis corações de mulheres, para que não tomemos nossas precauções contra a ameaça que pesa sobre nossos filhos.<sup>108</sup>

No mesmo artigo as mulheres apresentam a Rússia como exemplo que deve “regular as ações das mulheres brasileiras”. De acordo com o Comitê, na Rússia, as mulheres proletárias unidas aos homens transformaram a guerra em uma revolução contra a burguesia,

emquanto nós, mulheres proletárias dos países burgueses, soffremos miséria e fome, as mulheres russas estão emancipadas totalmente, gozam com companheiros e filhos, todas as delicias de um regimem proletário constructor e lindo. Enquanto nós estamos sob a ameaça de mobilização para seguir o jogo de nossos opressores: as mulheres russas, livres e fortes, collaboram com os homens no preparo da defesa de suas conquistas e de seus direitos, que a burguesia internacional pretende destruir!<sup>109</sup>

Essa idealização da condição de vida das mulheres na União Soviética esteve presente em inúmeros textos publicados pelas mulheres ligadas ao PCB. A Rússia soviética era apresentada como “berço da emancipação feminina” e sua defesa era um dever de todos os comunistas. Mas, na verdade, como já apontado pela historiografia<sup>110</sup>, apesar da legislação progressista implementada logo após a Revolução, as mulheres russas jamais gozaram de uma

<sup>108</sup> O Comitê das Mulheres Trabalhadoras. “Guerra à guerra: O papel preponderante da mulher nesta árdua campanha” *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1929. Número 65 (Segunda Fase). pp1-4.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> GOLDMAN, 2014; SILVA, 2018.

sociedade realmente igualitária, pelo contrário, conforme o stalinismo se consolidava as mulheres iam perdendo cada vez mais direitos e participação política, até mesmo a legislação, considerada a mais avançada na defesa dos direitos femininos, passou a ser paulatinamente revisada (GOLDMAN, 2014).

Além de defender os interesses das mulheres, a UFB também se colocou contra o governo autoritário de Vargas e contra o nazifascismo e o seu representante brasileiro, a Associação Integralista Brasileira (AIB), aderindo à frente única encabeçada pela ANL. Na edição do *A Manhã* de 5 de junho de 1935, o departamento de publicidade da UFB, na pessoa de sua representante, identificada apenas como Lydia, publicou no periódico um artigo no qual falava da importância da luta das mulheres contra o nazifascismo e o perigo para as brasileiras caso o integralismo, “cópia servil e retalhada do fascismo italiano e alemão”, avançasse no Brasil. Segundo Lydia, a experiência histórica da Itália e Alemanha serviriam de alerta para as brasileiras. Segundo ela, na Itália, as mulheres perderam espaço político e produtivo, e foram levantadas ao posto de “rainhas do lar”. Transformadas em escravas, as mulheres italianas no regime de Mussolini perderam os poucos direitos que possuíam e o governo passou a interferir na vida particular, inclusive nos matrimônios.

Baseados em leis de eugenia, leis fabricadas pelos cientistas sociais assalariados que não faltam quando se trata de consumir uma ignomínia dos dirigentes, Mussolini reduziu as mulheres ao papel de animal reproductor. Naturalmente não faltaram poetas que cantassem a missão divina reservada as mães dos futuros balilas... [SIC]<sup>111</sup>

Segundo Lydia, na Alemanha “a coisa foi ainda pior”, pois, Hitler encontrou as mulheres na política, nas ciências e nas letras, mas a sua “mentalidade de varão patriarcal não podia suportar a ideia de a mulher ter igualdade de situação social ao homem”. As teorias raciais de inferioridade dos não arianos também desencadearam uma feroz reação contra as mulheres. Para vencer a crise (financeira) inerente ao próprio regime, Hitler:

Baixou a um salário de fome o salário das mulheres solteiras; demitiu em massa as mulheres casadas, dizendo cavalheirescamente: - “vosso lugar é a beira dos fogões”, impediu que toda mulher que tivesse um filho trabalhando ocupasse um emprego público; e deu preferência entre as solteiras as mais jovens, declarando incapazes as mulheres depois dos 30 anos.<sup>112</sup>

O avanço da AIB, colocava em risco as mulheres brasileiras e os poucos direitos até então conquistados. Por isso, argumentavam que:

---

<sup>111</sup> LYDIA, “União Feminina do Brasil (Especial para *A Manhã*)”. Pelo departamento de publicidade - *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1935. Número 35, p.3.

<sup>112</sup> Ibidem.

A luta da UFB contra o integralismo é justa e necessária. É a condição mesma de sua existência, como associação que quer concretamente lutar pelos direitos da mulher.

Pela frente única de luta contra o imperialismo e o integralismo!<sup>113</sup>

A estratégia de apresentar os partidos nazifascistas como um risco para os direitos femininos se estabeleceu como uma forma eficaz de atrair a adesão das mulheres. Como vimos, durante o período de atuação do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, a estratégia utilizada era o sentimentalismo e o reforço das funções maternas, a partir de 1934, e principalmente em 1935, período de atuação da UFB, a estratégia adotada estava voltada para a necessária mobilização para evitar a perda dos direitos recém conquistados, como o direito a participação política, ao trabalho, a educação formal etc.

No dia 11 de julho, o jornal *A Manhã* publicou o segundo manifesto da UFB, mais radicalizado e declarando apoio pleno a ANL. Segundo o manifesto assinado pela “comissão organizadora provisória da UFB”, as mulheres da entidade estavam sendo “taxadas de extremistas e comunistas”, o que segundo elas, não as apavora, “nada disso impedirá nosso caminho e nossa marcha”.

A Aliança Nacional Libertadora quer que todo povo brasileiro tenha pão, e nós mulheres precisamos de pão; a Aliança Nacional Libertadora quer que os trabalhadores do campo tenham terra para trabalhar, terras que são suas, e nós mulheres das cidades lutaremos com as mulheres do campo pela conquista da terra. A Aliança Nacional Libertadora quer que o povo do Brasil tenha liberdade. Liberdade de pensar, de sentir, de agir. E nós mulheres temos necessidade de liberdade. Não para desfazer nossas famílias como dizem nossos inimigos, mas sim, para a verdadeira família, a família que, trabalhando e produzindo, tenha liberdade de pensar, ser espírita, católica, protestante ou outra qualquer religião, liberdade de pensar, política e intelectual e moralmente.<sup>114</sup>

No mesmo dia da publicação desse segundo manifesto, a entidade foi fechada com a ANL. Para os responsáveis pela execução do Decreto n.º 229, a UFB era filiada a ANL, que no que lhe concerne, era dirigida pelo PCB, um partido extremista. O governo de Vargas montou não apenas um aparato repressivo e jurídico, mas também um sistema de inteligência e infiltração nas organizações consideradas subversivas, como a UFB e a ANL (MORAES, 2007, p.207).

A atuação da UFB durou apenas dois meses. Com a posição assumida pela entidade de combate ao fascismo, crítica ao governo de Vargas e apoio a ANL, as autoridades repressivas tiveram o pretexto ideal para cessar a atividade política das mulheres. A UFB, assim como a

<sup>113</sup> LYDIA, “União Feminina do Brasil (Especial para *A Manhã*)”. Pelo departamento de publicidade - *A Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1935. Número 35, p.3.

<sup>114</sup> A Comissão de organização provisória da U.F.B. “As mulheres do Brasil protestam contra a ameaça fascista! - *A Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1935. Número 66, p.7.

ANL, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional, “A Lei Monstro” como ficou conhecida, de 4 de abril de 1935. O objetivo da lei era tratar dos crimes contra a ordem política e social, pois, a questão social não era mais caso de polícia, mas sim, assunto disciplinado pelo Estado (MORAES, 2007, p.204).

As mulheres da UFB ainda tentaram lutar contra o fechamento da entidade. A defesa adotada consistia em apontar a autonomia da UFB em relação à ANL:

A União Feminina do Brasil, não tem e nunca teve a denominação de “Aliança Nacional Libertadora”. A União Feminina do Brasil, é uma sociedade civil que tem organização própria, que tem vida independente, que tem personalidade jurídica que não se confunde com outra qualquer de nenhum outro organismo<sup>115</sup>.

A defesa não foi aceita e a UFB continuou fechada. No entanto, assim como a ANL, as mulheres continuaram atuando na ilegalidade, ainda que muitas tenham deixado as fileiras da entidade nesse momento, por temer a repressão policial. As sócias da UFB passaram a adotar codinomes durante a realização das reuniões. Esses encontros ilegais recebiam o apoio de sindicatos e associações operárias (MORAES, 2007, p.209), mesmo assim seguiam sendo monitoradas pelos agentes da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) (MORAES, 2007).

Com o levante fracassado de novembro de 1935, as mulheres da UFB também passaram a ser perseguidas e presas pela repressão estatal. A líder da UFB, Armanda Álvaro Alberto, ficou presa de 8/10/1936 a 22/6/1937. Detidas com ela na Casa de Detenção, da rua Frei Caneca, também estavam outras mulheres comunistas, como Olga Benário, Maria Werneck, Auguste Elise Ewert, Carmem Ghioldi, Júlia dos Santos, Eugenia Alves Moreira, Valentina Leite Barbosa Bastos e Eneida Costa de Moraes (MORAES, 2007, p.229). Além das citadas, na cela 4, do Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, estavam presas muitas outras mulheres, acusadas de envolvimento nas insurreições comunistas.

Segundo a crônica “Companheiras” de Eneida Moraes, escritora e militante comunista desde o início da década de 1930, na cela número 4, ficaram presas 25 mulheres, entre os anos de 1935, 1936, 1937 e 1938.

Vinte e cinco mulheres, vinte e cinco camas, vinte e cinco milhões de problemas. Havia louras, negras, mulatas, de cabelos escuros e claros; de roupas caras e trajes modestos. Datilógrafas, médicas, domésticas, advogadas, mulheres intelectuais e

---

<sup>115</sup> “A União Feminina protesta e lutará” - Transcrição de ofício enviado ao chefe de polícia. *A manhã*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1935. Número 69, p.2.



operárias. Algumas ficavam sempre, outras passavam dias ou meses, partiam, algumas vezes voltavam, outras nunca mais vinham.<sup>116</sup>

Em outras regiões do país, inúmeras mulheres também foram presas acusadas de ligação com a ANL. Em Pernambuco, Adalgisa Rodrigues Cavalcanti<sup>117</sup>, foi presa com toda a família após ter a casa invadida por policiais da Delegacia de Segurança (RICARDO, 2016, p.3). Adalgisa relatou em entrevista, que chegando à Delegacia se deparou com várias outras mulheres detidas acusadas do mesmo crime, participação na insurreição comunista, ou apenas por serem esposas de comunistas. Adalgisa passou 15 dias presa.

No Rio Grande do Norte, onde o levante se iniciou, muitas mulheres também foram perseguidas e presas. Caso de Amélia Nogueira Feitosa<sup>118</sup>, filiada a UFB, e acusada, com outras duas mulheres, Chica Pinote e Chica Gaveta, de invadirem o 21 Batalhão de Infantaria, fardadas e armadas. No entanto, somente Amélia foi condenada, recebendo uma pena de cinco anos de reclusão, que não chegou a cumprir, pois, fugiu antes de ser presa (FREIRE, 2017, p.1034).

No ano de 1935, por meio da atuação da UFB, o PCB conseguiu, mesmo que indiretamente, divulgar as ideias comunistas entre as mulheres, como até então jamais havia conseguido. Mesmo que o êxito tenha sido parcial, uma vez que a entidade durou poucos meses e logo em seguida suas associadas foram duramente reprimidas, a UFB finalmente permitiu aos grupos de esquerda uma organização feminina capaz de mobilizar as mulheres de diversas classes sociais, origens étnicas e aspirações políticas, com núcleos espalhados por diversas regiões do país.

A UFB permanece um mistério para a historiografia brasileira. Apesar dos poucos meses de duração, a entidade conseguiu chegar até mulheres de várias regiões, de diversas classes sociais e etnias. Os relatos aqui apresentados são uma pequena introdução sobre o tema e deixa mais questionamentos do que respostas: Quem eram essas militantes? Quais relações elas efetivamente estabeleceram com o PCB? Quais expectativas elas tinham ao se associar à UFB?

---

<sup>116</sup> Disponível em: <http://carlaninos.blogspot.com/2007/04/companheiras.html> (Acesso em: 20/01/2020).

<sup>117</sup> Nasceu na cidade de Glicério, interior de Pernambuco, em 1907. Iniciou a militância política nos anos 1930 e entrou para a ANL, em 1935. Adalgisa foi duramente reprimida durante o Estado Novo, mas continuou atuando junto ao PCB e suas organizações femininas. Nas eleições de 1945, com o fim da ditadura Vargas, tornou-se a primeira mulher a eleger-se deputada estadual pelo estado de Pernambuco, mas teve o mandato interrompido em 1947, quando o registro do PCB foi cassado. Com o golpe de 1964, voltou a ser perseguida e presa. No fim da vida, afastou-se da política. Faleceu em 26 de abril de 1998. (RICARDO, 2016).

<sup>118</sup> Nasceu em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 1917. Interessou-se pelo marxismo desde muito cedo, influenciada pelo pai e pelo tio, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), um dos dirigentes do PCB no período. Apesar de jovem, foi uma das mais importantes dirigentes da UFB no Rio Grande do Norte. Durante os levantes de 1935, protagonizou ao lado de outras mulheres importantes eventos. Com a repressão pós-levantes acabou sendo condenada a 4 anos de prisão, mas fugiu para não cumprir a pena. Com a morte do pai, Amélia optou por levar uma vida discreta. Faleceu em 1979 (FREIRE, 2017).

Como elas lidaram com as perseguições e as prisões? Todos esses questionamentos e tantos outros só podem ser respondidos em pesquisas futuras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou sistematizar os precedentes dos movimentos de mulheres e sua influência na organização e elaboração política do PCB, utilizando a interseccionalidade como abordagem teórico-metodológica. A escolha de tal abordagem possibilitou um conhecimento mais facetado do objeto de estudo e uma maior compreensão sobre as possibilidades e limites impostos pelo partido à atuação política das mulheres.

Ao longo do século XIX e início do século XX, inúmeras mulheres se organizaram em defesa da emancipação feminina. Enquanto algumas elegeram o movimento feminista e sufragista como polo aglutinador de seus interesses, outras tantas perceberam no movimento socialista o caminho para a mudança da dura realidade de vida que enfrentavam. Às margens de ambos os movimentos, as mulheres negras desenvolveram seus próprios movimentos, organizações e reivindicações, buscando demarcar suas especificidades.

No Brasil, boa parte da historiografia tem creditado à famosa entidade fundada por Bertha Lutz, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), todas conquistas das mulheres brasileiras na primeira metade do século passado. Mais combativas, as trabalhadoras ligadas aos movimentos operários pouco conquistaram, isso porque estiveram isoladas em movimentos considerados ilegais e perseguidos na quase totalidade do século XX. Em relação às mulheres do movimento negro, perdurou um silêncio ensurdecido, só quebrado nas últimas décadas, na esteira das transformações operadas na disciplina da história.

Muita pesquisa precisa ser feita e muita história ainda precisa ser escrita sobre como esses movimentos aturam, que conquistas obtiveram, seus conflitos e suas alianças. A luta das mulheres é, ao mesmo tempo, fragmentada e uma só. Durante a redação dessa dissertação buscamos não qualificar o debate no sentido de eleger um movimento como “superior” aos demais. Reconhecemos que falhamos em alguns momentos. No entanto, contextualizar esses movimentos, foi importante para entendermos que, muitas vezes, as lutas por liberdade, protagonizadas pelas mulheres, seja às ligadas a FBPF ou àquelas ligadas ao PCB, estiveram dentro de uma lógica social de espaços conquistados paulatinamente pelas mulheres desde o início do século XIX e que, de certa forma, reestruturaram a posição das mulheres na sociedade.

Quando o PCB foi fundado, em 1922, as mulheres brasileiras, principalmente as trabalhadoras, estavam inseridas em um contexto de grandes transformações sociais. Elas não

estavam alheias às lutas operárias e, inclusive, haviam participado intensamente das greves do final da década de 1910. A reivindicação do voto já agitava inúmeros debates entre as brasileiras, que também lutavam por educação formal e qualificação profissional. As mulheres negras vinham de um passado recente de luta contra a escravidão e de luta por cidadania na pós-abolição. Também não podemos ignorar o contexto internacional de expansão do movimento feminista, por um lado, e, por outro lado, das transformações impulsionadas pela Revolução Russa, em 1917.

Esse contexto não pode ser ignorado, bem como a precariedade com que o partido lidou com as diretrizes da Internacional Comunista para o trabalho entre as mulheres. Cobrança constante da IC, o PCB nem sequer foi capaz de eleger uma mulher para ocupar o cargo de secretária da Comissão Central criada para organizar as mulheres, tornando evidente que a “questão da mulher” jamais foi, para os dirigentes do partido (todos homens), um tema central. Pela análise das fontes, tanto nos documentos enviados para a IC em que as repostas se repetem ou nas páginas do periódico do partido, *A Classe Operária*, quando as próprias mulheres questionam a posição de subordinação que ocupam no movimento comunista brasileiro, é possível perceber que a organização e participação efetiva das mulheres se deu por fora dos interesses da direção do partido.

Mesmo quando, em 1928, o partido fundou, finalmente, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, “primeira organização feminina de massas” do PCB, nas palavras do próprio Octávio Brandão, as reivindicações femininas permaneceram engessadas na agenda política oficial do partido, que pouco espaço abriu para militância autônoma das mulheres. Em 1935, com a fundação da União Feminina do Brasil (UFB), o partido teve uma nova oportunidade para se inserir entre as mulheres, mas essa entidade teve vida curta e sua história e de suas militantes continuam sendo um mistério que deixa mais questionamentos do que respostas: até que ponto a UFB se ligou a ANL e ao PCB? Que tipo de autonomia as integrantes da entidade conquistaram?

Nas últimas décadas, o desenvolvimento dos estudos de gênero tem possibilitado um aumento significativo das pesquisas sobre a atuação das mulheres, em áreas que até então se acreditava que as mulheres não tiveram nenhum tipo de participação. Em relação à história do PCB podemos afirmar que muito material foi produzido, mas as mulheres seguem sendo um ponto obscurecido. Primeiro, porque os primeiros militantes, em geral, apagaram as mulheres de suas biografias; segundo, porque a própria historiografia deu pouca importância à atividade e à militância dessas mulheres. Ao ler a entrevista de Brandão concedida ao CPDOC, é possível

perceber como em inúmeros momentos em que o assunto chega até “as mulheres comunistas”, os entrevistadores acabavam canalizando as perguntas para outros temas, nos causando enorme frustração.

Com relação às mulheres negras, a invisibilidade é ainda maior. Parte do problema estava na debilidade do partido em lidar com a população negra em geral e com as mulheres negras em particular. Isso porque mesmo quando o partido buscou organizar as mulheres, a direção realizou um movimento em busca das operárias, deixando de fora as trabalhadoras domésticas e informais. Em 1936, quando dona Laudelina, o “terror das patroas” filia-se ao PCB, ela coincidentemente (ou não) funda na cidade de Santos, a primeira associação de trabalhadoras domésticas do Brasil. No entanto, a militância de Laudelina junto ao PCB permanece uma incógnita.

Pelo exposto, consideramos essa dissertação pioneira, uma vez que a militância pecebista jamais foi pensada a partir de uma abordagem interseccional, que objetive considerar as especificidades das mulheres pobres e negras. No entanto, compreendemos que as muitas lacunas deixadas para trás, só poderão ser preenchidas com pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

### Jornais

*A Classe Operária*

*A Manhã*

### Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Documentos do DEOPS

### Bibliografia

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBERTO, Paulina L. A mãe preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial (1920-1980). In: *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil* [Recurso eletrônico]. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jul./dez. 2003.

ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e feminismos: disputas e tensões (1930-1937). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435 - 452, dez. 2018.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. - São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

BASSANEZI, Carla. Estudos de Gênero e História Social. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-SP. 1995.

\_\_\_\_\_. Histórias reconstruídas: Laura Brandão na memória de seus descendentes. *História Oral*, v. 8, n. 2, p. 111-126, jul. Dez. 2005.

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy. *O que é feminismo?* Abril Cultural/ Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In: *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na República Velha. *Linguagem em (Dis) curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 297-313, set./dez. 2017.

BUONICORE, Augusto C. O Partido Comunista e o problema racial no Brasil (1922-1935). (1º e 2º parte). Fundação Maurício Grabois. Disponível em:  
<http://www.grabois.org.br/portal/autores/148651-39550/2015-03-18/o-partido-comunista-e-o-problema-racial-no-brasil-1922-1935-primeira-parte>

<http://www.grabois.org.br/portal/autores/148650-39550/2015-03-24/o-partido-comunista-e-o-problema-racial-no-brasil-1922-1935-segunda-parte>

BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. As mulheres e os noventa anos de comunismo no Brasil. *Memória Sindical*, 07 de jun. 2012. Disponível em:  
<https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), pp. 329-376. Jan.-jun. de 2006.

CARONE, Edgard. As origens da III Internacional Comunista. *Estudos de Sociologia*. V.5, n.8, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras* / Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. – Salvador, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. Jan/jun. 2017 V.5, N.1 (2017) - ISSN: 2317-4919. Tradução Bianca Santana.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. in: *Olhares Feministas/* MELO, Hildete Pereira de. Et. all – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. 504P.-(Coleção Educação para Todos; V.10).

COSENZA, Apoena Canuto. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista do Brasil (PCB), de 1922 a 1935*. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. in: *Olhares Feministas/* MELO, Hildete Pereira et all. – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. 504P.-(Coleção Educação para Todos; V.10).

COSTA, Ana Alice Alcântara. SARDENBERG, Cecilia Maria B. (Org.) *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. - Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a mulher. FFCH/UFBA. 2008.

Crenshaw, Kimberle (1989) "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989, Article 8.  
Available at: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

\_\_\_\_\_. Documento para O Encontro de Especialista em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. in: *Estudos Feministas*. Ano 10. 1º Semestre 2002.

CRESPO, Fernanda Nascimento. *O Brasil de Laudelina: Uso biográfico no ensino de história*. Dissertação (mestrado profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2016.

DAVIS, Angela Y. *Mulheres, raça e classe*. [Recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUCA, Tania Regina. Imprensa Feminina: Mulher em Revista. In: *Nova História das mulheres no Brasil/* PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro – (Org.). 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.



DEL ROIO, Marcos. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In. *História do Marxismo no Brasil*/ MORAES, João Quartim de. REIS, Daniel Aarão – (Orgs.). Vol.1. 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. -2. Ed. -São Paulo: Contexto, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: Notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil. *Cadernos Pagu* (28), 345-374, janeiro-junho de 2007.

\_\_\_\_\_. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Lua Nova*. Núm.1, maio-agosto, 2017, pp.13-52. Centro de Estudos e Cultura Contemporânea. SP

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884.

FERREIRA, Alane Sousa; LINS, Marcelo da Silva. Relações de gênero e militância comunista. In: *Anais do VIII Encontro Estadual de História*/ ANPUH- BA, 2016.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os Direitos das Mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerra brasileiro (1917-1937)*. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas- SP, 2016.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. Amélia Reginaldo: Uma mulher à frente de seu tempo. *VIII Congresso Internacional de História*. 2017.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e Revolução: Política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*/. Tradução Natalia Anyalossy Alfonso, com colaboração de Daniel Anylyossy Alfonso e Marie Christine Aguirre Castañeda. -1. ed.-São Paulo: Boitempo Iskra Edições.2014.

GOMES SILVA, Tauana Olívia; DE SOUSA FERREIRA, Gleidiane. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, núm. 3, setembro-dezembro, 2017.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. Traduzido do espanhol. 1ª edição: março de 2010. Expressão Popular Ltda- São Paulo.

GRAHAM, Jéssica. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira da década de 1930. In: *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil* [Recurso eletrônico]. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, P. 97-128, jul./dez. 2015.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos Extremos: O Breve Século XX:1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981 Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

LIMA, Aruã Silva de. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. (Tese de doutorado) USP- São Paulo, 2015.

LÔBO, Danielle Ataíde. *Militância feminina no PCB: memória, história, historiografia*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, SP: Hucitec, Unesp, 2003.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. *Estudos Avançados* 33 (96), 2019.

MATOS, Maria Izilda; Boreli, Andrea. Trabalho: Espaço feminino no espaço produtivo. In: *Nova História das mulheres no Brasil*/ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro – (Org.). 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MITCHEL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Gênero*. Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. 2006.

MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2007.

MORAES, José Damiro de. *Signatárias do Manifesto de 1932: trajetórias e dilemas*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2007.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo Negro brasileiro: Igualdade, diferença e Representação. In: *31º Encontro da ANPOCS*- Caxambu, MG- 22 a 26 de outubro de 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na Imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: Contribuições à história social do trabalho no Brasil. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo ignorado. In: *Nova História das Mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro – (Org.). 1 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista da PUC-São Paulo, N.10, DEZ, 1993.

NUNES, Karla Leonora Dahse. Sonhos, conquistas e desencantos: excertos da vida de Antonieta de Barros. In: *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)* / GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. (Orgs). – São Paulo: Selo Negro, 2011.

OLIVEIRA, Érick Fiszuk de. *Revolução, guinadas e anti-fascismo: a comintern e o PCB rumo às “frentes populares” (1928-1935)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, SP, 2017.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2003.

\_\_\_\_\_. Assimetria das transformações: Nise da Silveira (notas de pesquisa). In: *Contribuições à História intelectual do Brasil Republicano* / AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Farias (Orgs) – Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

PEDRO, Joana Maria Pedro; FREITAS, Idalina Almeida de; VERAS, Elias Ferreira. Diálogos (Im) pertinentes: As categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. In. *Coleção história do tempo presente: volume1* / Thiago Siqueira Reis et al. organizadores. - Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *História*. São Paulo, v.24, n.1, pp.77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. Os feminismos e os muros 1968, no cone Sul. In: *Clio- Série Revista de Pesquisa Histórica*- 26-1, 2008.

PEREIRA, Stefania; Gomes, Letícia Simões. Manifesto do Coletivo Combahee River (Tradução). The Combahee River Collective Statement. In: *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.197-207.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. [Tradução: Denise Bottmann] 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres* / Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea]. — São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de D<sup>a</sup> Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. Política, Raça e Gênero: Laudelina de Campos e a presença negra nas organizações político-partidárias. *Revista da ABPN*. v. 10, n. 25. mar – jun. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul./dez. 2008. p. 263 a 274.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Relações de Gênero e classe operária no Brasil: 1890-1930. In: *Olhares Feministas*/MELO, Hildete Pereira de. Et all – Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009.

\_\_\_\_\_. Feminismos e História: um encontro com o passado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* - São Paulo, julho 2011.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. CORTES, Cácia da Silva. A Militância Feminina no PCB- Década de 1930. *Gênero*. Niterói, V.8.n2, p.203-222, 1. Sem.2008.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

RICARDO, Arleandra de Lima. Adalgisa Cavalcanti: Bela, comunista e 1º deputada estadual de Pernambuco. *Anais XXIII Encontro Estadual de História- ANPUH-SP*. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.82-100, 2o sem. 2011.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Participação das trabalhadoras domésticas no cenário político brasileiro. *Fazendo Gênero* 9. *Anais*. 2010.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, SP: Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SENNA, Thaiz Carvalho. *Zhenotdel: A seção de mulheres do partido bolchevique soviético*. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH- Rio*. 2012.

SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimento de mulheres /Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia*, 2010.63p. - (Série Mulheres em Movimento, nº 1).

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil de análise Histórica. *Educação Realidade*, v.1., n .2, jul./dez.1990. Traduzido da versão em francês.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, pp63-95.

\_\_\_\_\_. Os Usos e Abusos do Gênero. In. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, dez. 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*. Senac São Paulo. 2006.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp. 29-62.

THOMPSON, Edward P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

Z Aidan Filho, Michel. Contribuição à história do Partido Comunista Brasileiro (1922-1930). *Clio*. V.10, n.1.1987.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um debate*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.